



ARIANE DURCE MACIEL

GÊNERO E INCLUSÃO DIGITAL:  
APROPRIAÇÃO DAS TICS PELOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DO GOVERNO  
FEDERAL GESAC

**Tese de Doutorado**  
**Março de 2015**



UFRJ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA –**  
**IBICT**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO –**  
**PPGCI**

ARIANE DURCE MACIEL



**Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do programa do governo federal GESAC**

RIO DE JANEIRO  
2015

ARIANE DURCE MACIEL

GÊNERO E INCLUSÃO DIGITAL: USO E APROPRIAÇÃO  
DAS TICS PELOS USUÁRIOS DO PROGRAMA FEDERAL  
GESAC

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Gilda Olinto

Co-orientador: Benedito Medeiros Neto

**Rio de Janeiro**  
**2015**

M152g Maciel, Ariane Durce

Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do programa federal GESAC /Ariane Durce Maciel. – 2015.  
166 f.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -- Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

Orientadora: Gilda Olinto.

Coorientador: Benedito Medeiros Neto.

1. Comunicação e Tecnologia. 2. Inclusão Digital. 3. Ciência da Informação - Tese I. Olinto, Gilda (orient.). II. Medeiros Neto, Bendito (Coorient.). III. Título.

CDU

ARIANE DURCE MACIEL

Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do programa federal GESAC

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro /Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovado em 20 de Março de 2015

---

Profa. Dra. Gilda Olinto (Orientadora)  
PPGCI/ IBICT – ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Benedito Medeiros Neto (Co-orientador)  
Universidade de Brasília - UnB

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Rosali Fernandez de Souza  
PPGCI/ IBICT – ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Gustavo Saldanha  
PPGCI/ IBICT – ECO/UFRJ

---

Prof. Dra. Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira  
PPGSS/UFRJ

---

Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho  
PPGPS/UFF

A quem escolheu, junto comigo, essa canção como sendo nossa:

Ebony and ivory live together in perfect harmony  
Side by side on my piano keyboard, oh lord, why don't we?

*(Paul McCartney & Stevie Wonder )*

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família: meus pais Ariel e Nivalda, minha irmã Cristina, minhas sobrinhas Ana Carolina e Laís e aos pequenos João Gabriel e Catharina, pela presença indispensável durante esses anos de estudo.

Em especial, aos meus filhos: Rodrigo pela paciência que teve comigo até os momentos finais e João pelo incentivo constante em mensagens e ligações.

Aos meus orientadores Gilda Olinto e Bendito Medeiros que iluminaram meu caminho.

E a todos os colegas de trabalho do IBICT que participaram dessa caminhada.

,

.

## RESUMO

MACIEL, Ariane Durce. Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do programa federal GESAC. Orientador: Gilda Olinto Co-orientador: Bendito Medeiros Neto. 2015. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.

Este estudo buscou identificar as diferenças de gênero no uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) disponíveis aos usuários do programa de inclusão digital do Governo Federal, Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC, utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa - PNAG. Os processos cognitivos envolvidos no aprendizado e apropriação das TICs, e sua relação direta com a inserção dos indivíduos na sociedade do conhecimento pela via da inclusão digital são abordados no capítulo 2. Para tratar da questão de gênero, o terceiro capítulo traz um panorama das conquistas femininas notadamente nos dias de hoje, quando a inclusão digital mostra-se como ferramenta de aumento da cidadania das mulheres na busca da igualdade entre os gêneros. A pesquisa analisa os dados de 8483 usuários de pontos de presença do GESAC, coletados durante a PNAG. A abrangência nacional do programa e, portanto dos dados utilizados, contemplou os diversos pontos de presença, que se encontram instalados em laboratórios de informática de escolas públicas, Pontos de Cultura, unidades militares, sindicatos, associações e organizações não-governamentais. Estes dados secundários, disponíveis em software estatístico, permitiram a realização de análises focalizando as relações entre as variáveis sociodemográficas – gênero e condições sociais – e as variáveis que visaram captar as características do uso, as finalidades de uso e as opiniões dos usuários sobre o seu próprio aprendizado. Utilizaram-se classificações de finalidades de uso da internet: aquelas que contribuem para o capital social, para o capital cultural e aquelas que têm finalidade utilitária. Os resultados mostraram equilíbrio entre os gêneros em diversos aspectos do uso e apropriação das TICs. Entretanto, também foram observadas diferenças de gênero em aspectos que podem impactar em oportunidades para as mulheres, como a liderança masculina na busca por informações sobre trabalho e no uso do dinheiro e em iniciativas que exigem independência e pro-atividade no uso das TICs, como fazer *downloads* e criar *blogs* e *websites*, assim como manter-se informado e utilizar a internet para o lazer. As mulheres, por sua vez se destacam no uso das TICs para tarefas que estão ligadas a papéis tradicionalmente femininos, como o cuidado com o bem estar, além de uso para educação. As atividades que mais se destacaram para o incremento do capital social foram uso de mensageiros eletrônicos e sites de relacionamento. As contribuições mais expressivas na aquisição de capital cultural foram: fazer trabalhos escolares e ler notícias, enquanto que o uso da internet para realização de cursos online ainda apresenta valores muito aquém do desejável.

Palavras-chave: Inclusão Digital; Gênero; Características sócio demográficas; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); Capital Social e Capital Cultural.

## ABSTRACT

MACIEL, Ariane Durce. Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do programa federal GESAC. Orientador: Gilda Olinto Co-orientador: Benedito Medeiros Neto. 2015. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.

This dissertation focuses on social and gender differences in use and appropriation of information and communication technology (ICT) by users of a Brazilian federal government program for digital inclusion – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). The literature that considers social and cognitive problems involved in ICT learning and appropriation and its consequences for participation in knowledge society are discussed. Women conquests and gender problems related to ICT use are also considered. Data analyzed here were obtained from a research project aimed at evaluating the above mentioned government program – a Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa – carried out in 2009 all Brazilian states, and obtaining information about program users of these “Pontos de Presença” (Presence Points), installed in a large range of institutions, including public schools, non-government associations, military units, etc. Several aspects users ICT knowledge, use and opinion about the program from 8483 program users. These secondary data allowed one to explore relationships between social-demographic variables that seek to detect ICT use appropriation. Based on the literature that discusses ICT impact in society, a classification of types of ICT were utilized in the analyses which therefore aggregates ICT uses that contribute to the “cultural capital”, “social capital” and to utilitarian purposes. Although gender differences were not outstanding, results obtained suggest that men use ICT and search information in the internet more independently and in a more or-active way, as it is case of downloads and blogs and websites creation, whereas women use it more for the fulfillment of tasks characteristics of women’s social roles, as information about wellbeing and education.

Key words: Digital Inclusions; Gender; Sócio-Demographic Characteristics; Social Capital; Cultural Capital; Communication and Information Technologies (ICT)

## GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Distribuição dos usuários do Programa GESAC por região de residência - 2009	80
GRÁFICO 2	Distribuição dos usuários do Programa GESAC por unidade federativa - 2009	81
Gráfico 3	Percentual de homens e mulheres em relação à faixa etária e o gênero dos usuários do Programa GESAC	84
Gráfico 4	Percentual de gênero em relação à escolaridade dos usuários do Programa GESAC - 2009	85
Gráfico 5	Percentual de gênero em relação ao estado civil dos usuários do Programa GESAC – 2009	87
GRÁFICO 6	Posição financeira dos usuários do Programa GESAC em relação gênero – 2009	89
GRÁFICO 7	Ocupação principal (condição de atividade/inatividade) dos usuários do Programa GESAC em relação ao gênero	90
GRÁFICO 8	Infraestrutura residencial em TICs em relação ao gênero dos usuários do Programa GESAC – 2009	92
GRÁFICO 9	Uso do computador em relação ao gênero dos usuários do Programa GESAC – 2009	93
GRÁFICO 10	Uso da internet em relação ao gênero dos usuários do Programa GESAC – 2009	93
GRÁFICO 11	Usuários do Programa GESAC que consideram que tem conhecimento do Programa GESAC	94
GRÁFICO 12	Impacto da internet na vida dos usuários e da comunidade do Programa GESAC – 2009	102

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produtos que as mulheres brasileiras querem comprar pela web	54
Tabela 2: Local de moradia dos usuários do Programa GESAC - 2009	81
Tabela 3: Sexo dos usuários do Programa GESAC - 2009	82
Tabela 4: Cor (Raça) dos usuários do programa GESAC - 2009	82
Tabela 5: Faixa etária dos usuários do Programa GESAC - 2009	83
Tabela 6: Grau de escolaridade dos usuários do Programa GESAC – 2009	85
Tabela 7: Estado civil dos usuários do Programa GESAC - 2009	86
Tabela 8: Renda dos usuários do Programa GESAC – 2009	87
Tabela 9: Posição financeira dos usuários do Programa GESAC – 2009	88
Tabela 10: Ocupação principal dos usuários do Programa GESAC – 2009	90
Tabela 11: Infraestrutura residencial em TICs dos usuários do Programa GESAC – 2009	91
Tabela 12: Tempo de utilização da internet e do computador pelos usuários do Programa GESAC – 2009	92
Tabela 13: Desempenho dos usuários Programa GESAC em tarefas básicas, segundo o gênero – 2009	95
Tabela 14: Autoavaliação do conhecimento em software livre e software proprietário nos pontos de presença do Programa Gesac– 2009	96
Tabela 15: Participação dos usuários do Programa GESAC em cursos de Capacitação em software livre e software proprietário	96
Tabela 16: Desejo dos usuários do Programa GESAC em aprender o uso do software livre e proprietário – 2009	97
Tabela 17: Tipos de uso da internet em relação ao gênero dos usuários do Programa GESAC – 2009	99

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANATEL** – Agência Nacional de Telecomunicações
- ANCIB** – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
- ARPAnet** – Advanced Research Project Agency Network
- CEMINA** – Comunicação, Educação e Informação em Gênero
- CAPES** – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CGI** – Comitê Gestor da Internet
- CMSI** – Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação
- CPqD** – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
- DIDIX** – Índice de exclusão digital (digital divide index)
- ENANCIB** – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
- ENIAC** - Electrical Numerical Integrator and Computer
- GESAC** – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
- IBICT** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- ID** – Inclusão Digital
- IDRC** - Internacional Development Research Centre
- MAVIDIS** - Modelo de Avaliação de Inclusão Digital, Informacional e Social Integrado
- MC** – Ministério das Comunicações
- MD** – Ministério da Defesa
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- MEC** – Ministério da Educação
- MinC** – Ministério da Cultura
- Nupef** - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Formação
- ONG** – Organização Não-Governamental
- PP** – Ponto de Presença
- PISA** - Programme for International Student Assessment
- PNAG** – Pesquisa Nacional de Avaliação do GESAC
- PROINFO** – Programa Nacional de Informática na Educação
- SIBIS** – Statistical Indicators Benchmarking the Information Society
- SID** – Secretaria de Inclusão Digital do MC
- SPSS** – Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS Data Collection)
- STE** – Secretaria de Telecomunicações
- SOCINFO** – Sociedade da Informação
- TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E INCLUSÃO DIGITAL</b>	<b>17</b>
2.1	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E INTERNET	17
2.2	INTERNET, INDIVÍDUO E COGNIÇÃO	21
2.3	PARADIGMA SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, CONTEXTO SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL	24
<b>3</b>	<b>QUESTÕES DE GÊNERO – A INCLUSÃO DAS MULHERES</b>	<b>37</b>
3.1	MULHERES E TECNOLOGIA	37
3.2	MULHERES E EXCLUSÃO SOCIAL	42
3.3	MULHERES, TICS E INCLUSÃO DIGITAL	49
<b>4</b>	<b>OS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL DO GOVERNO BRASILEIRO E O GESAC – BREVE RETROSPECTO</b>	<b>56</b>
<b>5</b>	<b>O CAMPO DE ESTUDO – O GESAC</b>	<b>61</b>
5.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS	61
5.1.1	<b>Situação Atual</b>	68
5.2	MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO	69
5.3	ESTUDOS REALIZADOS SOBRE O PROGRAMA	72
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>73</b>
6.1	CARACTERÍSTICAS DOS DADOS	74
6.2	O MODELO DE ANÁLISE E ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS	75
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>79</b>
7.1	PERFIL E REGIONAL SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA GESAC	79
7.2	GÊNERO E CONHECIMENTO, INTERESSE E PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA	94
7.3	GÊNERO E TIPOS DE USO DA INTERNET	97
7.4	GÊNERO E OPINIÃO SOBRE IMPACTO DO PROGRAMA	102
<b>8</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>104</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>106</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>109</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>153</b>

## **APÊNDICES E ANEXOS**

### **APÊNDICES**

APÊNDICE A – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO POR IDADE DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA GESAC	116
--	-----

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM BENEDITO MEDEIROS NETO (CONSULTOR DO PROGRAMA GESAC)	
--	--

### **ANEXOS**

ANEXO A – PLANO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO GESAC – COMUNICADO AOS PARCEIROS	118
ANEXO B – OBJETIVOS E FINALIDADES DO PLANO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GESAC	120
ANEXO C – AGRADECIMENTOS AOS PARCEIROS DO PROGRAMA – ETAPA FINAL AVALIAÇÃO	122
ANEXO D – ESTUDOS DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	124
ANEXO E – PORTARIA Nº 520 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012	132
ANEXO F – ORIENTAÇÕES PARA O RESPONSÁVEL E PARA APLICADOR DOS QUESTIONÁRIOS NOS ESTADOS	141
ANEXO G – PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	144
ANEXO H – QUESTIONÁRIO PNAG	147
ANEXO I – ENTREVISTA COM BENEDITO MEDEIROS NETO (CONSULTOR DO PROGRAMA GESAC)	154

## 1 INTRODUÇÃO

Democratizar e universalizar o acesso à rede mundial de computadores requer políticas públicas que mobilizem um conjunto de atores. A internet e o computador - ou outro dispositivo que a ela deem acesso - tornaram-se um ingrediente básico da democracia, tanto quanto o direito ao voto. A mais nova reivindicação recai sobre a necessidade superar a situação, em que apenas alguns estão capacitados a buscar, armazenar, processar, gerar, e transmitir informações através da internet, enquanto uma parcela significativa da população permanece despreparada para uma sociedade da informação, convertida em conhecimento.

Quem defende a inclusão digital, de certo modo, acredita que as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs<sup>1</sup> podem ser reconfiguradas para usos legítimos. Se a revolução informacional alargou as desigualdades, servindo à constituição de gigantescos oligopólios, acentuou o fluxo dos recursos dos países pobres para os ricos produtores de tecnologia, o momento atual é de se buscar a apropriação dessas tecnologias pelas comunidades carentes.

A sociedade da informação é um conceito em evolução. De acordo com a Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação - CMSI, a sociedade da informação é uma sociedade configurada em redes, ou seja, um conjunto de pontos de conexão, também chamados de 'nós' onde podem circular a informação. (NEVES, 2010)

A CMSI foi concebida a partir de pré-conferências intergovernamentais realizadas em duas rodadas a primeira em Genebra, na Suíça, em 2003 e a segunda em Túnis, na Tunísia, em 2005. Ao final das duas rodadas foram publicados quatro documentos finais: a Declaração de Princípios de Genebra, o Plano de Ação de Genebra, o Compromisso de Túnis e a Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação, tendo sido estabelecido um prazo até 2015 para o cumprimento das metas estabelecidas, com ênfase no desenvolvimento democrático e igualitário da Sociedade da Informação.

A partir de 2005 a CMSI passou a ter fóruns anuais, com o objetivo de discutir os temas principais que envolvem a Sociedade da Informação, dar continuidade aos debates emergidos durante as duas fases e fazer atualizações, de acordo com o

---

<sup>1</sup> As tecnologias de informação e comunicação congregam os processos de produção, armazenamento, veiculação, recuperação e reutilização de informação em constante atualização (textos, sons, imagem e movimentos), como também os processos de transmissão de informação por meio de dispositivos técnicos, por exemplo, fios e circuitos elétricos, circuitos eletrônicos, fibras, discos óticos, permitindo assim a construção de uma rede de informação e comunicação flexível, dinâmica, descentralizada e heterogênea.

desenvolvimento/andamento das metas. Os indicadores existentes apontam que, apesar de muito já ter sido feito para proporcionar às pessoas ao redor do mundo o acesso à informação e às TICs, as sociedades, principalmente de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ainda estão longe das metas “idealizadas” pela CMSI.

Expandir o uso das TIC e o acesso à informação passou a ser o alvo estratégico de políticas públicas que buscam minimizar obstáculos à inclusão social das camadas menos favorecidas da sociedade. Mas, em que medida se pode afirmar que esses objetivos auxiliam a ampliação do processo democrático e igualitário para homens e mulheres? Por outro lado, em que medida a inclusão digital se articula com o combate à exclusão social e econômica? E, mais ainda, de que estamos falando quando utilizamos a expressão “inclusão digital”?

O Dicionário de Biblioteconomia dá uma definição de inclusão digital:

Inclusão digital: anexação, apensação. Juntada entre classes de maneira que uma pode ser incluída na outra...**i.digital** *digital inclusion, e-inclusion, eletronic inclusion*, extensão a toda sociedade dos benefícios decorrentes do acesso às tecnologias de informação e comunicação, por meio de ações, públicas ou privadas, que têm por objetivos chegar a uma sociedade da informação que possa prover a igualdade das oportunidades digitais para todos os seus habitantes; info-inclusão. Ant: fosso digital. (CUNHA, 2008 p.193)

O conceito acima revela os aspectos envolvidos no significado do termo inclusão digital, e que é apresentado como instrumento de promoção da igualdade, fazendo uso da tecnologia para minimizar as desigualdades sociais. A ideia de fosso fica implícita ao conceito de exclusão digital.

O estudo aqui proposto trata de uma investigação que coordena aspectos sócios demográficos e econômicos, analisando as características da comunidade de usuários de iniciativas governamentais, que visam contribuir para a inclusão digital em comunidades socialmente desfavorecidas, buscando identificar como estas características impactam na sua inclusão digital.

Estudar a comunidade de usuários de um programa de inclusão digital atende fundamentalmente à recomendação do governo federal em avaliar seus projetos e programas, como também para o próprio planejamento do sistema, que requer uma ampla gama de dados, inclusive, referentes às necessidades de informação dos usuários.

A emergência do conceito de gênero e sua utilização estão fortemente ligadas a uma dimensão política, tanto no que diz respeito às suas origens, como quanto aos seus propósitos.

Ele ganha força a partir do movimento feminista, cujas principais propostas estão voltadas às mudanças nas relações de poder tanto no âmbito público como no privado, procurando atenuar as formas de dominação-exploração no conjunto das relações sociais. A presença desse tipo de análise não poderia ser destacada do contexto das TIC, dada à necessidade de se investigar possíveis práticas cotidianas de segregação das mulheres nas esferas reprodutivo-produtivas, que podem impactar na sua inclusão digital.

O olhar para a questão de gênero, no âmbito da comunidade de usuários do programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, - GESAC (Todas as informações sobre o Programa GESAC podem ser acessadas em <http://www.gesac.gov.br>) justifica-se numa perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais. E, mais ainda, entender pela ótica do gênero, como se comportam os usuários dos telecentros na interação com ferramentas e componentes tecnológicos, bem como na busca de (e que) informações no mundo digital, ou seja, quais usos fazem da internet.

“A posição das mulheres e dos homens na hierarquia social não é absolutamente equivalente nas sociedades contemporâneas. Essas posições, desiguais e assimétricas, podem ser apreendidas seja em termos de complementariedade, seja em termos de correlações de forças antagônicas.” (HIRATA, 2000 p.190)

A reflexão que aqui se propõe é de que como os usuários e usuárias dos telecentros percebem a mudança em suas vidas, ocasionada pela internet, e como as oportunidades abertas pelo acesso ao mundo digital conduziram à inclusão social desses indivíduos, considerando o seu grupo de gênero. Diante das políticas de inclusão digital, o que dizem os usuários das TIC em programas de acesso gratuito à internet?

As desigualdades de gênero são as questões gerais que norteiam este estudo: como as diferenças de gênero se manifestam na inclusão digital? Como o perfil sócio demoGráfico dos usuários se relaciona com o aprendizado, com a interação no mundo virtual e com os usos efetivos e as percepções sobre a inclusão digital.

## 2 SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E INCLUSÃO DIGITAL.

Nesse capítulo aborda-se, a partir do surgimento da internet, os impactos causados na vida dos indivíduos em função das mudanças ocorridas na esfera econômica. As relações entre indivíduos e sociedade da informação, os processos cognitivos envolvidos no aprendizado e apropriação das TICs, são relacionados em função promoção de inclusão ou exclusão digital. Buscando-se, dessa forma, elucidar a relação direta dessas vertentes com a inserção dos indivíduos na sociedade do conhecimento pela via da inclusão digital. O paradigma social da Ciência da Informação delimita o espaço no qual se desenvolvem essas relações.

### 2.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E INTERNET

A sociedade pós-moderna ou “pós-industrial” (WELSH, 1988, apud WERSIG, 1993) experimentou um dilúvio de literatura disponível ou disponibilizada, que mais tarde seria entendido como consequência da mudança do papel do conhecimento tanto para os indivíduos, para as organizações bem como para as culturas de modo geral. As transformações do capitalismo ocorridas nas últimas décadas delimitaram uma trajetória marcada por sucessões de tipos de regimes de acumulação. Nesse contexto, podemos citar a passagem do regime fordista e *taylorista* ao regime *Just in Time* e da produção enxuta. Por conseguinte, a era atual tem sido referenciada como a era da economia baseada no conhecimento ou economia do aprendizado e, mais recentemente como período de desenvolvimento do capitalismo cognitivo (LUNDVALL, 2006; JOHNSON, 2006).

Uma das características marcantes desse novo regime é a mobilização da linguagem, transformando a comunicação em mais uma ferramenta produtiva (Marazzi, 2009). O capitalismo dito pós-moderno centra-se na valorização de um capital intitulado imaterial, qualificado também “capital conhecimento” ou “capital Imaterial”. A análise das características do ciclo econômico pós-fordista, em relação aos ciclos anteriores, revela um salto de inovações e reestruturação, no qual as dimensões comunicacional e linguística estão em seu cerne. Tal salto foi possível devido à integração crescente das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos processos produtivos. (CORSINI, 2010).

A interação e a cooperação por meio das TICs possibilitaram a constituição de um emaranhado de redes sociais e técnicas gerando ambientes complexos e uma diversidade

grande de fluxos de informação envolvendo a sociedade contemporânea. A crescente informatização das atividades e processos tende a transformar a vida dos indivíduos, na era atual, em uma contínua atividade de gestão de um fluxo contínuo de informações. O desempenho das atividades rotineiras passa a repousar sobre sua implicação subjetiva, na medida em que a gestão do fluxo de informações exige uma atitude de entrega e doação contínuas.

O desenvolvimento e difusão das TIC, ao lado da codificação e digitalização do conhecimento, transformado em informação, figuram como facilitadores do acesso a um número cada vez maior de usuários, e também, como fomentadores da formação de redes colaborativas por meio de plataformas digitais. A participação em sites de relacionamento e em ambientes colaborativos e cooperativos pode estimular à aprendizagem, na troca e disseminação de informações, o que propicia a geração de novos conhecimentos entre os indivíduos.

Segundo Corsini (op. cit.), o novo regime de acumulação capitalista não separa mais o tempo dedicado ao trabalho do restante do tempo dedicado a outras atividades da vida. O tempo é a própria vida em todo e qualquer espaço, o capitalismo cognitivo global mobiliza produtivamente todas as figuras sociais, quaisquer que sejam as suas categorias funcionais. A autora destaca, segundo os trabalhos de Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, Yann Moulier-Boutang, Antonella Corsani, que o atual regime de acumulação capitalista implica em um processo de produção de valor que se dá no plano cognitivo (intelecto – cooperação – afetos – linguagem – tecnologias), envolvendo assim elementos imateriais ou intangíveis da atividade produtiva sendo, portanto, desenvolvido a partir do conhecimento e da cooperação entre cérebros.

O surgimento da internet e as possibilidades oferecidas por esse novo meio de comunicação foi ao mesmo tempo estimulante e assustador. Segundo Murray (2003), a habilidade de transportar pessoas a lugares virtuais, conectando com outras do outro lado do planeta e a capacidade de recuperação de vastas quantidades de informação alterou dramaticamente a capacidade de interação humana, tornando os indivíduos inquietos a ponto de desafiar o próprio conceito de humanidade.

A internet foi criada por volta dos anos 1960 e 1970, nos Estados Unidos, na chamada era da Guerra Fria. Em seu projeto inicial foram consideradas duas frentes de conceitos que atenderiam em primeiro lugar um sistema robusto de telecomunicações que fosse capaz de sobreviver a um ataque nuclear, mesmo que os sistemas de comunicações até então existentes fossem destruídos. Em segundo lugar, o conceito da rede mundial seria

associado a permitir conectividade em um modelo de comunicação todos-todos, ou seja, diversos computadores conectados ao mesmo tempo e em redes em diversas distâncias. (COTTON; OLIVER, 1997).

Inicialmente projetada como uma alternativa de um meio de comunicação em rede, foi denominada como a Advanced Research Project Agency Network (ARPAnet), desenvolvida pelo Ministério da Defesa dos Estados Unidos em atendimento às demandas do governo e dos laboratórios de pesquisas, todavia em uma arquitetura não hierarquizada.

O acesso à rede foi sendo aberto em etapas. Na década de 70 foi feita a interconexão das universidades americanas, seguidas das demais instituições de ensino e pesquisa pelo mundo. O resultado da conexão da ARPAnet com outras redes de computadores, permitiu que as diversas redes se comunicassem, e que ao final de um período de franca expansão culminasse em uma rede global de computadores, no formato atual da internet.

Foi através de uma aplicação de compartilhamento da informação proposta por Tim Berners-Lee que se criou a *World Wild Web* – WWW (Rede de Alcance Mundial). A tecnologia, inicialmente analógica, deu lugar à tecnologia digital, cuja transposição permitiu a fusão de mídias distintas para um único meio de concentração, controle, armazenamento e transmissão. O meio digital permitiu ainda, a organização e/ou manipulação de textos, imagens, sons, animações e vídeos, por meio de um controle único, pela manipulação do mouse ou mais recentemente por manipulação direta, como por exemplo, pela tecnologia *multi-touch screen*. (TEIXEIRA, 2014) (COTTON; OLIVER, 1997)

Muito antes do surgimento dos computadores, o gênio belga Paul Otlet<sup>2</sup> postulou sua ideia, em 1895, sobre "bibliotecas universais" para dar a qualquer um, acesso a um grande número de livros. Em 1934, em seu livro *Traité de Documentation: Le livre sur le livre*, ele chamou isso de "telescópios eletrônicos" que conectariam as pessoas instantaneamente aos livros, filmes, gravações de áudio e fotos. Advogado e bibliotecário Paul Otlet percebeu que os fios e as ondas de rádio que ligam o mundo poderiam ser usadas para mais do que apenas entretenimento. Ele sonhou com um "cérebro coletivo mecânico" e desenvolveu ideias cujas aplicações vemos hoje em infraestruturas, como a Web semântica e os atuais navegadores.

O objetivo final de Otlet era um sistema onde, à distância, todos seriam capazes de ler o texto, ampliado e limitado ao assunto desejado, projetado em uma tela individual. Algo que antecipava a internet moderna. De acordo com o livro, intitulado "Cataloguing the World" (Catalogando o mundo, em tradução livre), esse empreendedor belga chamado Paul Otlet

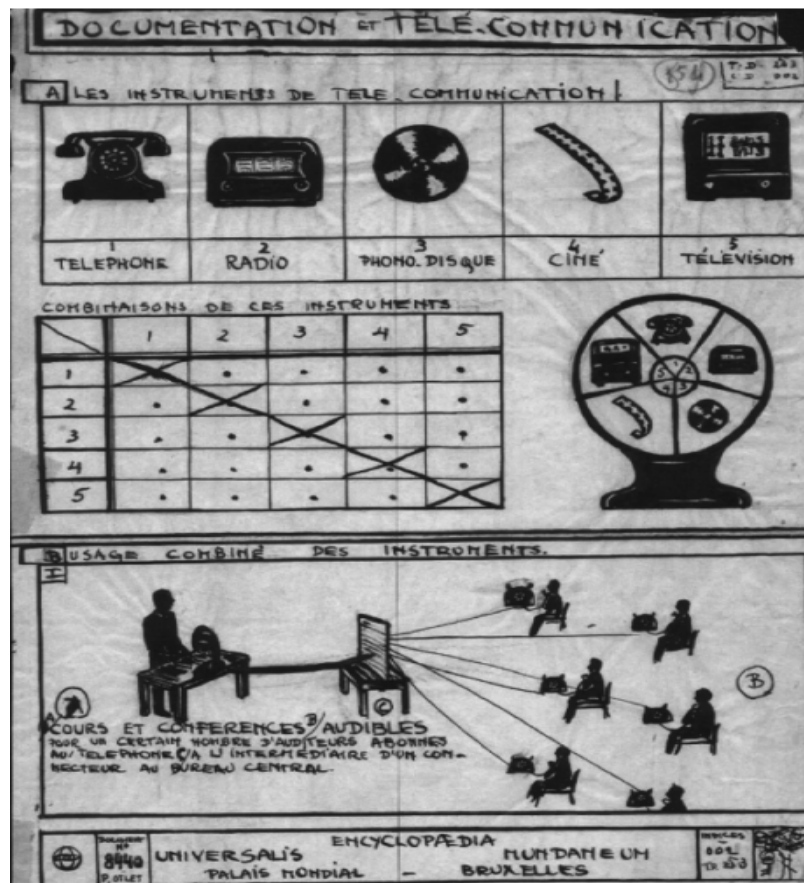
---

<sup>2</sup> Otlet é considerado o pai da Ciência da Informação e seu pensamento inicial sobre informação é visto um pré-cursor para o computador moderno e seu acesso à Internet. Infelizmente, a visão de Otlet foi destruída pela invasão nazista da Bélgica em 1940, e logo em seguida ele acabou morrendo.

previu a world wide web muito antes de os computadores (e a própria world wide web) serem inventados. O livro foi escrito por Alex Wright, diretor de experiência do usuário e desenvolvimento de produtos do New York Times.

Otlet passou quatro décadas refinando o conceito com seu parceiro, Henri La Fontaine. Juntos, eles previram camadas de dados, projetadas para fora a partir de uma base central de informações (figura 1). Nos tempos atuais, que podem ser classificados como o tempo do pós-papel a atividade de leitura que antes se caracterizava num ato solitário por excelência, está se transformando em ato interativo e coletivo, com novos dispositivos e aplicativos que permitem que as observações e os trechos ressaltados por alguns leitores sejam compartilhados e, portanto, vistos por outros. O contato entre os leitores e os autores desses comentários tem tornado a leitura uma atividade comunitária eletronicamente conectada.

Figura 1: As ideias de Otlet.



Fonte: OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre*.  
 The Big Internet Museum. Disponível em:  
<http://www.thebiginternetmuseum.com/wings#concept-of-theweb>.  
 Publicado pela primeira vez em 1934. Acesso em 13 mar. 2010.

## 2.2 INTERNET, INDIVÍDUO E COGNIÇÃO

Em uma reportagem publicada na revista *Veja*, André Petry (2012), ao falar da “Revolução do Pós-papel”, menciona Sócrates e seu grande temor, uma vez que, sendo ele, apreciador da linguagem oral, achava que somente o discurso, a palavra falada, o diálogo face a face, eram capazes de estimular o questionamento e a memória. Segundo esse pensamento, os únicos caminhos que conduziam ao conhecimento profundo, à sabedoria eram a retórica e o discurso. O temor de Sócrates era o de que os jovens atenienses, com o recurso fácil da escrita e da leitura, deixassem de exercitar mais a memória e a expressão oral, e, dessa forma, o hábito de questionar fosse igualmente sendo perdido.

Assim como Sócrates e também Platão, em sua famosa diatribe<sup>3</sup> contra a escrita, manifestada em *Fedro*<sup>4</sup> (Este é um dos principais diálogos platônicos, tratando sobre retórica, discurso e da arte de se expressar), acreditava que esta daria aos discípulos “não a verdade, mas a aparência da verdade”.

Para Petry (op. cit.) a grande revolução que se instaurava à época, foi corretamente intuída pelo grande filósofo, permitiu, por sua vez, o mais esplêndido salto intelectual de uma civilização ocidental.

A transição para a era digital é, sem sombra de dúvidas, uma esplendorosa transformação da forma de se expressar. A era, em curso, configura mudanças profundas na leitura, na escrita e dentro do cérebro humano. Estamos nós, às voltas, agora, 2.500 (dois mil e quinhentos) anos depois, com outra revolução, qual seja da cultura escrita para a cultura digital. Presenciamos a introdução do livro eletrônico, que oferece ao leitor, uma experiência visual e tátil inteiramente diversa em sua forma e, por conseguinte, de próprio conteúdo.

Mas, assim como Sócrates se preocupava com os impactos da valorização da linguagem escrita em detrimento da oralidade na formação dos indivíduos, os estudiosos do nosso tempo também estão preocupados com o impacto do mundo digital na vida dos indivíduos conectados à rede mundial de computadores (ou instrumentos que permitam a interação pela internet). Afinal, no que se tornará o acesso à internet, uma ferramenta poderosa de busca de novas percepções e de aculturação ou uma deterioração da qualidade da leitura, uma vez que a infinita gama de recursos eletrônicos podem minar a paciência e a

---

3 Termo de origem grega (diatribe, “discurso ou conversação filosófica”) que, inicialmente, se refere aos discursos preambulares moralistas dos filósofos estoicos e cínicos na Grécia antiga

4 Este é um dos principais diálogos platônicos que trata de retórica, discurso e da arte de se expressar.

concentração, dada a abundância de informações e intermináveis estímulos visuais e sonoros? Os usuários, digitalmente incluídos, ao praticarem a leitura *on-line*, serão capazes de exercitar a leitura profunda, que longe de ser esnobismo intelectual, é a forma na qual o cérebro cria poderosos circuitos neuronais?

Segundo a neurocientista Maryanne Wolf<sup>5</sup> o homem nasce geneticamente pronto para ver e para falar, mas não para ler. Ler não é natural, é uma invenção cultural que precisa ser ensinada ao cérebro. É preciso que haja uma conexão entre os neurônios responsáveis pela visão, pela linguagem e pelo conceito (WOLF, 2008). Em poucas palavras, é preciso redesenhar a estrutura interna, segundo as circunstâncias externas. Um cérebro organizado para ler caracteres chineses, por exemplo, consegue ativar áreas jamais usadas por um cérebro educado para ler no alfabeto latino do português. Na criação de novos caminhos neurais, segundo Maryanne Wolf, o cérebro expande sua capacidade de pensar, numa esplêndida dialética cognitiva em que o meio muda o cérebro e o cérebro muda o meio.

Abordar a inclusão digital sob a ótica da cognição nos remete à Gardner (1994) que define a Ciência Cognitiva “como um esforço contemporâneo de fundamentação empírica e que busca responder principalmente às questões relacionadas à construção do conhecimento, seus componentes, seu desenvolvimento e seu emprego”. As TICs vieram a alargar o campo de pesquisa e as aplicações centradas sobre o conhecimento, a informação e a comunicação. A pesquisa cognitivista tem como objetos: a percepção, a linguagem, as inferências, a ação e a maneira como se refletem sobre nós os principais desenvolvimentos tecnológicos – reconhecimento de imagem, tecnologias da informação, robótica e outros.

Dessa forma, a experimentação científica leva o estudioso desse campo a procurar entender aquilo que é “conhecido” (objetos e sujeitos do mundo externo) e o “sujeito” (aparelho perceptivo, mecanismos de aprendizagem, memória e racionalidade) fazendo conjecturas a respeito da forma, da imagem, do conceito da palavra e de como estes modos de representação se relacionam entre si, e neste estudo, especialmente, no universo do mundo virtualizado.

No campo de estudos das Ciências Cognitivas foram desenvolvidas visões diferenciadas sobre a cognição, sem que o surgimento de cada uma nova implicasse o desaparecimento das anteriores.(LAGE; BURNHAM; MICHINEL, 2012). Citamos aqui o cognitivismo, o connexionismo e o enacionismo. Em breves palavras, o cognitivismo baseia-

---

5 Neurocientista diretora do Centro de Pesquisas de Leitura e Linguagem da Universidade Tufis, de Boston.

se na definição de que cognição é a representação mental, e o comportamento cognitivo presume que o agente reage ao mundo representando elementos pertinentes à realidade a qual se encontra. A hipótese cognitivista assume que a inteligência consiste em agir sobre uma base de representações que tem uma realidade física sob a forma de código simbólico no cérebro e no computador. E, nesse contexto, o computador (enquanto dispositivo usado nos programas de inclusão digital) manipula a forma física dos símbolos, não tendo nenhum acesso ao seu valor semântico e, portanto quanto mais fiel à representação, mais adequado é o comportamento do agente.

A hipótese conexionista, por sua vez, está amparada na identificação do modo funcionamento do cérebro, que a partir de um número infinito de interconexões, em um esquema distribuído, podem se modificar com as experiências, testemunhando assim uma capacidade auto-organização. Segundo Varela (1992), o tratamento simbólico da informação baseado em regras sequenciais tende a ser superado por um modo de funcionamento distribuído, relativamente equipotencial e imune à deterioração. A abordagem conexionista é não simbólica.

A enação ou enancionismo trata a cognição a partir de uma perspectiva autossituada, como uma ação efetiva, que permite a continuidade da existência do ser vivo em determinado ambiente, à medida que ele constrói o mundo e o mundo é por ele construído. Nessas bases, Varela (1992) argumenta que nossa atividade cognitiva cotidiana se relaciona à capacidade de colocar questões pertinentes que surgem a cada momento da vida. Sendo assim questões não pré-definidas, mas enantadas, que “fazemos emergir” de um segundo plano, e os critérios de pertinência são ditados por nosso senso comum, de forma sempre contextual.

As Ciências Cognitivas buscam em última análise entender a nossa maneira de ver o mundo e a nós mesmos. Segundo Biolchini a partir do século XX, os campos das ciências da vida expandem seus modelos teóricos e operacionais, dando origem ao paradigma sistêmico, como forma de explicar os intercâmbios de matéria, energia e informação, e suas múltiplas interações, as quais ocorrem em diferentes níveis organizacionais dos seres vivos.

Nesse sentido, mente deixa de ser somente compreendida como uma parte de um indivíduo, equivalente a suas manifestações psíquicas intrapessoais e, numa acepção anatômica reducionista, assim restrita à esfera de eventos ocorridos exclusivamente no tecido celular do órgão cérebro. Mente passa a ser definida como “um agregado de partes ou componentes interativos”, cuja interação “é desencadeada pela diferença. (BIOLCHINI, 2013 p. 308)

O desafio posto é então como pensar a cognição? O cérebro apenas não é o bastante para explicar o pensar, já que não serve mais como endereço único para essa atividade. Cognição ultrapassa o pensar, a cognição está todo o corpo. Citando Gregory Bateson<sup>6</sup> (1976) poderíamos dizer que a mente de um cego vai até a ponta de sua bengala, ou seja, o corpo biológico não serve como clausura para a cognição.

Em sua pesquisa sobre a cognição Biolchini a define a partir de sua incorporação científica como sendo uma propriedade universal dos seres vivos, que vai além dos limites dos sistemas neurológicos. O autor nos traz ainda numa perspectiva contemporânea outras dimensões e vertentes para o termo cognição, quais sejam, atuada, incorporada, entranhada, estendida – o que implicaria em ressignificar o paradigma milenar da universalidade da informação, compreendendo sua relação com os homens em todos os níveis sistêmicos e esferas ontológicas. Finalizando, o autor enfatiza que os processos de aprendizagem podem ser desenvolvidos à luz de uma nova compreensão da cognição, sob a perspectiva da mente que inclui suas diferentes dimensões relacionais e as potencialidades de seu devir.

O fenômeno da internet – lócus de expressão mais evidente da cultura contemporânea, o ciberespaço – é “um espaço invisível de conhecimentos, saberes, potências de pensamentos que brotam e transformam qualidades do ser, maneiras de construir a sociedade” (LÉVY, 1994).

### 2.3 PARADIGMA SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, CONTEXTO SOCIAL E INCLUSÃO DIGITAL

A Ciência da Informação enquanto área do conhecimento apresenta segundo Capurro (2003), três paradigmas – o físico, o cognitivo e o social. Assim também, a subárea de estudos de usuários também pode ser dessa forma identificada.

Gandra e Duarte (2013) apresentaram as fases dos estudos de usuários como sendo: abordagem tradicional, com predominância de estudos quantitativos realizados a partir de uma visão funcionalista que corresponderiam ao paradigma físico. A abordagem alternativa

---

6 Gregory Bateson era biólogo e antropólogo por formação, grande pensador sistêmico e epistemólogo da comunicação, incorreu também pela psiquiatria, psicologia, psicosociologia, sociologia, linguística, ecologia e cibernética.

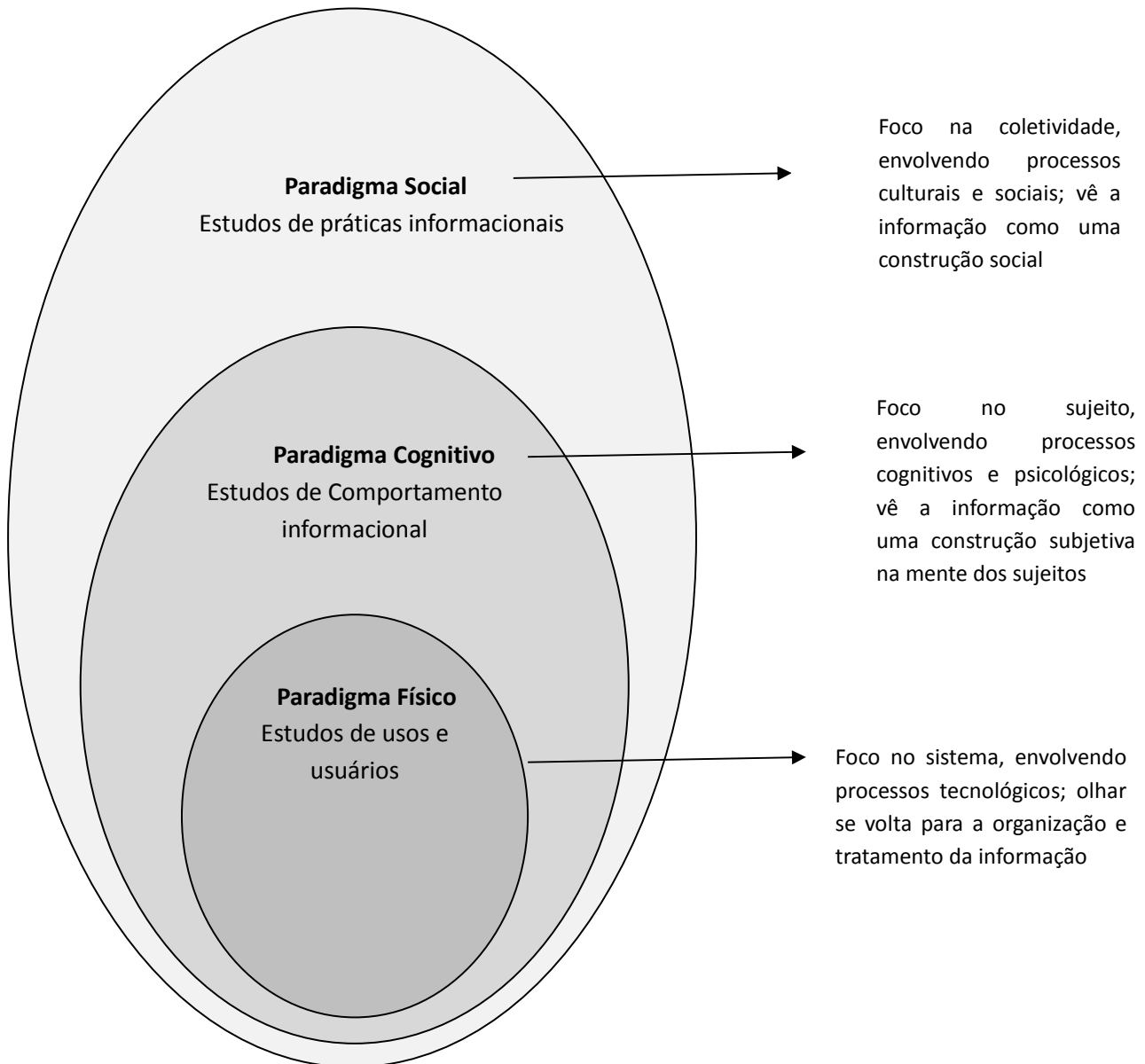
ou cognitiva, que passa a considerar os aspectos cognitivos e emocionais dos usuários em suas análises, corresponderia ao paradigma cognitivo (Figura 2).

E, por fim, a ampliação nas pesquisas dos estudos de usuários, com pesquisas que contemplam o contexto sociocultural dos usuários da informação, corresponderia ao paradigma social. Esses estudos, por sua vez, ainda se apresentam pouco presentes nos veículos de comunicação da área. Reproduzimos a seguir a figura elaborada pelas autoras e que sintetiza as principais características dessas abordagens. Como mostra a figura, as abordagens ou paradigmas se complementam. Os estudos de usuários atualmente desenvolvidos têm procurado olhar cada vez mais para os estados mentais dos indivíduos, sob o entendimento de que o sujeito não é um ser cognoscente isolado de um contexto histórico e principalmente sociocultural.

O que se pretende não é retomar a discussão sobre os paradigmas da CI e, sim reforçar o foco, apresentado por Gandra e Duarte para o Paradigma Social, que se detém nas questões relacionadas à coletividade que envolve os processos culturais e sociais. Nesse estudo, assim como no Paradigma social, a informação é vista como uma construção social. Aquilo que não era respondido pelo paradigma físico da CI tornou-se parte das preocupações do paradigma cognitivo. Igualmente, o paradigma social surgiu para iluminar as questões não compreendidas pelo cognitivo. (ARAÚJO, 2010, p. 35).

A maneira de consumir e de produzir informação, para além das constatações técnicas, de seus usos e de suas apropriações, nos levam a formas singulares de cognição individual e coletiva. Na perspectiva individual, existir na rede tornou-se uma necessidade.

Figura 2 – Abordagens da Ciência da Informação e os estudos de usuários



Fonte: GANDRA; DUARTE 2013. p.7

Do ponto de vista coletivo, diversas comunidades são formadas/constituídas com base nesse campo de interação, compondo assim novos agrupamentos sociais. O estudo dos relacionamentos que se estabelecem, gera um conhecimento censitário dos comportamentos dos usuários dos programas de inclusão digital.

Os telecentros, espaços sociais, concretos e virtuais, físicos e relacionais assumem o papel e lócus de mediação de relação com o conhecimento. O reconhecimento cada vez maior do valor da informação/conhecimento para todas as faixas da população e as

consequentes demandas destas não só por acesso e disponibilização da informação, mas também por condições de produção de conhecimento significativo para si mesmas.

O nível de avanço na utilização da internet no Brasil vem crescendo consideravelmente, colocando nosso país entre os líderes da oferta de serviços governamentais *on-line* (DIAS, 2003). As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são instrumentos de combate à pobreza? Podem ampliar a cidadania e, assim, motivar as comunidades e os indivíduos a exercerem seus direitos básicos? A resposta a esses questionamentos apresenta-se afirmativa por um número cada vez maior de membros de organizações não-governamentais, de gestores públicos, de educadores, de empresários e de pessoas de variados interesses.

O usuário da internet, que antes era um consumidor de mídia, desenvolve o hábito de buscar informação em qualquer ponto da rede, seja lendo notícias, buscando informações sobre bem estar, procurando vagas de emprego ou ainda pela localização de endereços, tornando-o irrequieto com a condição anterior de receptor. Este comportamento propiciado pela rede é caracterizado como uma forma emergente de construção de conhecimento, congregando pessoas em torno de ideias e conteúdos, sejam esses de entretenimento ou de relevância social, econômica e política, fazendo-se incluir, dessa forma, na sociedade do conhecimento.

O programa Sociedade da Informação (SocInfo), do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação – MCTI foi lançado em 1999 pela Presidência da República, com o objetivo fomentar o uso intensivo das TIC em todos os setores e atividades da sociedade, buscando acelerar o desenvolvimento econômico e social do país. (TAKAHASHI, 2000).

Na Sociedade do Conhecimento o capital humano torna-se fundamental, considerando-se a sociedade em sua totalidade e, com diferentes níveis de relações e interdependência de suas partes. De uma maneira metafórica podemos dizer que a informação e o conhecimento são o oxigênio da sociedade, que sustentam e alimentam a cultura e a comunicação, e vice-versa, mantendo vivos os processos existentes.

Nas décadas de 1960 e 1970, cunharam-se termos com os de Sociedade do Conhecimento (MACHLUP, 1962); DRUCKER, 1968), Sociedade Pós-industrial (BELL, 1976[1973]), e Sociedade da Informação (PORAT, 1976). Essas abordagens estavam de início, focadas nas mudanças no perfil das ocupações e nas estruturas do emprego, não revelando um amplo reconhecimento do significado da nova centralidade da informação e do conhecimento nas dinâmicas sociais, ou ainda do imaterial em sentido mais amplo.” (ALBAGLI; MACIEL, 2009, p.5).

Para Câmara (2007) a inclusão digital compreende a alfabetização informacional com ênfase na tecnologia da informação. Segundo o autor, o termo “alfabetização informacional” refere-se à habilidade de operar e comunicar-se a partir do uso de computadores; inclui também o entendimento do funcionamento de equipamentos (*hardware*) e de seus programas (*software*), bem como de suas aplicações. Para se considerar um indivíduo incluído digitalmente ainda torna-se necessário que este possa ser capaz de produzir, organizar, disseminar e visitar a informação de forma automatizada, resolvendo problemas por meio do uso da tecnologia. Dando prosseguimento à discussão, Câmara (op.cit) apresenta as distinções do termo inclusão informacional, que por sua vez reflete a alfabetização informacional com ênfase nos processos cognitivos. A inclusão informacional traduz a ideia de transcendência sobre a inclusão digital, objetiva a construção do conhecimento, inclui o uso da informação, a busca de significados e o uso de modelos mentais.

Todavia quando esse processo de alfabetização informacional enfatiza a construção de cidadania, a percepção de valores conectados à dimensão social e situacional de cada indivíduo, resultando no desenvolvimento de atitudes e posicionamentos pessoais com base na ética, na autonomia, na responsabilidade social, com desenvolvimento e pensamento crítico e de uma visão sistêmica da realidade, caracteriza-se o processo de inclusão social, conformando-se em uma esfera mais abrangente.

A exclusão digital atua como fator dificultador do desenvolvimento, aumentando o fosso entre os indivíduos com acesso à informação e os sem acesso a ela, à medida que aumenta a distância dos primeiros e das oportunidades de contato com novas possibilidades de participação e conseqüente inserção na sociedade e na economia.

De fato, é na camada desprivilegiada de nossa população onde se concentra um avanço crescente dos danos causados por essa distinção, acentuando a marginalização social e baixa autoestima. A falta de oportunidade de acesso está ligada à falta de condições financeiras e um sistema educacional deficiente (AUN, 2008, p. 75).

Assim, a exclusão digital se insere num contexto amplo e complexo de outras formas de exclusão. A importância da democratização do acesso à informação, à ampliação dos

direitos do cidadão, mediados pelas tecnologias de informação apresenta-se como solução para quebrar o círculo vicioso de carências que a modernidade ainda não solucionou (AUN, 2008).

Para Sorj e Guedes (2005), as políticas de universalização do acesso à Internet nos países em desenvolvimento serão uma quimera se não estiverem associadas a outras políticas sociais, em particular às da formação escolar. E, por conseguinte, segundo os autores, não haverá universalização de acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação sem a universalização de outros direitos sociais.

A noção de que as novas tecnologias da informação podem contribuir para o aumento da desigualdade social é explicada, pelos autores, com base no argumento de que somente a universalização do acesso não seria suficiente para permitir, especificamente, um nivelamento das condições de acesso ao mercado de trabalho. Dessa forma, as exigências da economia e os novos empregos obrigam a convivência de políticas públicas que trabalhem simultaneamente com diferentes setores sociais e ritmos desiguais de acesso aos serviços públicos. Outra conclusão trazida pelos autores é a de que, no curto prazo, as políticas de inclusão digital, para terem especificamente impacto sobre a parte da população mais pobre, devem defini-las, claramente, como público-alvo prioritário.

Lemos (2011) parte do princípio de que a inclusão digital não é alcançada apenas quando se dá computadores ou acesso à internet, mas quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício pleno de sua cidadania. A inclusão digital deve conseqüentemente, ser pensada de forma complexa, a partir do enriquecimento de quatro capitais básicos: social, cultural, intelectual e técnico.

Para o autor, existem dois tipos de inclusão: a compulsória e a induzida. A inclusão compulsória dos indivíduos na sociedade da informação se dá quando esses são obrigados a aprender e a lidar com sistemas informatizados de diversos tipos (por exemplo, o uso de cartões eletrônicos de débito e crédito, de *smart cards* em ônibus, a operação em máquinas bancárias, o envio de imposto de renda pela internet, a votação eletrônica em eleições, o acesso eletrônico a exames laboratoriais, o *check in* pela Web em viagens de avião, o uso de SMS e outros serviços via telefone celular, entre outros). Já a inclusão induzida seria aquela que é fruto de um trabalho educativo e de políticas públicas que visam dar oportunidades a uma grande parcela da população excluída do uso e dos benefícios da sociedade da informação. Para Manuel Castells os setores excluídos seriam os “interagidos” e não “interagentes”, ou seja, os primeiros usuários utilizam de uma forma muito rudimentar os

dispositivos e as redes eletrônicas e não sabem tirar proveito de todos os benefícios culturais, sociais e econômicos que eles oferecem. Seriam assim “agidos” pelo sistema ao invés de “agentes” do sistema. Para os “interagidos”, os projetos de inclusão digital devem ser induzidos e fortalecidos pela dimensão cidadã e educacional. (CASTELLS, 2002).

Silva Filho (2003) apresenta três pilares na formação do tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIC, renda e educação. Para o autor, a inclusão digital deve ser parte do processo de ensino de forma a promover a educação continuada. Educação é um processo e a inclusão digital é elemento essencial deste processo.

Bourdieu, Putnam, Coleman e Lin trabalharam o conceito de Capital social para indicar os benefícios obtidos pelos indivíduos, em suas redes de relacionamentos. Para esses autores é por meio das redes sociais que os indivíduos têm acesso aos recursos dos outros membros do seu grupo de relações, e têm acesso em quantidade e qualidade dos recursos do grupo. Em outras palavras, Capital Social, segundo estes autores, refere-se às oportunidades diferenciadas que os indivíduos passam a desfrutar a partir de sua inserção em redes sociais, redes de relacionamento. Essas oportunidades são traduzidas como vantagens conseguidas a partir dos contatos que se estabelecem entre os participantes da rede.

O entendimento de que a internet pode ser usada para fins que incrementam as chances de vida do indivíduo, trouxe o conceito de capital cultural, e o acesso às informações utilitárias passou a ser entendido como uso utilitário, sendo explorado por diversos autores, como Tsai & Tsai (2010) e Olinto (2008). Esses autores também buscaram conhecer como os grupos de gênero se apropriam de modo diferente desses tipos de recursos da internet. A categoria de uso para lazer também figura nos estudos conduzidos pelos autores citados acima.

Barry Wellman, preocupado com o impacto da internet nas perspectivas da sociedade contemporânea, estudou os efeitos da internet sobre as relações sociais e sobre a dinâmica social e política das comunidades locais. Concluiu que comunicação virtual e presencial são complementares, e não conflitivas, e com certo grau de interferência mútua. As pessoas podem se engajar tanto em atividades sociais quanto associadas quando estão *on-line*. A internet pode ser usada como uma ferramenta para atividades solitárias que dificultam o envolvimento com seus parentes e/ou em suas comunidades. Para os já “envolvidos” a internet oferece ferramentas para aumentar sua participação tornando-se então em uma ferramenta para a construção e manutenção do capital social. (WELLMAN et al, 2001 p.234)

Tsai & Tsai (2009) apresentam uma classificação para as tarefas realizadas *online* como forma de estabelecer critérios no estudo das relações de gênero. Os autores atribuíram às tarefas como jogos *online*, realizar buscas e/ou pesquisas, ler notícias e fazer compras, a denominação de “exploratórias”. Para uso de e.mail, ferramentas de bate-papo e *sites* de relacionamento a denominação dada foi de “comunicativas” e para fazer downloads de músicas e tarefas escolares foi atribuída a classificação de “neutras”. Os autores concluíram que as mulheres, em geral estão mais interessadas em tarefas ditas comunicativas e que os homens pelas outras ditas exploratórias.

A participação em redes de relacionamento, em decorrência do uso e apropriação das TICs, permite aos indivíduos a apropriação dos benefícios materiais e simbólicos que circulam nas redes, o que resulta em uma medida de empoderamento dos mesmos. Segundo Putnam (1993), o Capital Social está relacionado aos aspectos positivos, que resultam para a comunidade como um todo, das interações entre indivíduos, grupos e instituições, ao formarem suas redes. Ao desenvolver normas de reciprocidade e de comprometimento como base para o desenvolvimento de confiança mútua e a interação, o conceito de capital social também será considerado em estudos que tratam da internet. Wellman (2001) pode ser considerado um dos pioneiros no tratamento deste tema. Seus trabalhos de pesquisa empírica indagam sobre o efeito da internet no capital social dos indivíduos. As conclusões a que chega, em trabalhos realizados com diversos colaboradores, incluindo Castells (2001) sugerem que a internet, apesar da dificuldade de considerar a internet como um fenômeno independente de outros processos sociais, ela pode contribuir para o capital social dos indivíduos e mesmo para o desenvolvimento das comunidades locais. Mas seus estudos também trazem evidências de que o uso efetivo da internet também pode contribuir para os laços locais dos indivíduos e o desenvolvimento de seu capital social, assim como um facilitador do desenvolvimento e da organização das comunidades locais, proporcionando meios que contribuem, por exemplo, para a mobilização da comunidade local para a solução de problemas comuns.

Olinto (2009) utiliza o conceito de capital social em um estudo sobre a finalidade de uso da internet no cotidiano dos brasileiros com base nas condições tecnológicas e sociais, classificando-as segundo a contribuição para o Capital cultural, Capital social, usos utilitários/instrumentais e para atividades de lazer. Outro conceito considerado nesse estudo de Olinto é de o capital cultural, desenvolvido inicialmente por Bourdieu em colaboração com Jean-Claude Passeron na obra *Les héritiers*, publicada em 1964, e depois trabalhado em diversos estudos teóricos e empíricos por ele, junto com colaboradores, assim como outros

autores que desenvolveram ou trabalham empiricamente com este conceito. (BOURDIEU, 1964, 1977, 2012; DiMAGGIO, 1895; MARTELETO, 2004; BRANDÃO, 2010). Para Bourdieu, o capital cultural ou capital informacional é conceito complexo com múltiplas definições e áreas de atuação, e que pode por sua vez ajudar a destacar as diversas formas com que a cultura contribui para determinar maneiras de ser e de agir, e que pode se tornar uma fonte de poder. Destacamos aqui a importância das “informações estratégicas” que circulam na internet e que podem se constituir num mecanismo de mudança social. O conceito de capital cultural tem também sido considerado nos estudos de gênero por Bourdieu e outros (BOURDIEU, 1998; OLINTO, 1995), pois a cultura de gênero pode ser um forte determinante do comportamento e das condições sociais da mulher. No caso dos jogos, autores como Huizinga (2008) classificam os jogos como atividade lúdica que em sua essência relaciona-se ao divertimento, com a pureza de fazer algo por si só, de maneira voluntária, controlada, alegre e diferente da vida cotidiana. Nessa classificação de capital cultural, acrescentamos a essência lúdica dos conceitos introduzidos por Silva (2009), que relaciona a atividade dos “*games*” à gramática ao usar regras formais de significação que levam o jogador experimentar mudanças organizacionais e cognitivas para que o mesmo possa penetrar e participar de mundos imaginários.

Para efeito dessa pesquisa adotou-se a classificação definida por Olinto e Frago (2011) em estudos para as atividades desenvolvidas pelos usuários da internet no Brasil, sendo estabelecidas durante a etapa de análise dos dados, as finalidades de uso da internet que podem ser classificadas em alguns tipos incluindo, aquelas que podem ser consideradas como indicadores de aquisição de Capital Social, Capital Cultural e uso utilitário.

As autoras reforçam as evidências do crescimento do interesse dos brasileiros por atividades que envolvem ganhos de capital social, assim como também é notável o crescimento do uso da internet para a atividade de ler notícias, que segundo as autoras indicam a importância desse fato para o jornalismo nacional. A relação entre usos da internet e contexto social da população adulta brasileira é examinado no estudo, revelando a forte relação entre o ambiente social e o uso da internet.

Cabe ainda ressaltar que o estudo acima citado esclarece que as categorias estabelecidas como capital social, capital cultural e uso utilitário não são mutuamente excludentes e nem tão pouco independentes, podendo, por exemplo, uma atividade de comunicação *online* ser ora tratada como incrementadora de capital social e ora como atividade de lazer, passando assim a pertencer a uma nova categoria. As autoras

demonstraram ainda que, o crescimento das atividades comunicativas no Brasil foi observado em todos os níveis educacionais, enquanto que o crescimento de atividades de uso utilitário tem seu crescimento pontuado a medida que cresce o nível educacional dos usuários.

Para tentar responder a questão da eficácia, efetividade e dos resultados do uso das TIC, os ganhos diretos e indiretos dos cidadãos e a sua participação, Benedito Medeiros Neto (2012) desenvolveu e aplicou o modelo MAVIDIS. O MAVIDIS é o nome do modelo de avaliação baseado na competência e apoiado em indicadores para inclusão digital, informacional e social, especialmente desenhado para avaliação dos usuários de programas e projetos de inclusão digital após passarem por algum processo de inclusão, alfabetização ou letramento digital (MEDEIROS NETO; MIRANDA, 2009; 2010; 2011). O MAVIDIS é fundamentado em um conjunto de indicadores sociais pertencentes a três níveis de inclusão. O primeiro está centrado na competência digital; o segundo está centrado na competência informacional; e o terceiro está centrado na inclusão social. Na segunda parte de sua aplicação, integra todos os indicadores ao mesmo tempo para compará-los entre si com base em modelos estatísticos. A aplicação do método concluiu que o indivíduo considerado incluído digitalmente é aquele que conhece e aplica a Internet, e têm 3 (três) vezes mais chances de se desenvolver em relação aos que não conheciam e não utilizavam.

Outra iniciativa de análise da inclusão digital foi conduzida pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebras – CPqD<sup>7</sup>, na aplicação do sistema DIDIX ou Índice de exclusão digital (Digital Divide Index), que tem o objetivo de medir o distanciamento digital ou “brecha” existente entre grupos populacionais considerados vulneráveis e a média da população. Esse sistema foi usado em uma avaliação feita pela CPqD, para a situação brasileira, no ano de 2009, (CPqD, 2009). Nessa análise foi revelado que o grupo menos vulnerável entre os grupos potencialmente vulneráveis é o das mulheres, sendo que os grupos mais frágeis foram exatamente aqueles representados pelos analfabetos, os que apenas completaram a educação infantil e os mais pobres, que pertenciam às classes D e E. O conceito de vulnerabilidade aparece destacado da ideia de fragilidade e diretamente associado à questão do gênero.

Medeiros Neto (2012) aplicou o mesmo sistema métrico no GESAC confirmando que as mulheres estão deixando de ser um grupo mais vulnerável que os homens em função da melhora do perfil socioeconômico da população em avaliação; da baixa renda e porque poucos possuem em casa computadores e acesso à Internet.

---

<sup>7</sup> CpqD foi criado em 1976 como Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, empresa estatal que detinha o monopólio dos serviços públicos de telecomunicações no Brasil é uma instituição independente, focada na inovação com base nas tecnologias da informação e comunicação (TICs)

Olinto (2007), em artigo que explora o impacto da educação na população brasileira utilizando dados do IBGE/PNAD, mostra evidências sugerindo que somente o segmento populacional que atinge o nível superior e a pós-graduação, ou participa como estudante nestes níveis de ensino mostra níveis consideráveis de acesso e uso da internet. O estudo sugere ainda que a relação entre o uso da Internet e a origem social do indivíduo pode assumir feições diferentes de acordo com o foco da análise e a dimensão destacada. As chances de ter algum tipo de acesso à rede, assim como de usá-la para a comunicação e para fins educacionais e para as necessidades da vida diária aumentam consideravelmente em função do aumento do seu nível de escolaridade.

Buscando investigar a influência que o gênero exerce nos adolescente nos tempos atuais, sobre o uso e acesso às novas TICs, Drabowicz (2014) trabalhou com dados de 39 (trinta e nove)<sup>8</sup> países que são beneficiados pelo Program for International Student of Assesment (PISA<sup>9</sup>). O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes é uma iniciativa internacional de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade na qual, se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. A coordenação do programa é exercida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional.

Além de observar as competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, o PISA coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para os alunos e para as escolas. Dentre os itens constantes dos referidos questionários está o que trata de “Familiaridade com Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)” que se desdobra nos seguintes sub itens: a – utilização de TIC na internet para entretenimento, b – utilização de programas/software de TIC, c – auto confiança em tarefas de TIC na internet e d – auto confiança em tarefas de TIC de alto nível.

O autor ressalta como sendo uma das características mais marcantes do final do século XX e início do século XXI a mudança profunda na posição e no papel das mulheres na sociedade. As conquistas na direção da igualdade entre os gêneros podem ser observada na

---

8 Países beneficiados pelo PISA: Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Chile, Colômbia, Croácia, República Checa, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Jordânia, Coreia, Látvia, Lituânia, Macau, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Qatar, Rússia, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia e Uruguai.

9 As informações sobre o PISA estão disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso em 25 nov. 2012.

maioria dos países desenvolvidos como também nos países “em desenvolvimento”. O tradicional baluarte que sustentava que as profissões e os assuntos relacionados a TI eram tipicamente masculinos está em fase de mudança para uma situação de franco equilíbrio. Embora a presença de PhD’s do sexo masculino nos campos de ciência, matemática e computação fosse majoritária, em 2006, conforme foi observado pelo autor, já havia uma grande proporção de mulheres graduadas nessas áreas.

Estar inserido na sociedade da informação vem exigindo, cada vez mais, que os cidadãos utilizem em suas atividades cotidianas serviços via internet, tais como, utilizar caixas eletrônicos, fazer compras, anunciar vendas em sites especializados, assistir televisão, usar *smartphones*. Construir essa nova sociedade requer crescente formação educacional e acesso à infraestrutura tecnológica que permita o fácil acesso de qualidade à internet. Segundo Gapar (2012) podemos dizer que a primeira onda da inclusão digital se deu no início dos anos 2000, na qual a preocupação era a distribuição de computadores velhos e reciclados associados a oferta de treinamento no uso de ferramentas digitais. Nesses tempos o computador era visto como ferramenta de trabalho que exigia de seus usuários o desenvolvimento de habilidades cognitivas.

Em pouco tempo a demanda por conexão passou a ocupar a prioridade nas políticas públicas, tendo em vista a implementação de espaços públicos de acesso gratuito, os telecentros, nos quais os serviços de governo eletrônico passavam a ser disponibilizados para a população em geral, o que caracterizou a segunda onda de inclusão digital.

Damasceno (2012) chama atenção para o fato do termo “inclusão digital” apesar de se referir à democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação, abre uma estimulante oportunidade para se compreender dificuldades que surgem ao se lidar com os “saberes” tradicionais. Dessa maneira, toda forma de inclusão digital, segundo o autor, deverá evidenciar as possibilidades, potencialidades e as vantagens que as tecnologias de informação e comunicação trazem para a diversidade cultural e para emancipação das subjetividades e saberes.

A expansão do acesso à internet atingiu todas ou quase todas as pessoas que tenham recursos financeiros para adquirir um computador, uma linha telefônica e pagar um provedor de acesso à internet. No Brasil, os acessos em banda larga no Brasil totalizaram 140,4 milhões em fevereiro de 2014, segundo levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações -

Telebrasil<sup>10</sup>. Os dados desse balanço mostram um crescimento de 50% frente a fevereiro de 2013. Nos últimos doze meses, 46,9 milhões de novos acessos foram ativados, num ritmo de ativação de 1,5 novas conexões por segundo.

Ainda segundo a reportagem, a banda larga móvel, pelas redes de 3G e 4G, liderou a expansão dos acessos à internet, chegando ao mês de fevereiro a 118 milhões de conexões, com 62% de crescimento em relação a fevereiro de 2013. Na banda larga móvel, 102,8 milhões são de conexões de celulares, incluindo os smartphones, e 15,2 milhões são terminais de dados, entre eles modems de acesso à internet e chips de conexão máquina-máquina (M2M).

Assim de acordo com as dificuldades existentes no Brasil, cuja sociedade é em grande medida, ainda uma das mais desiguais na distribuição de renda torna-se premente contribuir para o acesso às TICs através da ação do governamental, em combate prioritário para minimizar a exclusão digital e contribuir para a inclusão social. Nesta Economia do Conhecimento o sucesso dos indivíduos e conseqüentemente a sua inserção na sociedade do conhecimento, é um reflexo de sua capacidade de aprender. O processo de mudança dada à velocidade da evolução tecnológica torna-se muito rápido, exigindo, portanto, dos indivíduos/trabalhadores, alta capacidade de aprendizagem para o desenvolvimento contínuo de novas habilidades diante das novas competências profissionais. Os ganhos de Capital social, cultural e do uso para fins utilitários representam fatores de empoderamento dos indivíduos incluídos na sociedade do conhecimento.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.telebrasil.org.br/sala-de-imprensa/releases/5651-acessos-em-banda-larga-ultrapassam-140-milhoes-em-fevereiro>. Acesso em 16 abr. 2013.

### 3 QUESTÕES DE GÊNERO – A INCLUSÃO DAS MULHERES

Para tratar a questão de gênero e dar o devido reconhecimento a essa luta legítima pela igualdade de condições e oportunidades entre homens e mulheres, a inclusão digital representa aqui mais uma, dentre as conquistas femininas, notadamente, nos dias de hoje. Sendo assim entendida como uma ferramenta de empoderamento das mulheres na busca dessa igualdade, busca-se pontuar a relação entre mulheres e computadore(a)s.

#### 3.1 MULHERES E TECNOLOGIA

O momento contemporâneo, no qual a marca da sociedade atual é ser “Sociedade do Conhecimento”, um momento de fluxo intenso informações, em que o conhecimento passa a ser a vantagem comparativa mais decisiva e que coloca novos desafios para o empoderamento das mulheres, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades únicas aos conectados a essa dita sociedade, nos faz olhar para a Inclusão Digital das mulheres como uma ferramenta de reforço de cidadania, de combate à exclusão e à pobreza.

As mudanças constantes das fronteiras entre a esfera privada atribuída às mulheres, especialmente dada à natureza das atividades por elas desenvolvidas, e as esferas públicas tradicionalmente dominadas por homens, devido à mudança na organização social provocada pelas novas TICs, faz com que o acesso às novas tecnologias seja o próprio instrumento de transformação social, e de desenvolvimento de processos, instrumentos, técnicas e canais de comunicação que podem reforçar a atuação das mulheres como sujeitos políticos e comunicacionais.

Este deslocamento de fronteiras levou a uma ruptura de papéis de gênero tradicionais, assim como outras mudanças sociais, trazendo o surgimento de novas hierarquias de poder que tendem a provocar mudanças na ordem, anteriormente estabelecida e, decorrente do acesso desigual e estratificado de indivíduos e grupos às tecnologias digitais.

No combate às desigualdades sociais é sempre cabível a pergunta sobre que fatores seriam mais estratégicos, e a resposta certamente está vinculada a um dos problemas mais comprometedores da sociedade, a exclusão social. A mesma indagação pode ser levantada quando se busca o conceito de desenvolvimento humano e quais seriam os fatores mais diretamente a ele ligados.

Assumindo-se como fator de desenvolvimento a existência de “oportunidade”, a inclusão digital é capaz de abrir um horizonte mais visível, ainda que virtual, de oportunidades e, capaz de promover o sexo feminino apto a usufruir de novas oportunidades.

Pois aptas, as mulheres sempre foram, como também ainda serão, por questões históricas e culturais, barradas no acesso às oportunidades. A mulher efetivamente excluída é aquela que se quer sabe, e é coibida a saber que não tem direito, e assim se torna incapaz de elaborar postura crítica de que são excluídas porque assim são mantidas.

O não acesso, especialmente, às tecnologias digitais é uma história de exclusão injusta, imposta, mantida e cultivada. "Mulher não foi feita para lidar com máquinas". Quantas vezes já ouvimos esta frase? E de tanto se repetir ideias e frases como esta, as próprias mulheres acabaram criando uma consciência de que não são capazes de lidar com as novas tecnologias. O preconceito em relação à capacidade da mulher em lidar com a tecnologia é uma das principais barreiras de acesso dentro e fora dos grupos de mulheres.

A ideia de que a tecnologia tem sempre um viés masculino talvez possa ser justificada também por algumas descobertas tecnológicas, como por exemplo, a utilização do forno micro-ondas para cozimento de alimentos. O americano Percy Spencer foi o descobridor dessa tecnologia, em 1945, quando trabalhava em uma empresa que fabricava magnetrons para aparelhos de radar, e ao desenvolver uma de suas experiências, em um aparelho de radar ativo, observou que uma barra de chocolate que tinha no seu bolso havia se derretido. Percy não era nenhum estranho às descobertas e experiências, devido ao seu suporte a 120 patentes e entendeu perfeitamente o que tinha acontecido.

O primeiro alimento a ser cozido com micro-ondas foi a pipoca e o segundo um ovo, que cozinhou de dentro para fora e explodiu devido à pressão. Do patenteamento da tecnologia de cozimento por micro-ondas ao desenvolvimento dos primeiros fornos foram necessários mais alguns anos de pesquisas, dado que no início o micro ondas foi usado nas cozinhas de navios militares. Assim, uma tecnologia desenvolvida por homem e destinada ao ambiente masculino, e para a esfera pública, torna-se uma invenção de enorme repercussão para o ambiente doméstico, a esfera privada (WAJCMAN, 2000).

Coincidentemente no ano de 1946, surgia o Eniac (*Electrical Numerical Integrator and Computer*), o primeiro computador digital eletrônico de grande escala. Criado em fevereiro de 1946, pelos cientistas norte-americanos John Eckert e John Mauchly, da *Electronic Control Company*. O ENIAC começou a ser desenvolvido em 1943 durante a

II Guerra Mundial para computar trajetórias táticas que exigissem conhecimento substancial em matemática, mas só se tornou operacional após o final da guerra.

O computador dessa época pesava 30 toneladas, media 5,50 m de altura e 25 m de comprimento e ocupava 180 m<sup>2</sup> de área construída. Foi construído sobre estruturas metálicas com 2,75 m de altura e contava com 70 mil resistores e entre 17.468 e 18.000 válvulas a vácuo ocupando a área de um ginásio desportivo. Segundo Tom Forester, quando acionado pela primeira vez, o ENIAC consumiu tanta energia que as luzes da cidade de Filadélfia piscaram. Esta máquina não tinha sistema operacional e seu funcionamento era parecido com uma calculadora simples de hoje.

O ENIAC, assim como uma calculadora, tinha de ser operado manualmente, sendo programado através de milhares de interruptores, podendo cada um deles assumir o valor 1 ou 0 consoante o interruptor estava ligado ou desligado. Para programá-lo era necessária uma grande quantidade de pessoas que percorriam as longas filas de interruptores dando ao ENIAC as instruções necessárias para computar, ou seja, calcular. Existia uma equipe de 80 mulheres na Universidade da Pensilvânia cuja função era calcular manualmente as equações diferenciais necessárias para os cálculos de balística. O exército chamava a função destas pessoas: computadores.

Figura 3: As mulheres trabalhando no ENIAC

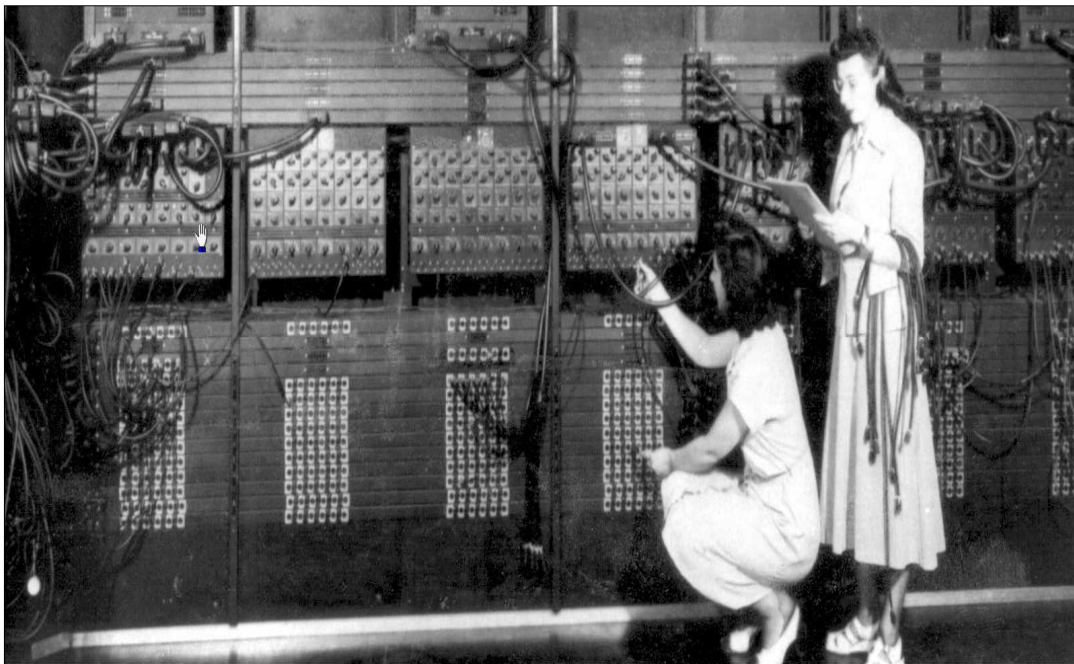


Foto: Pormenor da sala do ENIAC.

Disponível em: <http://www.columbia.edu/cu/computinghistory/eniac.html> .

Acesso em: 31 mai 2013

Quando o ENIAC ficou pronto 6 (seis) mulheres “computador” foram escolhidas para testarem a nova máquina. Curiosamente, o termo “computador” (masculino desde sua concepção inicial) deixou de estar associado às pessoas que operavam a máquina para dar nome à máquina propriamente dita, uma vez que de fato a máquina passou a realizar as contas que antes eram realizadas por essas pessoas. E por que não chamá-la de computadora?

Em termos práticos, a questão colocada é como dotar as mulheres excluídas das mesmas armas usadas pelos excluintes e propiciá-las à emancipação solidária.

Destacamos aqui um projeto de Inclusão Digital Cyberela, voltado à inclusão de mulheres, que foi desenvolvido pela organização não-governamental CEMINA – Comunicação, Educação e Informação em Gênero, que há mais de duas décadas se dedica à promoção de cidadania feminina através do rádio. O Programa Fala Mulher foi lançado em 08 de março de 1988, promovendo iniciativas culturais, políticas e sociais de mulheres através da rádio. O programa também proporcionava respostas às perguntas e aos anseios femininos, registrando assim inúmeras histórias de dor e alegria.

Com a expansão da telefonia e da Internet no Brasil, em 1999, o CEMINA criou o Projeto Cyberela, que continha duas vertentes: a de disseminação de conteúdo radiofônico através do portal [www.radiofalamulher](http://www.radiofalamulher) e a de capacitação de comunicadoras populares que passaram a ser as “Cinderelas do Cyberespaço”, que foi a fonte inspiração para o nome, por elas próprias, escolhido: Ciberelas.

As Cyberelas tinham a missão de usar as TICs para aprimorar os programas de rádio e a Internet, como meio facilitador da troca de conteúdos entre os pontos da rede.

Tão logo a oferta de Internet em Banda Larga se tornou ponto central da política pública brasileira foi possível viabilizar a criação de telecentros ligados à Rede Cyberela, fazendo com que as cyberelas se tornassem agentes de Inclusão Digital no Brasil. Segundo Thais Corral<sup>11</sup> “Inclusão Digital de mulheres têm um efeito multiplicador, na medida em que as mulheres envolvidas tendem a encorajar outras a se habilitarem para o uso da TICs”.

A ideia do conhecimento como vantagem comparativa mais decisiva, ilustrada nas ações pioneiras do CEMINA demonstra, sobretudo, a situação de estar disponível, à vontade para os mais necessitados, e que tem implicações no próprio conceito e contra-conceito de vantagem, quando desvantagem significa o que não é igualmente distribuído.

---

11 Fundadora e Coordenadora Geral do CEMINA.

Dentre as experiências internacionais de projetos atuais de inclusão social voltado para mulheres merecem destaque o CITIGEN<sup>12</sup> (*Gender and Citizenship in the information society*) - Gênero e Cidadania na Sociedade da Informação. Essa organização visa principalmente o desenvolvimento de diálogos entre as feministas do Sul sobre as oportunidades e desafios que a sociedade da informação oferece para a teoria e prática feministas. A CITIGEN procura construir um quadro teórico convincente para colocar as questões de gênero na ordem dia das discussões da sociedade da informação, especialmente a partir da visão das regiões ao Sul.

Dessa forma, a “lente de cidadania”, é utilizada como a forma mais adequada para a construção de uma perspectiva política e na identificação de oportunidades para a prática feminista e para o empoderamento das mulheres.

Mulheres-gov é outro projeto de investigação-ação feminista, apoiado pelo IDRC<sup>13</sup>, que visa reforçar a cidadania das mulheres marginalizadas e tem compromisso com a governança local, atuando em três locais: na Índia, no Brasil e na África do Sul. As organizações parceiras são: TI para a Mudança, na Índia; Instituto Nupef (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Formação) no Brasil e a Universidade de Western Cape na África do Sul.

O Instituto Nupef, é um espaço dedicado à reflexão, análise, produção de conhecimento e formação, principalmente, centrados em questões relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação e suas relações políticas com os direitos humanos, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social.

Em cada um dos três países mencionados, o projeto pretende desenvolver um modelo sustentável intervenção técnico-social para permitir que os coletivos de mulheres marginalizadas tenham engajamento ativo com estruturas de governança e da articulação e negociação coletiva de seus interesses; e a construção de redes peer-to-peer para aumentar sua participação política. Em suma, pretende explorar as condições para uma cidadania ativa das mulheres por meio de tecnologias digitais.

---

12 As informações sobre a CITIGEN podem ser acessadas em: <http://www.gender-is-citizenship.net/>

13 informações sobre o IDRC podem ser acesadas em <http://www.idrc.ca/EN/Pages/default.aspx>

### 3.2 MULHERES E EXCLUSÃO SOCIAL

Toda a existência humana nos remete às bases biológicas que se traduzem na diferenciação entre machos e fêmeas, apresentadas como classes de gênero.

Assim, como assinala Carloto (2001), a produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino, onde cada um dos dois representa uma particular contribuição na produção e reprodução da própria existência.

[...] na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens o que determina a realidade; ao contrário, a realidade social é a que determina sua consciência (IZQUIERDO, Apud LAURENTIS, 1994 p.225)”.

Dessa forma, cada sociedade estabelece as concepções de masculino e feminino, nas quais todos os seres humanos são classificados. Assim cria-se um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Cabe aqui destacar que, a despeito das diferenças culturais que possam afetar as significações de cada uma das categorias, quais sejam macho e fêmea, todos esses sistemas, ainda que simbólicos, de sexo-gênero estão sempre intimamente ligados a fatores políticos e econômicos na sociedade.

Portanto, a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero, nas diferentes culturas, acabam por se traduzir sistematicamente em uma organização da desigualdade social. Para Laurentis (1994) o sistema sexo-gênero é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Ainda segundo Laurentis, o termo gênero é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, representa seu referente, seja ele um objeto, uma coisa, ou ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, a

um grupo ou a uma categoria. Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe.

Amartya Sen<sup>14</sup> trata da relação do desenvolvimento econômico e gênero, mostrando que as diferenças entre homens e mulheres vão desde questões relacionadas ao acesso à saúde e à educação, até condições de trabalho e remuneração. A questão das diferenças de gênero torna-se ainda mais perversa para mulheres e meninas que são pobres, que vivem em áreas remotas, que são deficientes ou que pertencem a grupos minoritários. Um número excessivo de meninas e mulheres ainda está morrendo, respectivamente, na infância e na idade reprodutiva. As mulheres ainda ficam atrás em rendimentos e produtividade, e na força de suas vozes na sociedade. Em algumas áreas, tais como educação, existe hoje uma grande diferença de gênero com relação a homens e meninos. (SEN, 2000).

As desvantagens em termos de saúde que surgem na mortalidade excessiva relativa de meninas e mulheres se enquadram nesta categoria. E o mesmo ocorre com outros hiatos persistentes de gênero, incluindo segregação no mercado de trabalho, disparidades salariais de gênero, diferenças entre homem/mulher em termos de responsabilidade, que tendem a rotular o trabalho feminino sempre com características complementaridade às tarefas domésticas, sempre prioritariamente a cargo delas.

Outras diferenças ocorrem ainda na posse de bens, assim como restrições na capacidade de decidir das mulheres nas esferas privada e pública.

O Relatório sobre Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, do Banco Mundial, enfoca o papel das tecnologias de informação e comunicação na redução, tanto das restrições de tempo e mobilidade que as mulheres enfrentam para acessar e participar do mercado de trabalho (BANCO MUNDIAL, 2012).

A relação entre gêneros permeiam as interações sociais e são reflexo das desigualdades ainda hoje verificadas. As TICs estão para as mulheres como uma ferramenta para acesso a dados e informação e como recurso, inclusive, para tornar as informações acessíveis às outras mulheres.

A submissão das mulheres e seu papel como responsáveis pelas tarefas domésticas já era motivo de caricaturas no ano de 1919.

---

14 Mestre pelo Trinity College, em Cambridge vencedor do prêmio Nobel de Economia em 1998.

Figura 4: Se a moda pega



“**Se a moda pega...**” circa 1919 - Original para a revista D. Quixote n. 20 de 1919, mostrado na figura abaixo e cuja legenda trazia os seguintes dizeres: João se houver qualquer novidade, telefona para o Ministério” (Tombo 5810 – Fonte: Acervo do Museu de Belas Artes – RJ)

A inversão de papéis retratada na caricatura acima (Figura 4) expõe quanto os trabalhos domésticos se traduzem em submissão e inferioridade em relação à altivez de quem sai de casa para exercer uma atividade dita produtiva.

No campo da Educação foi preciso que, em 1827, uma lei permitisse às mulheres frequentarem as escolas elementares. Sendo que apenas 52 (cinquenta e dois) anos mais tarde, em 1879, fossem a elas, facultado o ingresso no ensino superior. Para Academia Brasileira de Letras foram necessários mais 100 (cem) anos (em 1977), para que suas portas fossem abertas à primeira mulher, Rachel de Queirós, e aproximadamente mais outros 20 (vinte) anos para que Nélida Piñon assumisse, pela primeira vez, a sua presidência.

No campo das Ciências, grandes homenagens rendem-se à Marie Curie, cujo nome de solteira era Marie Sklodowska, nascida na atual capital da Polônia, Varsóvia, em 07 de

novembro de 1867, que se tornou Marie Curie quando se casou com Pierre, físico que ganhou notoriedade por suas pesquisas com eletromagnetismo. Marie foi a primeira mulher a receber (02) dois Prêmios Nobéis, sendo ela, a única pessoa a receber tal premiação em áreas distintas do conhecimento. Com Pierre Curie e Antoine Henri Becquerel, Marie recebeu o Nobel de Física de 1903, “em reconhecimento aos extraordinários resultados obtidos por suas investigações conjuntas sobre os fenômenos da radiação, descoberta por Henri Becquerel”.

Em 1906, sucedeu ao seu marido na cadeira de Física Geral, na Sorbonne. Durante a Primeira Guerra Mundial, Marie Curie propôs o uso da radiografia móvel para o tratamento de soldados feridos. Em 1911, em reconhecimento pelos seus serviços para o avanço da química, com o descobrimento dos elementos rádio e polônio, o isolamento do rádio e o estudo da natureza dos compostos deste elemento, recebeu o Nobel de Química. Ressalta-se, contudo, sua atitude generosa, em não patentear o processo de isolamento do rádio, permitiu que as investigações das propriedades deste elemento fossem conduzidas por toda a comunidade científica. O Nobel de Química foi-lhe atribuído no mesmo ano em que a Academia de Ciências de Paris a rejeitou como sócia, após uma votação ganha por Eduard Branly com diferença de apenas um voto. Na época em Marie, com grande esforço e determinação pessoais, graduou-se e conduziu suas pesquisas em meio à desigualdade de gênero que reinava especialmente nas universidades. Tal desigualdade era percebida no exercício do poder e na “cortesia” com que elas eram tratadas.

Para Pugliese (2009), cuja dissertação de mestrado é intitulada “Sobre o caso Marie Curie – A Radioatividade e a Subversão do Gênero”, as relações que constituem homens e mulheres mutuamente – dividem (sexualmente) os atributos, definindo mente, razão e objetividade como “masculinos”, e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como “femininos”, mostram na verdade como as relações de poder ressoam para a exclusão da mulher do empreendimento científico. E, por conseguinte é como se masculino fosse sinônimo de ciência e feminino fosse seu antônimo. O autor apresenta uma analogia bastante clara ao dizer as mulheres estavam para o coração e, o privado e a reprodução, assim como os homens estariam para a razão, o público e a política. As atividades eram escalonadas de acordo com as competências sexuais. Sendo Marie Curie um nome a ser eternamente exaltado como contra exemplo dessa dura realidade, que à sua época os espaços na família, na universidade, na academia, no Estado, na civilização, eram todos enquadrados a partir do corte entre homens e mulheres, e do poder que daí decorresse.

Dado que as mulheres eram proibidas de participar de qualquer atividade cívica, eram igualmente inibidas para as atividades científicas.

Pugliese (2009) descreve com riqueza de detalhes toda a trajetória de Marie Curie em busca de seu sonho, seu trabalho contextualiza o pensamento da sociedade da época em relação às questões de gênero que permeavam as relações humanas. A que se frisar, todavia, a importância de Pierre, pois foi ele o primeiro a exaltar a importância do trabalho de Marie e dar a ela a visibilidade merecida. Marie tinha plena consciência de que o território no qual desejava transitar não era comum às mulheres, fato esse deixou registrado em uma nota autobiográfica:

“Eu tinha ouvido sobre poucas mulheres que obtiveram sucesso em certos cursos em Petrogrado ou em outros países, e eu estava determinada a me preparar através de trabalhos preliminares para seguir seus exemplos”. (CURIE; 1963, p.166)

Marie Curie morreu perto de Salanches na França, em 4 de julho de 1934 de leucemia, devido, seguramente, à exposição maciça a radiações durante o seu trabalho.

Na política, a trajetória das mulheres, bem suas conquistas, em todos os campos, são marcadas por trabalho árduo e obstinado, e muitas vezes por sofrimento e doação.

Como precursora dos direitos das mulheres no Brasil, a deputada Nísia Floresta, eleita em 1932, no Rio Grande do Norte, defendia o acesso à educação e uma posição social mais alta para as mulheres. Nesse mesmo ano publicou livro “Direito das mulheres e injustiça dos homens”.

Dentre outros fatos, no mínimo curiosos, em uma trajetória marcada por preconceito e discriminações que as mulheres enfrentaram, ainda 1941, no Estado Novo de Getúlio Vargas, está o veto a prática de esportes considerados incompatíveis com suas condições: luta de qualquer natureza, futebol de salão, futebol de praia, polo, polo aquático, halterofilismo e beisebol. Em 1964, o Conselho Nacional de Desportos (CND) proibiu a prática do futebol feminino no Brasil – decisão só revogada em 1981. Já em 2006, a jogadora Marta foi eleita a melhor do mundo – fato que se repetiu por 04 (quatro) anos consecutivos.

Entre as conquistas femininas mais expressivas, do último século no Brasil, está a do voto feminino, que passou a valer apenas em 1932, sendo que a primeira prefeita eleita na história do país foi Alzira Soriano de Souza, na cidade de Lages, em Santa Catarina, no ano de

1928. Ela nunca assumiu o mandato. A Comissão de Poderes do Senado daquela época impediu que a eleita tomasse posse e anulou os votos de todas as mulheres da cidade.

Outro grande marco da história política do país foi a participação das mulheres no movimento cívico que conduziu os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1986 que também merece destaque. O Congresso ao receber em seus corredores e galerias, a presença ativa da população, que, nas manifestações de rua e em seus movimentos sociais, já contava com a presença a feminina.

Na instalação das estruturas fundamentais da Assembleia Constituinte, a Mesa da constituinte, a relatoria, os partidos políticos e seus líderes conviveram com presença feminina oficial com eleição de 26 (vinte e seis) mulheres para a Constituinte de 1986. Sob o ponto de vista histórico esse foi um quadro inédito, uma vez que em 1934 a participação feminina se restringiu a apenas Carlota Pereira de Queiroz. Já para a de 1946 não houve nenhuma mulher eleita. Até esta data apenas 15 (quinze) mulheres haviam cumprido mandato na Câmara Federal. Para o Senado apenas 04 (quatro) tinham exercido o mandato em substituição aos titulares. As constituintes eleitas em 1986 superaram todos os marcos eleitorais anteriores, apresentando o maior número total de mulheres que já passaram pelo Congresso Nacional com mandato próprio em toda a história da República.

Uma história marcada de lutas e reivindicações de igualdade de tratamento:

“Nós não tínhamos nem banheiro feminino no plenário quando começamos. Ao que parece, Oscar Niemeyer não havido pensado nisso. Nossa primeira reunião com Ulysses (Guimarães) foi para reivindicar um sanitário” (Maria de Lourdes Abadia, deputada pelo PFL – DF, Correio Braziliense, em 28/10/07)

“Cabe-me a honra, com minha presença aqui, de deixar escrito um novo capítulo para a história do Brasil – o da colaboração feminina para história do país” (Deputada Carlota de Queirós em seu primeiro pronunciamento na Câmara dos Deputados no dia 13/03/34)”.

Pode-se dizer ainda que a pobreza extrema no Brasil tem gênero e cor. Dos 8,9 milhões de pessoas que vivem em miséria extrema no Brasil, a maioria é composta por mulheres negras e suas filhas e filhos.

As famílias chefiadas por mulheres negras têm renda equivalente à metade da renda das famílias chefiadas por mulheres brancas. E a escolaridade das mulheres negras é ¼ menor

que a das mulheres brancas. As mulheres apresentam ainda o maior número de anos de estudo do que os homens. Segundo o IBGE esse número é em média de 7,4 anos de estudo (BRASIL,2008)

Espírito Santo (2008) conduziu um levantamento da produção científica da Biblioteconomia e CI, em periódicos nacionais e internacionais, além das edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Enancibs. Foram considerados os dados do banco de artigos nacionais e internacionais indexados no Portal de periódicos da Capes, os artigos das revistas brasileiras da área qualificadas com *Qualis* A e B (Capes) e as cinco edições do Enancib, promovidos pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação – Ancib. A autora listou apenas 18 artigos publicados por autores, de outros países em 14 revistas internacionais, seis publicados em revistas nacionais e quatro apresentados em Enancibs. Entre os internacionais, o tema mais explorado foi a discrepância entre o número de artigos assinados por homens e o número de artigos assinados por mulheres. Em 7 (sete) deles, o que chama a atenção é o fato de ratificarem a necessidade de se promover uma equiparação desses números. Os outros artigos tratam basicamente do acesso à informação e à tecnologia da informação e seu uso por mulheres em diferentes situações de vida, ou discutem aspectos lingüísticos e de indexação. Entre os artigos apresentados nos Enancib, dois são de uma mesma autora. Nas pesquisas brasileiras em CI, o tema gênero feminino é mais explorado em relação à C&T, ficando em segundo lugar os estudos sobre uso e acesso da mulher à informação. Borges (2014) elaborou um quadro resumo dos estudos de gênero conduzidos por Espírito Santo que retrata bem a situação do tema gênero no campo da CI, e que está disponível no anexo D.

Várias pesquisas e artigos analisados para este artigo falam que o acesso à informação é condição primeira para o empoderamento feminino, cabendo, assim, também ao campo da CI uma boa parcela de responsabilidade e de dever em busca da promoção da igualdade de gênero. (ESPIRITO SANTO, 2008, p.328)

### 3.3 MULHERES, TICS E INCLUSÃO DIGITAL

O uso das novas tecnologias de informação e comunicação, fazendo com que o computador deixe de ser apenas uma máquina de escrever melhorada, desencadeando outros usos, múltiplos e extremamente produtivos, com poder de transformar inclusive o trabalho doméstico, vai depender do tipo de programas de treinamento e formação que serão oferecidos, desde os primeiros anos da formação escolar até os mais altos níveis de escolaridade. O acesso às TICs para as mulheres figuram como fator primordial de empoderamento do trabalho feminino.

Segundo Marazzi (2009), na virada linguística da economia, pela mobilização produtiva da comunicação, o trabalho se torna feminino, linguístico e afetivo o que pode ser comparado ao trabalho silencioso e doméstico e por assim se subentender o trabalho feminino, quando faz uso da expressão “o lugar das meias”. A ideia feminina sobre o “lugar certo de guardar as meias” nos remete ao que seria uma busca por uma divisão mais equânime do trabalho doméstico, que avançaria na direção de se reduzir a exploração da mulher pelo homem. A atividade doméstica das mulheres passa a comportar um aumento de suas qualidades cognitivas, pois exige que estas passem a interpretar e traduzir constantemente a gama de informações que circulam em torno do contexto no qual a família está inserida.

A tecnologia e seus desenvolvimentos atuais tem eliminado uma série de atividades fisicamente cansativas no trabalho vivo doméstico, fazendo com que esse venha se tornando cada vez mais comunicativo e relacional, e por sua vez, aumentando sua qualidade e quantidade. As diferenças de gênero quanto ao acesso às TIC se devem em parte às diferenças no uso do tempo que podem resultar de normas profundamente enraizadas de distribuição de responsabilidade pelos cuidados e trabalhos de casa. (DEDDECA, 2008)

Ao lado das ações de inclusão das mulheres, a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação está se transformando em criação de mais empregos e ligações mais sólidas nos mercados para mulheres, aumentando seu acesso a oportunidades econômicas e contribuindo para seu empoderamento econômico. As tecnologias de informação e comunicação estão em contínua evolução, num processo dinâmico, e, por conseguinte as diferenças entre sexos quanto ao acesso, habilidades e usos em relação à internet podem ser observadas através de análise dessas variáveis, sendo que é necessário atentar para as suas constantes mudanças. O acesso à internet não tende a apresentar significativas diferenças por gênero ou mesmo outras variáveis sociais. Entretanto, é preciso

atentar para os diferentes tipos de uso da internet e como esses usos podem seguir apresentando diferenças de gênero. Em outras palavras, à medida que olhamos de maneira mais minuciosa os dados das pesquisas apresentadas sobre o tema, podem-se ainda encontrar diferenças significativas de uso das TICs, segundo o sexo do usuário. Os dados apresentados por Deddeca (op.cit.), a partir de uma análise de dados do IBGE/PNAD focalizando aspectos de uso da internet por estudantes, mostram, de um modo geral, que as meninas são mais criteriosas e direcionadas quanto ao uso da internet para educação e, por outro lado os meninos apresentaram características de uso mais intenso e diversificado da internet, incluindo o uso para o lazer. Este aspecto mais comportado das mulheres no uso da internet também foi destacado por Olinto (2008) em trabalho, também com dados do IBGE/PNAD, e analisando estudantes brasileiros e focalizando as diferenças entre os sexos. Devido aos padrões diferenciados por gênero subtítulo do artigo é: meninas comportadas e meninos brincalhões.

Wolf (2010) descreve uma experiência de inclusão digital com mulheres, cooperadas da Cooperax, uma cooperativa de costureiras, estruturada em moldes solidários. O objetivo desse projeto foi o de promover, através da inclusão digital, o empoderamento de mulheres que trabalham no setor de corte dessa organização. A inclusão digital e a metodologia utilizada, uma vez que todas são adultas, foram importantes e detectadas suas necessidades e características em conversas e reuniões, nas quais as mulheres relataram o fato de que precisavam e queriam aprender.

O empoderamento, conforme destacam Oakley e Clayton (2003), pode se manifestar em três grandes aspectos: maior confiança na capacidade pessoal, aumento das relações efetivas e ampliação do acesso a recursos. Neste caso, segundo a conclusão dos autores, a maior contribuição foi para que essas mulheres pudessem confiar na sua capacidade de levar adiante as ações. É o poder como maior confiança, não traduzido somente pela força externa de sua presidente, mas por forças internas que elas tinham de romper, como o medo e o desestímulo.

Promover a inclusão digital era, neste caso, permitir o acesso à informação da Internet e também disponibilizar conhecimento para obter as facilidades de um computador, como, por exemplo, digitar textos, gravar fotografias, entre outras. A cooperativa já dispunha de um computador a que todas tinham, teoricamente, acesso, mas não o faziam pela falta de conhecimento, medo do novo e/ou pela própria falta de tempo (Wolf, 2010, p.111).

Drabowicz (2014) utilizando os dados da coleta feita pelo PISA, em 2006, e comparando-os aos anos anteriores comprovou a existência de uma tendência ao desaparecimento das diferenças de acesso à internet dos meninos em relação às meninas. Porém, em relação ao uso, o autor relata que os meninos apresentam índice mais elevado de uso da internet para atividades de entretenimento, as quais chamou de “individuais” (jogos, download de músicas e outras), sendo por sua vez mais interessados ao aspecto tecnológico das TIC. Já com relação às meninas, o maior período tempo era dedicado às atividades relacionadas à comunicação, portanto interativas. Os resultados permitiram ainda que fosse atribuído ao fato dos meninos passarem maior parte do tempo em jogos, o seu maior desenvolvimento de habilidades com as ditas ferramentas tecnológicas.

Um dado relevante para a discussão de jogos e gênero é apresentado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), que em outubro de 2013<sup>15</sup>, divulgou um estudo apontando que o público feminino equivale atualmente a 41% dos “gamers”. A pesquisa divulgou ainda que as mulheres têm em média 32 anos e que para os homens essa média é de 35 anos de idade. Outro dado interessante apresentado foi o de que a preferência de 85% dos entrevistados é por usar o computador ou PC para jogar. A cultura de jogos *online*, ou *games* como são em geral tratados, carregam um viés digital machista desde sua concepção na indústria de entretenimento (a qual remonta aos anos de 1966 a 1972), por ocasião da consolidação da empresa ATARI, uma das maiores representantes do setor.

Já na década de 80, com a ascensão da empresa NINTENDO, a cultura machista se perpetuou na criação dos personagens-chave dos joguinhos, que em geral tinham sempre o papel de salvar princesas em situações de risco.

Segundo Mateas (2004) o desejo pelo jogo é o controle do personagem, que pode ser ele próprio ou outro. A possibilidade de fazer coisas perigosas, difíceis, proibidas ou diferentes da vida real em um contexto que justifique tais ações, compõe o rol de itens que definem o processo de escolha e o modo de agir na simulação. O contexto em que se desenvolvem os jogos permite a identificação do jogador com o personagem. Na década de 90 algumas heroínas foram criadas, inspiradas em personagens de filmes da época, representando uma abertura no mercado dos games, embora ainda enquadrados em estereótipos machistas. Tais heroínas, em geral, apresentam uma estética que valoriza o corpo e muito pouco de sua real participação na trama na qual o jogo se desenvolve, o que

---

15 Disponível em <http://acervo-digital.espm.br/artigos/art/2013/332280.pdf>. Acesso em: 7 mai 2011.

acaba por atrair também o público masculino. Essa dinâmica ainda parece estar longe de acabar ou mesmo de perder a relevância.

Hilbert (2011) aborda a questão do acesso e uso da internet pelas mulheres numa pesquisa feita em 12 países latino americanos<sup>16</sup> e 13 países africanos<sup>17</sup> entre os anos de 2005 e 2008. Segundo o autor o fato das mulheres apresentarem menores índices de acesso e uso da internet é resultado direto das condições desfavoráveis de emprego, educação e renda. E, a partir do momento que essas condições desfavoráveis são controladas, as mulheres passam a ser usuárias mais ativas das ferramentas digitais. Dessa forma, a suposta divisão digital de gêneros se transforma em oportunidade para diminuir a desigualdade entre os gêneros nos países em desenvolvimento. Trata-se, de melhorar o acesso ao emprego, renda, educação e aos serviços de saúde. E, portanto, os estudos que abordam a questão da divisão de gênero no acesso e uso das TIC' ao atribuírem às mulheres o que o autor chamou de certa "tecnofobia" em relação a maior habilidade masculina com a tecnologia seriam todavia inconsequentes.

Com relação aos hábitos de leitura de meninos e meninas Large et alii (2002) analisaram as diferenças na busca de informação por adolescentes de escolas canadenses. Os resultados mostraram que as meninas dedicam mais tempo à leitura das páginas na internet, ao contrário dos rapazes que trocam de páginas mais vezes por minuto.

Segundo Hilbert, as TIC representam oportunidades ao sexo feminino, por exemplo, para mulheres empresárias uma vez que lhes permite o acesso mundial ao *e-business*, que pode ser acessado 24 horas por dia, a partir do próprio domicílio e em tempo real.

Assim as mulheres quando abraçam a tecnologia se tornam muito mais entusiasmadas e aproveitam de maneira mais produtiva das oportunidades disponibilizadas. Segundo o autor, ainda, as mulheres apresentam-se muito mais comunicativas, o que lhes favoreceria o uso de tecnologias que em geral são de domínio intuitivo. O autor atribui ao fato de "ser" mulher a uma correlação positiva ao uso da tecnologia e por outro lado, uma correlação negativa com empregabilidade, renda e educação.

Repensar a questão feminina de uso e acesso às TICs é uma questão política e não somente de tecnofobia<sup>18</sup> por si só.

---

16 Países latino americanos: Chile, Brasil, Uruguai, México, Paraguai, El Salvador, Costa Rica, Republica Dominicana, Panamá, Honduras, Nicarágua e Equador.

17 Países Africanos: Kênia, Namibia, Etiópia, Ruanda, Moçambique, Senegal, Tanzânia, Africa do Sul, Benim, Botiswana, Gan, Uganda, Costa do Marfim.

18 Tecnofobia é o medo da tecnologia moderna. Extremizada em obras de ficção, como o livro Frankenstein ou o filme Blade Runner, no cotidiano manifesta-se como o receio em utilizar um computador

A divisão digital de gêneros existe apenas como um reflexo direto da existência de desigualdades relacionadas ao sexo e as ações políticas deveriam usar as habilidades comunicativas, naturais da mulheres e as suas facilidades com a mídia e suas capacidades em abraçar as novas oportunidades digitais para superar as desigualdades de gênero existentes desde longa data.(HILBERT, 2011, p.487 ).

Hilbert conclui seu estudo enfatizando que para repensar essa questão é necessário a criação de políticas e projetos que, verdadeiramente, permitam que as meninas e as mulheres se tornem membros igualmente representadas na sociedade da informação, da sociedade digital, da sociedade em rede, da sociedade do conhecimento, ou simplesmente membros igualmente representados na sociedade, independente do nome que se queira dar.

Em recente matéria publicada pelo Jornal da Ciência em 20 de março de 2014, um estudo realizado para o programa "L'Oréal-Unesco para Mulheres na Ciência" na França, Alemanha, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos e Japão, as mulheres ainda são minoria na ciência. Segundo esse levantamento apenas 29% do total de pesquisadores são mulheres, apesar do reconhecido crescimento da participação feminina, esse percentual está longe de atingir a paridade. Outra constatação apresentada foi a de que apenas cinco mulheres foram recompensadas com um Prêmio Nobel desde 1998.

Para o Brasil, alguns estudos mostram que as mulheres estão muito pouco representadas em alguns ramos da ciência e da tecnologia, notadamente em TICs, área que ainda hoje absorve apenas em torno de 20% de mulheres, sem tendência observada de crescimento (LETA et al., 2013; OLINTO, 2009)

Os dados recentes sobre a presença feminina nas atividades de compras na internet divulgados pela pesquisa do site mercadolivre.com<sup>19</sup> mostram que 96% das mulheres costumam pesquisar preços na internet. O *e-commerce* é a terceira maior atividade realizada pelas usuárias na internet apresentando o percentual de 75% das 900 (novecentas) internautas do sexo feminino que participaram do estudo, no período de 23 de fevereiro a 04 de março de 2013.

Dentre os produtos, por elas, mais pesquisados estão: produtos tecnológicos (87%) e artigos de moda; tais como, roupas, sapatos, cintos, relógios, joias e bijuterias, (48%). Fica, dessa forma, demonstrada a preferência “tecnológica” feminina na atividade de compras “online”.

---

<sup>19</sup> Disponível em: [http://www.e-commerce.org.br/mercado\\_livre.php](http://www.e-commerce.org.br/mercado_livre.php) acesso em: 7 jul 2014.

Não à toa, o *e-commerce* é a terceira maior atividade realizada pelas usuárias na internet (75%), atrás apenas de e-mails (90%) e busca de informações (77%).

Segundo Leandro Soares, diretor de marketplace do MercadoLivre, a busca por eletrônicos, uma tendência historicamente mais relacionada como universo masculino, vêm confirmando a mudança de comportamento da compradora virtual. "As mulheres sempre influenciaram as compras da família como um todo, mas não eram vistas como ligadas em tecnologia", diz ele. A pesquisa aponta também que mais de 25% das mulheres usam dispositivos móveis, como tablets e celulares, para compras, sendo que 48% utilizaram os aparelhos porque quiseram garantir imediatamente o produto que viram em um anúncio online.

A Tabela 1, mostrada a seguir, revela o comportamento atual das mulheres na preferência de compras *online*, demonstrado pelo alto percentual de produtos eletrônicos e tecnológicos em relação ao percentual apresentado para aos demais produtos, ainda que, quando comparados à produtos associados à moda. O interesse por esse tipo de artigo especialmente em se tratando e compras *online* reafirma uma mudança no comportamento feminino.

Tabela 1: Produtos que as mulheres brasileiras querem comprar pela web.

<b>Produtos</b>	<b>%</b>
Eletrônicos/tecnologia (tablets, smartphones, câmeras digitais, notebooks, GPS, TVs e outros).	74
Moda (roupas, sapatos, cintos, relógios, joias e bijuterias).	42
Livros	35,5
Artigos para crianças	29
Artigos para decoração	27

Fonte: Site MercadoLivre.com Disponível em <http://segredosdomercadolivre.com.br/blog/o-que-as-mulheres-compram-no-e-commerce/>. Acesso em: 20 jan 2014.

Os costumes de não-participação das mulheres estão profundamente enraizados na sociedade e acabam por causar certa perplexidade até nas próprias mulheres, quando na verdade uma situação como a estampada no quadro acima acena para uma mudança, para um claro interesse por TICs.

#### 4 OS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL DO GOVERNO BRASILEIRO

Pode-se dizer que a política de inclusão digital, no âmbito na América Latina e mais especificamente no Brasil, ganhou forma com a implantação e inauguração do primeiro telecentro de inclusão digital, no ano de 1992, na cidade de Brusque, em Santa Catarina (DARELLI, 2003).

Dessa forma, a necessidade de transformar a inclusão digital em uma política pública foi assumindo cada vez mais expressividade a partir do entendimento de que o direito de acesso à informação passou a ser entendido como uma questão de promoção de cidadania e, portanto um dever do governo para com seus cidadãos.

O Programa Governo Eletrônico<sup>20</sup> surgiu no ano 2000, quando foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação, através do Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000. As ações deste Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTTI) foram formalizadas pela Portaria da Casa Civil nº 23 de 12 de maio de 2000, e incorporadas às metas do programa Sociedade da Informação, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O trabalho do GTTI concentrou esforços em três linhas do programa: Universalização de serviços, Governo ao alcance de todos, Infra-estrutura avançada.

A partir daí a política de inclusão digital do governo brasileiro rumo à inclusão social passou a integrar as agendas federal, estaduais e municipais. O Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC foi lançado em 2002 e implementado por meio de parcerias com outros órgãos da administração federal e organizações da sociedade civil, e por se tratar de um programa de fornecimento de serviços de internet banda larga por meio de conexão satelital, via de regra está associado às diversas iniciativas citadas no estudo acima sem que tenha sido nominalmente referenciado. Optamos por dedicar um item a parte para tratar de todo histórico de criação e implantação do GESAC como forma de dar ao programa o devido destaque que o tornou, inclusive, objeto de estudo desta tese.

Sem a pretensão de medir ou comparar cientificamente resultados (e ainda não disponíveis), nem esgotar o panorama de iniciativas existentes no país, Lia Ribeiro Dias descreveu algumas iniciativas de projetos de inclusão digital. Separados por segmento, dentre

---

<sup>20</sup> Programa Governo Eletrônico: Noras e diretrizes. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>. Acesso em: 25 nov 2011.

as ações governamentais destaca: “Telecentros de Informação e Negócios” (MDIC) e “Espaço Serpro Cidadão (Serpro). Diversas outras experiências, fruto dessa política pública foram implementadas: em São Paulo: Acessa São Paulo; em Porto Alegre: Telecentros; no Rio Grande do Sul: Cidadão Digital; no Paraná: Digitando o Futuro e Paranavegar; no Rio de Janeiro: Liberdade Digital; no Ceará: Solonópole; em Tocantins: Cidade do Conhecimento; no Amazonas: Topawa Ka’a e no Ampá: Navegar. (DIAS, 2003).

Dentre as iniciativas encampadas pela sociedade civil, empresas privadas, organizações não-governamentais (ONGs) e Associações de base, com objetivo de se unir às ações do poder público para combater a exclusão digital estão: “Escolas de Informática e Cidadania”, “Kidlink Brasil”, “Viva Favela”, “Estação Futuro”, “Rede Saci”, “Garagem Digital”, “Centro Sócio-Pastoral N. S. da Conceição”, “Rede Cipó”, “Internet Livre”, “Rede Cyberela”, “Kabum! “Escola de Arte e Tecnologia”, “Educar para Crescer”, “Consulado da Mulher”, “ComputAÇÃO Solidária”, “Intel Clubhouse” e “Espaços de Informática e Cidadania”.(DIAS, op. cit.)

A promoção da inclusão digital por meio das quase 25 (vinte e cinco) mil escolas com infra-estrutura pronta, portanto tendo como pano de fundo a educação, estão: “Proinfo”, “Educarede”, “Informática Pedagógica”, “Rede de Letramento Digital e Comunicação”, “Internet nas Escolas”/“Internet Cidadã”, “Sua Escola a 2000 por Hora”, “Telemar Educação”, “Escola Digital Integrada”, “Escol@ Virtual”, “Educação para o Futuro”, “Reinventando a Educação”/“KidSmart”/“Abrindo os Olhos”, “N@ Escola”, “Café Digital” e “Histórias de Vida”. Dentre os espaços de acesso público à internet, voltados à produção de conteúdo estão: “Sampa.org”, “Escola do Futuro”, “Rede de Informação do Terceiro Setor”, “Cidade do Conhecimento” e “Biblioteca Digital Multimídia”(DIAS, op. cit.)

“Uma história de Mulheres”, assim pode ser denominado o trabalho desenvolvido pelo Consulado da Mulher<sup>21</sup>, uma iniciativa pioneira e direcionada ao atendimento de mulheres, com objetivo de assessorar empreendimentos populares protagonizados por mulheres, com aporte de conhecimentos e recursos que viabilizem geração de renda e qualidade de vida. O projeto destaca-se, no âmbito desse estudo, por manter casas onde se desenvolvem diversas atividades voltadas à geração de trabalho e renda e à inclusão digital, capazes de estimular a cidadania da mulher brasileira, principalmente aquela de baixa renda, por meio do acesso à informação e à educação.

---

21 Outras informações sobre o Projeto disponíveis em: [www.consuladodamulher.org.br](http://www.consuladodamulher.org.br) . Acesso em: 27 out 2012.

Tendo em vista os diversos projetos e programas de inclusão digital que se multiplicaram pelo país, e como pairam dúvidas sobre o êxito do processo de inclusão digital, os esforços de identificação, análise, avaliação e medição dos resultados ainda se fazem necessários. (AUN; MOURA, 2007; BALBONI, 2007)

O Mapa da Inclusão Digital - MID teve seu início em 2006, com o objetivo de identificar os diversos projetos e iniciativas de inclusão digital em todo território nacional. A elaboração/coordenação das atividades do MID é de responsabilidade do IBICT, a última atualização dos dados apresentados deu-se em 2007/2008, estando o portal de apresentação, do referido mapa, em fase de alterações estruturais e de plataforma, segundo a Coordenadora Técnica do Projeto, Anaíza Caminha Gaspar (2012).

Em relação ao Mapa da Inclusão Digital, realizado como resultado da parceria entre o Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Fundação Telefônica e conforme descrito pelos autores, que o uso da Internet no Brasil se divide em: casa (57% de acesso); *lan houses* (35%); trabalho (31%); casa de amigos (20%); escola (18%); locais públicos gratuitos (5,5%). No censo domiciliar observou-se que 80,7% é por banda larga e o restante por acesso discado. (CABRAL FILHO, CABRAL, 2013).

Em um estudo recente Cabral Filho e Cabral (2013) tratam da atividade de inclusão digital sob a perspectiva de que incluir a sociedade no meio digital é transferir conhecimento consolidado a setores da população que precisam ter acesso a ela, pois, sem esse acesso, seriam excluídos. O estudo trás uma reflexão a cerca da atuação do Comitê para Democratização da Informática – CDI pelo projeto intitulado Relógio Digital que buscar quantificar as pessoas consideradas digitalmente incluídas a partir de suas atividades.

Igualmente presentes no levantamento estão a pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.br) intitulada TIC Domicílios, que mapeia e define o número de usuários domésticos da Internet no Brasil. E, finalmente, o Mapa da Inclusão Digital, lançado em 2012, pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Telefônica, que levanta o acesso, qualidade e uso da tecnologia digital (apesar da semelhança do nome com o programa do IBICT, trata-se de outra iniciativa).

A pesquisa intitulada “TIC Domicílios e Empresa empresas 2010: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil”, conduzida em 2010 pelo Centro

de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação – Cetic.br<sup>22</sup>, foi trabalhada oito módulos: 1. Acesso às tecnologias de informação e comunicação; 2. Uso do computador; 3. Uso da Internet; 4. Governo eletrônico; 5. Comércio eletrônico; 6. Habilidades com o computador/Internet; 7. Acesso sem fio (uso do celular); 8. Intenção de aquisição de equipamentos e serviços TIC. Os dados foram coletados em 23.107 domicílios, de 307 municípios, com cidadãos brasileiros com 10 anos ou mais, cuja coleta de dados, através de entrevistas feitas mediante questionário, ocorreu no período de agosto a outubro de 2010. A pesquisa de Cabral filho e Cabral (2013) ressaltou que, em relação à amostra principal, somente 8.432 acessaram a Internet nos últimos três meses.

Com foco na população adolescente, outra iniciativa a ser trazida para as discussões do estudo de Cabral & Cabral, é a “TIC Kids online”, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI, dado que o Brasil ainda é um país preponderantemente jovem, no qual 27,7% da sua população estão abaixo dos 16 anos de idade, segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cada vez mais, essa parcela da população utiliza a Internet de forma intensa em sua vida cotidiana, incorporando progressivamente novas tecnologias de acesso como *notebooks*, celulares e *tablets*. Essa pesquisa buscou, como objetivo central, mapear as oportunidades e riscos associados ao uso da Internet por jovens brasileiros de 9 a 16 anos de idade. Na edição de 2012 estão publicados 49 indicadores associados ao uso da Internet por crianças e adolescentes e 25 indicadores sobre os pais e responsáveis.

Esses indicadores mostram os resultados referentes aos usos que os jovens fazem da Internet, às atividades desenvolvidas no ambiente virtual, riscos e possíveis danos relacionados às experiências *on-line* das crianças e os conteúdos por elas acessados, bem como a mediação exercida pelos pais e pelos responsáveis. Percebe-se, contudo que as várias iniciativas de mapear/quantificar o uso da internet bem como da apropriação das TICs pela população, em geral, seja ela de jovens, adultos, para fins educacionais, funcionais ou particulares ainda são incipientes para descrever a realidade brasileira, conforme observado por Medeiros Neto (2012).

Considerando as diversas definições para o termo inclusão digital, o ponto comum entre elas diz respeito à apropriação da tecnologia por parte da sociedade, alguns autores indicam como condição fundamental para que se dê apropriação é necessário a regularidade

---

<sup>22</sup> O CETIC.br é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BCR (NIC.br), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br).

do acesso. Cabral (2006) trás o relato de Jorge Tadeu Sampaio, à época Coordenador do Sampa.org: “disponibilidade de acesso físico regular aos recursos de informática e de telecomunicações existentes.

O autor ainda enfatiza que nos estudos de inclusão digital, em geral, a classificação de “usuário da informática e da internet” é dada como sendo aquele que a têm o acesso, entretanto a maior parte desse acesso à internet é inconstante.

Entende-se, dessa forma, que a regularidade de acesso passa a representar indicador indispensável nas análises de acesso e uso da internet.

A educação para a informática e para o uso da Internet precisa ser planejada desde os primeiros níveis de ensino. Sem preconceitos ou imposições, sem substituir o analógico pelo digital, mas reforçando a capacidade cognitiva dos alunos e guiando a descoberta de novos horizontes. O acesso aos meios deve estimular a capacidade produtiva, apresentando os mais diferentes recursos e serviços disponíveis, sendo que, para isso, é necessária uma atualização constante dos professores, pedagogos e técnicos que trabalham com o conteúdo (CABRAL, 2003, p. ).

Olinto (2009, 2011) ao analisar os dados da PNAD (2005) mostrou que no Brasil, há uma marcada divisão digital socialmente determinada, qual seja, os indivíduos que têm mais acesso à internet também têm mais acesso à educação. Segundo a autora a forte relação entre educação e alguns indicadores de uso da internet sugerem que apenas os brasileiros que chegam ao nível superior de instrução são aqueles que tem condição de usar efetivamente a rede, multiplicando seus contatos e garantindo acesso à informação o que conseqüentemente lhes permitirá melhorar suas chances de vida.

O acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) se tornou um requisito essencial para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, as políticas públicas voltadas à inclusão digital ainda não são suficientes para garantir a universalização do acesso.

## 5 O CAMPO DE ESTUDO – O GESAC

Selecionamos como campo de estudo empírico o Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC (BRASIL, 2002), criado pela Portaria nº 256 de 13 de março de 2002<sup>23</sup> no âmbito do Ministério das Comunicações e atuando na inclusão digital dos indivíduos como parte da política de pública de universalização das telecomunicações, por meio da disponibilização da Internet em banda larga em telecentros de acesso gratuito, abertos ao público ou ainda em laboratórios de informática de escolas públicas em regiões de baixa renda ou remotas, conforme consta em sua Norma geral, publicada inicialmente na Portaria nº 483 de 12 de agosto de 2008, revogada pela Portaria nº 520 de 27 de dezembro de 2012<sup>24</sup> (ANEXO E).

Na época da criação do GESAC, parcelas significativas da população desconheciam e não podiam usufruir de diversos serviços eletrônicos governamentais disponíveis na Internet. Dessa forma, o cidadão excluído digitalmente, por não ter acesso a recursos de tecnologia de informação e comunicação, encontrava dificuldades para buscar informação que pudesse contribuir para o desenvolvimento de seu ambiente informacional e cultural (seu capital cultural), para a sua vida social e comunitária (seu capital social) assim como para outras necessidades da vida diária (busca de emprego, informações de órgãos governamentais, consulta a andamentos processuais, envio de dados e documentos para órgãos de fiscalização, etc)

Atualmente essas necessidades se multiplicam e diversificam-se os recursos, que torna mais forte a relação entre a exclusão digital e a social e mais premente as ações do governo no sentido de garantir a inclusão digital, especialmente dos segmentos desfavorecidos.

### 5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS – EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL

Os telecentros do Programa GESAC – denominados pontos de presença - são locais preferencialmente abertos ao público, funcionando como espaços de aprendizagem e lazer, troca de experiências, realização de treinamentos e oficinas de inclusão digital.

---

<sup>23</sup> Portaria nº256, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/portarias/26845-portaria-n-256-de-13-de-marco-de-2002>. Acesso em: 16 set 2011

<sup>24</sup> Disponível em <http://www.mc.gov.br/portarias/26347-portaria-n-520-de-27-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: 4 dez 2013.

O Programa GESAC tem como principal objetivo promover a inclusão digital como alavanca para o desenvolvimento social autossustentável e a promoção da cidadania<sup>25</sup>. O programa tem como meta disponibilizar serviços avançados de inclusão digital para setores da sociedade que estão excluídos do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores. O implementação e o desenvolvimento do programa foram conduzidos pelo Ministério das Comunicações, contando, atualmente, com mais de 10 (dez) mil “Pontos de Presença” distribuídos em todo o território nacional, com 4.753 (quatro mil setecentos e cinquenta e três) municípios atendidos, e aguarda por autorização do governo federal para nova expansão do programa que irá praticamente dobrar o número de telecentros implantados<sup>26</sup>.

Para execução desse programa, quatro ministérios foram envolvidos buscando sinergias de esforços e articulação de suas políticas: o Ministério das Comunicações (MC), o Ministério da Defesa (MD), o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Os Pontos de Presença os locais onde as comunidades fazem uso dos serviços do Programa, que são disponibilizados através de terminais de computadores com provimento de solução integrada de rede de comunicação, com capacidade de prover tráfego de dados, imagem e voz, com conexão internet em banda larga via satélite. Compõe um Ponto de Presença: os terminais de computadores, impressoras, rede local, equipamentos de comunicação e toda a infra-estrutura tecnológica necessária para seu funcionamento.

Em relação às comunidades atendidas e as instituições contempladas, o Ministério das Comunicações seguiu os critérios estabelecidos em sua Norma Geral (BRASIL, 2008; Anexo E), que as define como Instituições Beneficiárias. No conjunto destas estão: instituições públicas de ensino, instituições públicas de saúde, unidades do serviço público localizadas em áreas remotas, de fronteira ou de interesse estratégico e outras instituições públicas. Também foram contempladas entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, que tivessem compromisso de promover ou ampliar o processo de inclusão digital. A escolha de tais entidades se deu a critério do próprio ministério.

---

25 As informações sobre o Programa GESAC estão disponíveis no site do Ministério das Comunicações e podem ser acessadas em <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas/telecentros>

26 A cartilha com todas as informações do Programa Gesac está disponível no Portal do Livro Aberto/IBICT, encontram-se disponíveis a 1ª e 2ª edições, podendo ser acessada em <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/854> e <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/860>, respectivamente.

Fomentar a inclusão digital como alavanca para o desenvolvimento social autossustentável e promoção de cidadania é o principal objetivo do GESAC, projeto de inclusão digital destinado às camadas C, D e E da sociedade, como foi inicialmente concebido (BRASIL, 2007). Cabe ressaltar que recentemente a Portaria n. 520 de 27 de dezembro de 2012, traz em seu Parágrafo único: “O Programa GESAC, gerido pelo Ministério das Comunicações, oferece, de forma gratuita, o acesso a serviços de conexão à internet, com o objetivo de promover a inclusão digital e social, bem como para incentivar ações de governo eletrônico **para a população**”. (Anexo E, grifo nosso) Com o GESAC, serviços avançados de inclusão digital foram postos à disposição para setores da sociedade que hoje estão excluídos do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores.

O programa contava, em sua 1ª fase (período compreendido entre os anos de 2003 e 2005) com 3.200 (três mil e duzentas) unidades de comunicação, ou seja, pontos de presença; funcionando em escolas, unidades militares e telecentros, com média de sete computadores em cada ponto. Estima-se que uma população superior a quatro milhões de pessoas foi atendida pelo GESAC, por meio de 22 mil terminais conectados numa grande rede nacional. O GESAC foi implementado em todos os estados brasileiros. Comunidades indígenas, remanescentes de quilombolas, comunidades rurais e quartéis localizados nas fronteiras brasileiras e em regiões remotas são alguns exemplos de instituições atendidas pelo programa, além do foco direcionado para as escolas públicas.

O programa atende também às recomendações do Governo Federal quanto à utilização do software livre<sup>27</sup> (todos os serviços do programa, em todos os Pontos de Presença, estão disponíveis nesta tecnologia).

Através do Decreto de 18 de Outubro de 2005<sup>28</sup>, foi criado o Comitê Executivo do Governo Eletrônico (CEGE)<sup>29</sup> com objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico, voltado para a prestação de serviços e informações ao cidadão. Como uma de suas diretrizes, o software livre deve ser

---

<sup>27</sup> São programas de computador que possuem o código-fonte aberto, ou seja, é possível para qualquer usuário que tenha conhecimento em informática utilizá-lo de forma gratuita e ainda poder alterar o software de acordo com a sua necessidade.

<sup>28</sup> Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/legislacao/decreto-de-18-de-outubro-de-2005>. Acesso em: 8 jul 2012

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/comites/comite-executivo>. Acesso em: 8 jul 2012

entendido como opção tecnológica do Governo Federal onde for possível, deve ser promovida sua utilização.

A política de universalização dos meios de comunicação do Ministério das Comunicações - MC, no âmbito do programa, articulava-se com as políticas comunitárias e estratégicas das Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa - MD, com a política de educação do Ministério da Educação e Cultura - MEC e com a política de combate à fome do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Essas sinergias congregam-se em único e grande desafio: de inclusão social e de luta contra as desigualdades sociais.

Além desses ministérios, parceiros do programa, outros órgãos do Governo Federal têm tido uma participação importante para o sucesso do programa GESAC, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento - SLTI/MP e o Instituto de Tecnologia da Informação - ITI vêm discutindo e auxiliando o programa. Outra instância de governo importante tem sido o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital - CGPID<sup>30</sup>. Desse Comitê emanam as principais diretrizes para os programas de inclusão digital do Governo Federal.

A escolha das localidades beneficiadas com o programa foi feita a partir de três requisitos: baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), não dispor de acesso a Internet e já desenvolver alguma atividade apoiada por Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) – nome dado a equipamentos, redes e aplicativos que se articulam para processar, armazenar e comunicar informação e conhecimento.

Em Outubro de 2002 deu-se a assinatura do contrato 029/2002 entre Ministério das Comunicações e a empresa Gilat do Brasil Ltda. A assinatura do Termo Aditivo que contemplou a reestruturação do contrato anteriormente assinado, ampliando os serviços de rede e conexão que eram ofertados pelo programa, tendo início no ano seguinte, no mês de Maio.

A portaria que instituiu as parcerias interministeriais entre MC, MD, MEC e MDS foi publicada no mês de Julho de 2003. Ainda no ano de 2003, deu-se início a instalação das primeiras antenas do tipo VSAT, para acesso a internet via satélite. Diversas outras parcerias e convênios de colaboração foram estabelecidos com universidades (USP, UnB, UFMG, entre

---

30 Instituída pelo DECRETO No- 6.948, DE 25 DE AGOSTO DE 2009, disponível em: <http://www.gesac.gov.br/images/documentos/referencia/decreto-6948-25-ago-2009.pdf>. Acesso em: 6 out 2013.

outras) para desenvolvimento de projetos de inclusão digital e inovação social, durante o ano de 2004.

O portal do Programa GESAC foi desenvolvido em parceria com o Serviço de Processamento de Dados – SERPRO, sendo totalmente concebido em plataforma livre, sendo acessado no endereço: <https://www.idbrasil.gov.br>.

Com pouco menos de 01 (um) ano do início da instalação da primeira antena, o programa atingiu a marca de 3.200 (três mil e duzentas) unidades de comunicação, sendo: 2.400 (duas mil e quatrocentas) escolas atendidas pelo programa PROINFO/MEC, 400 (quatrocentas) unidades militares localizadas em regiões remotas e de fronteira, 200 (duzentos) telecentros comunitários do e programa Fome Zero e 200(duzentos) telecentros comunitários em parceria com Eletronorte, Itaipú, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Secretaria da Pesca/MA, entre outros).

Em Março de 2004 deu-se o lançamento de 120 mil contas de correio eletrônico, hospedagem de páginas, além de oito outras ferramentas de interatividade para as comunidades atendidas. Em paralelo à disponibilização dos serviços às comunidades atendidas, o MC promoveu a capacitação de 130 multiplicadores no uso e transferência da tecnologia, formando rede de co-gestores regionais que atuam diretamente no suporte, capacitação e criação de projetos comunitários baseados no uso das TICs.

Avançando nas etapas de implementação da oferta de serviços aos cidadãos, em setembro de 2004 foi lançado I Projeto Comunitário do Programa GESAC, um concurso criado para premiar as páginas na internet criadas pelas comunidades beneficiadas pelo programa.

Para a execução do programa foram investidos R\$ 78 milhões para 22 meses de operação, a contar de maio de 2003. Os recursos financeiros necessários à implantação e à operacionalização do programa GESAC foram consignados, inicialmente, na Lei Orçamentária Anual nº 10.407 de 10/01/2002 e se mantiveram inalterados após a reestruturação do contrato 029/2002, em maio de 2003, apesar da expressiva ampliação dos serviços TICs oferecidos após esta reestruturação.

Esse montante referiu-se à totalidade dos serviços que deviam ser prestados no âmbito do programa, ou seja: contratação de empresa especializada para fazer a implementação da estrutura de comunicação de dados, manutenção do serviço, criação de um

centro de atendimento do programa para atender as dúvidas e reclamações dos usuários, além de todos os serviços de instalação e configuração dos softwares necessários.

A solução de conexão é formada basicamente de três itens: a estrutura local, o satélite e o centro de gerência. A estrutura local conta com uma VSAT (estação terrena, identificada pelas antenas parabólicas muito parecidas com as usadas em recepção de TV por assinatura), além de um modem-satélite, equipamento que faz a interface para conexão com o equipamento do usuário, recepção e transmissão dos dados. O satélite é na verdade, um receptor e transmissor de ondas de rádio, ou seja, um repetidor de radiofrequência que opera na órbita da Terra. Ele capta o sinal vindo da VSAT e rebate para o centro de gerência, e vice-versa.

O centro de gerência do GESAC, nessa fase, estava localizado em Belo Horizonte, e possibilitava a saída da navegação dos usuários para a Internet, bem como oferecia um *data-center* serviços de suporte técnico a todos os pontos de presença do programa. Dentre as ações conduzidas nessa fase destacam-se:

- Reestruturação do GESAC, seguindo as diretrizes do e.gov;
- Parcerias estabelecidas com outros ministérios: Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Implantados 3.200 mil pontos de presença;
- Implantação do portal Idbrasil ([www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br));
- Implantada a co-gestão do programa em quatro níveis: nacional, estadual, regional e nas comunidades atendidas.

O programa, nessa fase, dedicava-se às ações voltadas à articulação e formação de uma rede de conhecimento solidária<sup>31</sup>. A O eixo principal dessas ações contemplava a utilização das ferramentas da Internet para geração de emprego e renda e difusão da cultura local com desenvolvimento de projetos comunitários.

Esses projetos visavam integrar comunidades à margem da tecnologia através de comunicação, troca ideias, geração de conhecimento coletivo e até fazer negócios, criando uma nova cultura de compartilhamento e socialização da informação (ENAP, 2005). A

---

<sup>31</sup> O conjunto dessas ações está disponível em [file:///C:/Users/User/Downloads/9concurso\\_livro.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/9concurso_livro.pdf)

produção cooperativa de projetos via Internet apresentava-se como um fator de motivação para o aprendizado.

Em setembro de 2004, em função de novo processo licitatório para fornecimento de Conectividade, Cesta de Serviços, Oficinas, Software Livre, foi assinado novo Contrato de Prestação de Serviço com empresa VICOM, dando início a segunda fase do programa (setembro 2004 a outubro de 2008).

De novembro de 2008 até 2010 a prestação dos serviços de comunicação passou a ser de responsabilidade também da Embratel/Oi, Brasil Telecom e Instituto Federal-IF, em função da expansão do programa com implantação de novos pontos de presença.

### 5.1.1 Mecanismos de fiscalização

O estabelecimento de diversas atividades de fiscalização incluíam os seguintes mecanismos<sup>32</sup>:

- Visitas presenciais;
- Telemarketing ativo, com aplicação de pesquisa;
- Canais de comunicação disponibilizados para as comunidades e Certificação dos 3.200 mil pontos de presença instalados por meio de:
  1. Entrevistas telefônicas para verificação da demanda diária em cada ponto de presença e suas dificuldades;
  2. Atualização da base de dados dos 3.200 mil pontos publicados no portal Idbrasil ([www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br));
  3. Monitoramento da performance e uso da rede GESAC por ferramenta criada pela empresa prestadora do serviço de comunicação.

Criou-se uma sinergia com outros programas de outras instituições governamentais, como por exemplo: PROINFO/MEC, Fome Zero/MDS, entre outros, no intuito de otimizar os gastos do investimento realizado pelo Ministério das Comunicações, gerando melhores aproveitamentos dos recursos públicos, bem como o aumento da eficácia de suas ações, como solução para adotada para a operacionalização do programa.

Entre os principais serviços disponibilizados nessa fase, todos baseados *software* livre, estão: Gerenciador de documentos (Fichario), Gerenciador de lista de discussão (Mesa

---

<sup>32</sup> Conforme Decreto n.º 4.733, de 10 de junho de 2003, e no Decreto n.º 7.462, de 19 de abril de 2011 Ratificado no Art 9º - Portaria 520 de 27 de novembro de 2012

redonda), Gerenciador de Notícias/Conteúdos (A Teia), Gerenciador de Tarefas (Escritório), Gerenciador de conhecimento (Rau-Tu), Hospedagem de Páginas na internet (Pousada)<sup>33</sup>.

No período compreendido entre os anos de 2005 e 2008, duas empresas passaram a prestar serviço de telecomunicações para o GESAC por meio de um Consórcio denominado Conecta Brasil Cidadão. As empresas selecionadas foram a EMBRATEL, que presta serviços de conexão via satélite, e a Oi-BRASIL TELECOM, que presta serviços de conexão Terrestre a rede GESAC contava com mais de 9.500 pontos de presença instalados, atendendo 4.565 municípios.

De novembro de 2008 até 2010 a prestação dos serviços de comunicação passou a ser de responsabilidade também da Embratel/Oi, Brasil Telecom e Instituto Federal-IF, em função da expansão do programa com implantação de novos pontos de presença.

Benedito Medeiros Neto, consultor e co-orientador desta tese, complementou, em entrevista gravada, algumas informações sobre a criação e evolução e algumas características específicas que se identificam no programa, como o uso do software livre nesta abrangente iniciativa de inclusão digital, disponibilizada no Apêndice B.

### **5.1.2 Situação atual**

Conforme informações obtidas no site do MC<sup>34</sup>, o edital de ampliação do GESAC foi publicado o Edital de ampliação do GESAC. O objetivo desse edital é garantir a continuidade do serviço assim como ampliar o número de localidades atendidas. Atualmente, o programa leva o acesso à Internet para aproximadamente 13 mil pontos. Esses pontos vão ser abrangidos pelo novo edital e passarão para cerca de 31 mil.

Uma das grandes novidades é a adesão do Ministério da Saúde ao programa, que vai passar a conectar cerca de 13 mil Unidades Básicas de Saúde. Além disso, a velocidade da conexão será aumentada, cerca de 70% dos pontos terão uma velocidade nominal de 1 Mbps. Segundo o MC, em alguns locais, a velocidade poderá chegar a 8 Mbps.

Também na nova proposta, a quantidade de pontos com conexão terrestre deve superar os 80% – hoje esse índice é de 9%. Com a mudança, os pontos com tecnologia satelital vão estar à disposição de localidades onde ainda não é possível o atendimento por

---

33 Disponível em: <http://www.gesac.gov.br/site-das-comunidades/cesta-de-servicos> . Acesso em: 30 ago 2012

34 Acesso em 09/04/2014 : <http://www.mc.gov.br/gesac>

outras formas de tecnologia.

O desenvolvimento e a implementação do programa foram sempre conduzidos pelo Ministério das Comunicações. Atualmente, com mais de 10 (dez) mil pontos de presença distribuídos em todo o território nacional, com 4.753 (quatro mil setecentos e cinquenta e três) municípios atendidos

Dessa forma, promover a inclusão social por meio da inclusão digital ainda permanece um desafio para as autoridades governamentais que se deparam com essa disparidade social que se reflete na demanda por serviços ditos essenciais.

## 5.2 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

A implementação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas que visam permitir às classes mais carentes o acesso às TICs são imprescindíveis para o bom êxito dessa ação social do governo. Com objetivo de avaliar os resultados alcançados pelo Programa GESAC de 2004 a 2008 e desenvolver uma metodologia de avaliação continuada, o Ministério das Comunicações lançou o Plano Nacional de Avaliação do Programa GESAC – PNAG. (Apêndice A)

Embora a avaliação de programas e projetos de inclusão digital já estejam bem estabelecidos em diversos países (BARZILAI-NAHON, 2006), cabe ressaltar que no Brasil a avaliação carece de mais pesquisas e estudos, tanto no meio acadêmico como nas próprias esferas do governo responsáveis pela implementação das ações de inclusão digital.

A atividade de avaliação de programas e projetos pode ser útil no monitoramento e no planejamento contínuo das atividades de inclusão, seja essa social ou digital, bem como para a revisão das políticas públicas de inclusão, garantindo o contínuo aprimoramento destas políticas. O compartilhamento das experiências vivenciadas no percurso dos 04 (quatro) primeiros anos de implantação do Programa GESAC, já indicavam a carência e necessidade de acompanhamento e avaliação continuada do programa.

Com relação ao GESAC houve alguns esforços visando à avaliação do programa. Estabeleceu-se o Plano Nacional de Avaliação do GESAC e realizou-se a Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa GESAC (PNAG), que ocorreu de novembro de 2008 a março de

2009, buscando verificar o atendimento aos objetivos principais do programa, dentre os quais destacam-se: contribuir para a universalização do acesso à Internet, fomentar o desenvolvimento de projetos comunitários e a formação de redes de conhecimento, incentivar o uso de software livre, traduzidos no apoio ao desenvolvimento das comunidades beneficiadas e às comunidades em estado de vulnerabilidade social.

A proposta de avaliação nacional do programa, considerou os objetivos básicos do programa e partiu da análise dos modelos já existentes, diagnosticando cenários e desenhando um estado da arte das propostas de indicadores em Inclusão Digital no Brasil. Foram consideradas as pesquisas já realizadas à época pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil - TIC Domicílios e Usuários 2007, e junto às principais agências internacionais, a exemplo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Digital Access Index* (DAI), *International Telecommunication Union* (ITU), e outras experiências que enriqueçam a proposta de avaliação do GESAC. Tal proposta de avaliação ocorreu de novembro de 2008 a março de 2009, com interrupção, de 15 de dezembro de 2008 a 15 de janeiro de 2009.

Avaliar é buscar o grau de pertencimento desses indivíduos, famílias e comunidades envolvidas nesta gigantesca rede de inclusão, bem como a apropriação das tecnologias para a informação, educação e comunicação exploradas por meio das ferramentas em software livre ou ainda as ofertadas pelo portal IDBRASIL.ORG.BR. Trata-se de investigar, na essência desses sujeitos, o impacto proporcionado pelas tecnologias inclusivas, via um processo de alfabetização em informação e comunicação utilizado pelo GESAC, mesmo sem a consciência metodológica e sem a didática necessária à manutenção dos aprendizados já desenvolvidos e os que ainda estão por ser realizados. (MENDONÇA, 2008 p.73).

A pesquisa realizada pode ser definida como um levantamento (*survey*), no qual buscou-se obter informações sobre os usuários do programa: o seu uso das TICs nos pontos de presença e suas características socioeconômicas para avaliar o impacto dos componentes sociais na desigualdade digital. O questionário utilizado, disponibilizado no anexo H, é estruturado com questões abertas e fechadas totalizando 58 itens subdivididos em 03 partes: 1 - Identificação do usuário/dados sobre educação, ocupação; 2 – Conhecimentos em

tecnologias da informação e comunicação (TICs); e 3 – Dados sobre renda do indivíduo sua família.

As informações sobre domínio de TICs envolveram: 1) *conhecimento de TICs* que envolveram perguntas sobre o uso de ferramentas básicas (Word, Excel, Powerpoint e seus equivalentes em software livre Linux); conhecimento de linguagem de programação e softwares aplicativos mais sofisticados como Corel Draw e fotoshop); 2) *participação em cursos de computação* e voltados para software específico, também identificando cursos sobre software comercial e livre; 3) Auto-avaliação sobre *capacidade na execução de tarefas* de diversos tipos; 4) *Acesso à internet e tipos de uso da internet*; 5) avaliação sobre o *impacto da internet* na vida do respondente e na vida da sua comunidade.

Diversas informações também caracterizam a situação sociodemográfica do indivíduo: local de moradia, sexo, idade, nível educacional, profissão, assim como informações sobre o seu nível de renda, além de disponibilidade de computador e internet no domicílio. Trata-se, portanto, de um conjunto de indicadores de apropriação e uso das TICs pelos usuários dos pontos de presença, informações estas que tocam em muitos aspectos apontados pela literatura, pois buscam identificar não somente uso da internet, mas a capacidade de uso da rede e seu uso efetivo, identificando diversas finalidades que podem contribuir para o incremento do capital social e cultural dos usuários, para acesso a informações utilitárias, etc.

As diversas informações recolhidas sobre o contexto social do entrevistado permitem também explorar se a variação neste contexto pode ter influência decisiva no uso das TICs. A Pesquisa Nacional de Avaliação do GESAC 2009, realizada em Pontos de Presença - PP, implantados em todo Brasil, ocorreu de novembro de 2008 a março de 2009, com interrupção, de 15 de dezembro de 2008 a 15 de janeiro de 2009. A pesquisa definiu como população de estudo os usuários que passaram por um processo de alfabetização digital nos Pontos de Presença, num total de 3.570 (três mil, quinhentos e setenta) pontos de presença, ou seja, centros gratuitos e escolas públicas patrocinados por projetos e programas de inclusão digital das três esferas do Governo, dentre os lugares de acesso à internet, assim distribuídos: cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) laboratórios de informática em escolas públicas estaduais e municipais; 670 (seiscentos e setenta) Telecentros comunitários, pontos instalados em instituições da Sociedade Civil; e 400 (quatrocentos) Unidades Militares com computadores conectados à Internet, segundo os dados que eram disponibilizados pelo Data Center do programa, quantificados por meio de ferramenta para controle dos pontos em funcionamento.

Houve a realização de um pré-teste para validação do questionário, dada a preocupação com os critérios de definição da amostra, cuja definição está disponível em Medeiros (2012). Os questionários foram respondidos online, porém visando atingir a todos os usuários cadastrados e buscando garantir que esses usuários, independente da sua condição social e localização geográfica, participassem da pesquisa. Assim, houve preocupação em que o preenchimento do questionário fosse feito no próprio local de acesso à internet. As instruções aos aplicadores constam no Anexo F.

A população levantada, após a limpeza do Banco de dados, eliminou cerca de 20% dos questionários, posto que não estavam em acordo com os critérios de qualidade estabelecidos no plano de trabalho, totalizou 8483 (oito mil quatrocentos e oitenta e três) questionários respondidos e validados.

As respostas obtidas dos questionários aplicados aos usuários foram inseridas no software Statistical Package for the Social Science, conhecido como IBM SPSS (Field, 2009). Os trabalhos estatísticos, voltados para a validação dos dados, ficaram sob a coordenação e responsabilidade de Joseane Padilha da Silva, Msc em Estatística e Experimentação Agronômica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP, que testou a confiabilidade dos dados, validando o Banco de Dados com os resultados obtidos.

A seguir identificam-se estudos realizados sobre o programa GESAC baseados neste e em outros estudos.

### 5.3 ESTUDOS REALIZADOS SOBRE O PROGRAMA

Diversas contribuições ao estudo da inclusão digital podem ser identificadas em publicações acadêmicas realizadas sobre o programa, dentre os quais podemos citar publicações de livros, defesas de teses de doutorado e artigos científicos publicados em revistas científicas da área da Ciência da Informação.

Focalizando a apropriação das tecnologias disponibilizadas ao cidadão, pelo usuário do Programa GESAC, Valéria Mendonça apresenta, em seu livro, algumas metodologias de análise que perpassam o ciclo comunicacional, trazendo o modelo de comunicação “Todos-Todos”, como base para a construção colaborativa do conhecimento (MENDONÇA, 2008). O livro destaca as dificuldades, que em sua maioria, são comuns a outros projetos de inclusão digital no Brasil.

Medeiros Neto elaborou em sua tese de doutoramento (MEDEIROS NETO, 2012), buscando avaliar o alcance nacional do programa analisando os dados da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa GESAC (PNAG), mencionado no item anterior. Por meio da descrição de seus usuários, concluiu, inicialmente, que os indivíduos incluídos digitalmente, não apresentam uniformidade dos indicadores de uso da tecnologia, acesso a informação, busca da informação, distribuição da informação. A participação em *sites* de relacionamentos apresentou valores altos enquanto que a utilização de serviço de compras on-line apresentou valores baixos. O estudo conduzido por Medeiros Neto (2012) com base no GESAC/PNAG também explorou aspectos da inclusão digital, assim como relações entre as características sócio-demográficas e o uso e apropriação das TICs, considerando, 4 (quatro) etapas. A primeira etapa tratou do uso e apropriação das TIC com base no uso e acesso a tecnologia. Na segunda etapa, o foco foi a inclusão informacional avaliando o uso e a procura da informação. Na terceira parte, a avaliação do programa focalizou o compartilhamento e a produção da informação. A quarta etapa usou um modelo de análise multivariada para estudar a capacidade de distribuição e de produzir informação. Concluiu que os usuários que dizem que são digitalmente incluídos foram os que acreditam que a Internet mudou suas vidas, conhecem e utilizam a Internet, participam de sites de relacionamento e têm o hábito de ler notícias na internet. Aspectos como escolaridade, faixa de renda e de região geográfica mostram-se determinantes na avaliação dos próprios usuários quanto a se sentirem incluídos digitalmente. A metodologia de amostragem foi descrita por Medeiros Neto (2012).

Os dados mostram que a população atendida pelo programa GESAC é, em sua maioria, composta por jovens pertencentes às classes mais vulneráveis que tiveram contato com TICs e com o uso do computador, em geral, nos laboratórios de informática das escolas beneficiadas pelo programa. Dentre os usuários encontram-se segmentos específicos da população tipicamente mais vulnerável, como pescadores, quilombolas, indígenas e idosos que também tiveram seu primeiro contato com computador e com a internet por meio do GESAC (MEDEIROS NETO, 2012).

## 6 METODOLOGIA

Diversos aspectos do uso e apropriação das TICs pelos usuários do Programa GESAC foram analisados nos estudos de Medeiros (2012), os quais, no entanto, não focalizam diferenças de gênero no uso do programa. Com a intenção de explorar este aspecto,

este estudo utiliza a mesma base de dados com esta finalidade. Trata-se portanto de um estudo com dados secundários.

O objetivo desse estudo é dar um segmento na contribuição para a avaliação do programa buscando novas análises com base no mesmo conjunto de dados. Através das variáveis selecionadas nas análises aqui empreendidas busca-se as diferenças de gênero no uso das TICs, considerando o ambiente social dos usuários e buscando responder às indagações colocadas na introdução deste estudo. Quais as diferenças sociais e de gênero nos conhecimentos de TICs, nos tipos de uso que são feitos nos pontos de presença do programa GESAC e nas opiniões que o próprio usuário ou usuária tem sobre o programa? Os telecentros estão suprindo as demandas dos cidadãos em igual medida que buscam os serviços digitais? Como são vistos, por usuários e usuárias, os impactos do programa na vida pessoal e no cotidiano das comunidades?

## 6.1 CARACTERÍSTICAS DOS DADOS

Os dados da referida Pesquisa Nacional de Avaliação do GESAC, coletados<sup>35</sup> de maneira presencial e por meio de questionário eletrônico, foram armazenados em um sistema de informação hospedado no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde Pública (NESP) da Universidade de Brasília – UnB, e posteriormente inseridos no pacote estatístico SPSS e foram disponibilizados para este trabalho de tese.

Com base nos dados obtidos nesta pesquisa e já objeto de outros estudos conforme já mencionado (MEDEIROS NETO; MIRANDA 2009; 2010; 2011a, 2011b), busca-se contribuir com novas análises sobre aspectos do uso e da apropriação a TICs pelos usuários programa GESAC. Pretende-se, portanto, aqui focalizar alguns aspectos que não foram contemplados nos estudos, já realizados com estes dados, ou são aqui rerepresentados em perspectiva complementar.

Os grupos de variáveis selecionadas incluem: 1) indicadores de avaliação das TICs; indicadores de uso e apropriação de TICs, com destaque para variáveis que indicam o uso efetivo e que contribuem para diversos aspectos da vida do indivíduo, como a aquisição de

---

<sup>35</sup> O detalhamento sobre os procedimentos, as orientações aos participantes e orientadores e o questionário usado podem ser obtidos no endereço: [www.gesac.gov.br](http://www.gesac.gov.br), e estão também disponíveis nos anexos F, G e H respectivamente.

capital social e cultural; 2) indicadores sócio demoGráficos, como sexo, idade e nível educacional, foram às relacionadas às características sócio demográficas, como sexo, idade e nível educacional.

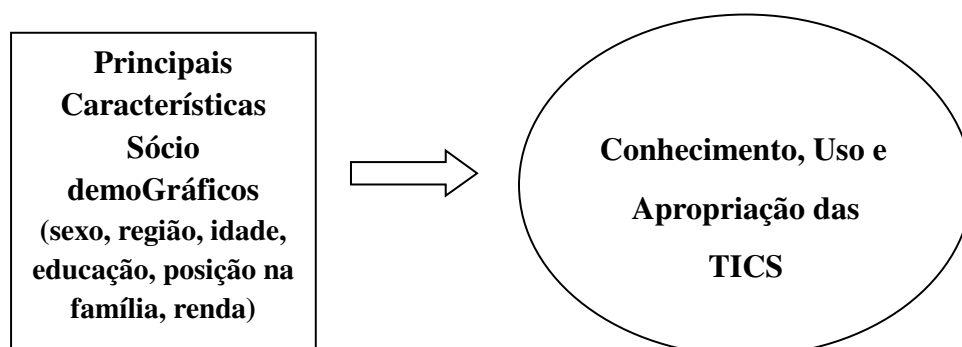
Inicialmente, o foco da análise é fornecer uma caracterização da abrangência nacional do programa e do perfil do usuário com a intenção de avaliar o quanto esse extenso programa governamental está atingindo os segmentos populacionais a que se propõe, conforme identificado nos seus objetivos e considerando os grupos de gêneros. A distribuição do programa nas várias regiões do país, o perfil etário, a distribuição por sexo e grupos raciais envolvidos, o nível educacional, econômico e a inserção no mercado de trabalho são dados iniciais aqui apresentados visando caracterizar o usuário do programa.

Considerando a ênfase dada no programa e no próprio estudo à adoção do software livre, o segundo foco é no uso e no interesse na aprendizagem desse tipo de ferramenta por parte dos usuários e usuárias do programa. O terceiro e principal foco da análise é no uso efetivo e apropriação das TICs pelos dois grupos de gêneros.

## 6.2 O MODELO DE ANÁLISE E ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS

O modelo de análise apresentado abaixo coloca o grupo de variáveis de acordo com sua posição no modelo explicativo. Este tipo de esquematização é encontrado nas orientações dos estudos sociais, notadamente em autores como Quivy & Campenhoudt (1992) e Babbie (1999) entre outros. Assim, esquematiza-se o modelo hipotético de análise que dá destaque aos principais grupos de variáveis considerados nas análises.

Figura 3: MODELO HIPOTÉTICO DE ANÁLISE



Dentre o grupo de variáveis selecionadas para responder às indagações ou testar as hipóteses estão as independentes, que tratam de condições sócio demográficas (sexo, idade, escolaridade) unidade federativa residencial, profissão, ocupação, posição dentro do grupo familiar, renda do respondente e renda familiar. Como variáveis dependentes serão considerados os indicadores e uso e apropriação das TICs.

O uso das variáveis sociodemográficas traz para as análises a seguir realizadas a suposição de que os entrevistados lidam com a informação a partir de processos sociais e culturais, conforme abordado na discussão teórica. Pode-se acrescentar que este tipo de análise se adequa aos estudos que se inserem na perspectiva do Paradigma Social da Ciência da Informação, o qual dá ênfase aos contextos socioculturais na busca e compreensão dos processos informacionais. Assim como foi explanado no capítulo 2, essa relação usuário e informação traduzem as formas de cognição individual e coletiva que se manifestam nos espaços de inclusão digital (GANDRA; DUARTE, 2013, p.).

O conceito de inclusão digital pode ser classificado como um conceito que tem “riqueza de significado” no sentido de que combina uma variedade de elementos que se resumem em um fenômeno complexo. Em outras palavras, é pela combinação de diversos tipos de indicadores das variáveis dependentes que irá se buscar respostas para as hipóteses levantadas. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992).

No grupo das variáveis que caracterizam os aspectos de uso e apropriação das TIC estão algumas que podem se consideradas como expressão de uso da internet, que contribuem para aquisição de capital social (ligações pela internet e participação em *sites* de relacionamento); outras como indicadores da ideia de que a internet estaria contribuindo para o capital cultural (ler notícias, uso listas de discussão); um grupo de variáveis que são consideradas como indicadores de uso utilitário da internet (buscar informações sobre bem-estar, pesquisar vagas de emprego, participação em programas sociais do governo de complementação de renda), e ainda um último grupo que reflete o uso da internet para lazer (usar jogos *online*, assistir tv e ouvir rádio).

No escopo das análises realizadas, neste estudo, como parte da caracterização do usuário do programa GESAC, enquanto sujeito da inclusão digital, coube também verificar a situação da infraestrutura de TICs que este usuário dispunha em sua residência. Para tanto, foram consideradas questões relacionadas ao fato de possuir computador próprio, telefone fixo residencial, possuir celular, acessar internet via celular e o fato de ter hábito de acessar internet com frequência, mantendo atividade permanente na rede. Estas variáveis são

consideradas aspectos da infraestrutura em TICs que podem afetar o seu uso e apropriação efetiva.

Para efeito de análises comparativas e norteadoras da interpretação do resultado de cruzamento das variáveis, serão considerados os resultados obtidos das pesquisas realizadas recentemente por Medeiros Neto (2012), Olinto (2007), Brasil (2008, 2005), buscando, dessa forma, traçar o perfil de uso da internet.

Visando detectar as diferenças de gênero, no uso e apropriação das TICs, serão elaboradas tabelas cruzadas que relacionam as finalidades de uso da internet ao sexo dos usuários.

Como referências nacionais para cotejo e análise dos resultados do programa GESAC também serão considerados os dados atualizados da pesquisa nacional por amostra de domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Na sequência das análises aqui apresentadas estão: o domínio das ferramentas em software livre, disponibilizadas pelo programa, o conhecimento prévio e o interesse em aprender, que serão tratados comparativamente aos softwares equivalentes, porém proprietários.

Consideramos aqui também as variáveis do questionário que medem como o usuário do GESAC avalia seu conhecimento da internet, ao conhecimento da internet, o seu conhecimento do programa ao qual faz parte e ao fato de sentir incluído digitalmente. Segundo Bandura (1993) os critérios de crença e autoconfiança são determinantes na influência das escolhas e do tempo de esforço dispendido pelos usuários da internet quando estão navegando na rede. O autor conclui que quanto maior a crença pessoal na eficácia ou autoconfiança<sup>36</sup> para a realização de uma busca/pesquisa *online*, maior o número e as possibilidades que o usuário passa a considerar, sendo proporcionalmente maior o interesse demonstrado ao se perseguir um objetivo.

Para análise das diferenças de gênero foram considerados grupos de variáveis sócio demográficas. Considera-se em diversas análises a idade do entrevistado, o que se justifica porque se considera também indicadores de educação, ocupação e renda, variáveis tradicionalmente incluídas para dimensionar as condições sociais do entrevistado. Estas variáveis, relacionadas aos indicadores de uso e apropriação da internet, contribuem para

---

36 A sociologia cognitiva apresenta uma série de teorias para autoconfiança, que nesse estudo é entendida como crença individual na habilidade de ser bem sucedido na realização de tarefa em determinado domínio, que por consequência influencia escolhas individuais.

responder alguns dos questionamentos colocados no trabalho, notadamente analisar o quanto o programa GESAC está de fato focalizando as camadas desprivilegiadas do país.

Além da consideração das variáveis tradicionalmente incluídas como indicadores de condições sociais – educação, ocupação e renda – leva-se aqui, em consideração, a posição no grupo familiar, uma das variáveis consideradas para análise devido a estudos que destacam que a posição que a mulher ocupa no grupo familiar pode ter influência no seu comportamento informacional (OLINTO; OLIVEIRA, 2004, p.37).

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

A matriz de dados utilizada para as análises efetuadas nesse estudo é composta de 8483 (oito mil quatrocentos e oitenta e três) questionários respondidos, tendo sido aplicado em todas as regiões do território nacional. Conforme já mencionado anteriormente, selecionaram-se para o presente estudo algumas das variáveis<sup>37</sup> utilizadas no questionário.

A análise dos dados se inicia com uma descrição do perfil regional e sociodemográfico do usuário do programa GESAC, identificar a abrangência regional do mesmo assim como caracterizar as características sociais dos brasileiros considerados usuários dos seus “pontos de presença”. Alguns das características sociodemográficas são analisadas em relação ao gênero do usuário visando a eventual identificação diferenciada do perfil de gênero com relação a estas características. Se o GESAC atende a homens e mulheres das mesmas idades, faixas etárias, condição na família são questões que motivam estas análises.

A seguir as análises se concentram em verificar as relações entre o gênero do usuário e diversos aspectos de sua relação com as TICs, focalizando tanto aquelas disponíveis nos pontos de presença do GESAC, quanto o sua competência e uso de TICs de um modo geral. As análises apresentadas estão concentradas nos seguintes blocos: gênero e conhecimento e interesse em participar das ações do programa; gênero e tipos de uso da internet; gênero e opinião sobre o impacto do programa.

### 7.1 PERFIL REGIONAL E SOCIODEMOGRÁFICO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA GESAC

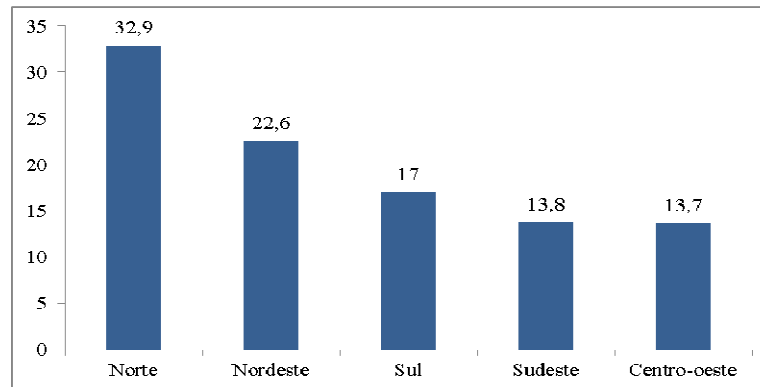
Para registrar a distribuição dos usuários do Programa GESAC que participaram da PNAG e responderam ao questionário aplicado foram elaborados os dois próximos Gráficos (Gráfico 1 e Gráfico 2) a seguir que estabelecem a distribuição da população, em porcentagem, estudada por região e unidade federativa de moradia. Esses Gráficos foram

---

<sup>37</sup> No instrumento de coleta utilizado no PNAG observou-se que a formulação de algumas perguntas e as opções disponibilizadas para algumas respostas conduziram a problemas de dupla interpretação e a um número considerável de respostas erradas, especialmente no caso das questões abertas, que foram, portanto, desconsideradas.

elaborados por Medeiros (2012) e fornecem uma ideia da distribuição de usuários em cada uma das cinco regiões geográficas e estados do país.

Gráfico 1: Distribuição dos usuários por região de residência. – 2009

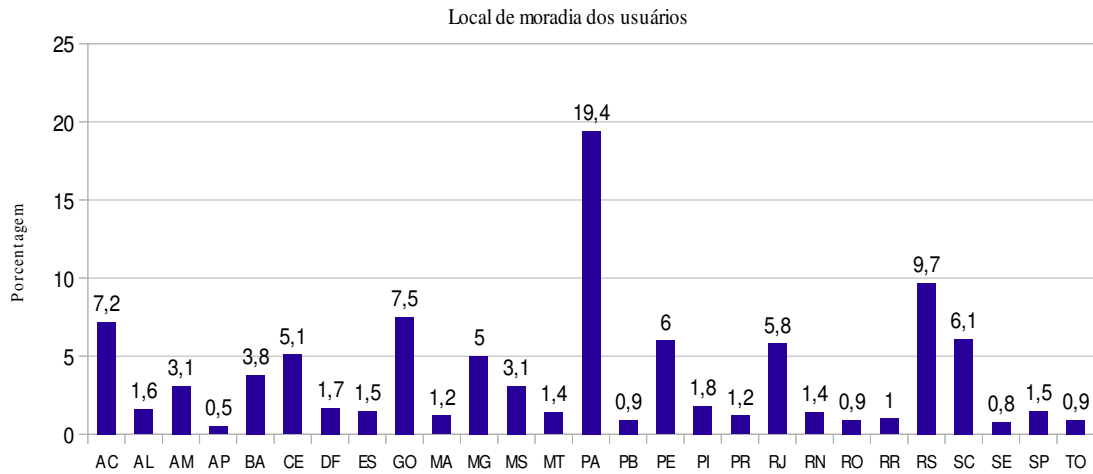


Fonte: Baseado em MEDEIROS NETO (2012). N=8483

Pela análise dos percentuais apresentados observa-se que a região Norte concentra o maior número de usuários respondentes. Essa maior concentração na região Norte, encontra sua justificativa na tese de Benedito Medeiros Neto, que registra o fato de que foi nessa região que se concentrou o maior número e diversidade das iniciativas do programa, mas também pelo fato de que devido à boa coordenação do programa nesta região (referindo-se aos implementadores locais), e que obteve grande apoio, em especial do governo do Pará. Assim, pode ter havido maior empenho em assegurar a aplicação dos questionários nesta região. Esta concentração na região Norte pode, portanto, levantar algum questionamento sobre a representatividade dos dados. Entretanto, ressalta-se aqui, que o grande número de pessoas entrevistadas em todo território nacional, resultando no total de 8483 questionários validados embasa a abrangência da pesquisa sobre os usuários do GESAC, justifica e valoriza análises com base neste conjunto de dados. Além disso, a grande concentração na região economicamente menos favorecida do país reforça o interesse nos resultados obtidos.

Para precisar a distribuição da população estudada por unidade federativa de cada região geográfica, ou seja, a distribuição por estado dos usuários do programa, Medeiros apresentou também o Gráfico abaixo.

Gráfico 2: Distribuição dos usuários do programa GESAC por unidade federativa – 2009



Fonte: MEDEIROS NETO (2012).

Os percentuais referentes aos números apresentados, no Gráfico acima, confirmam e especificam melhor que a concentração do levantamento foi no estado do Pará, o que reforça as informações anteriormente especificadas.

A próxima análise focaliza a procedência urbana ou rural dos usuários respondentes. Portanto, o quanto os usuários estão localizados em áreas urbanas ou rurais.

Tabela 2: Local de moradia dos usuários do Programa GESAC – 2009

Local de moradia	N	%
Área Urbana	6546	80,7
Área Rural	1566	19,3
<b>Total</b>	<b>8112</b>	<b>100</b>

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Nota: os percentuais referem-se apenas as respostas válidas N= 8112 NR= 371

A Tabela 2 revela, conforme a expectativa, em função distribuição da população brasileira, que os respondentes se concentram maciçamente, ou seja, 80,7% na região urbana. Pode-se, entretanto, levantar aqui a questão do acesso à iniciativa desse programa,

por parte de residentes de áreas rurais, com escassas possibilidades de acesso às TICs e de todas as oportunidades abertas pelo uso e apropriação dessas ferramentas.

A Tabela 3 refere-se à análise da divisão entre homens e mulheres dos usuários do programa GESAC.

Tabela 3: Sexo dos usuários do Programa GESAC – 2009.

<b>Sexo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Feminino	4421	52,1
Masculino	4062	47,9
<b>Total</b>	<b>8483</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

A proporção entre os sexos mostra-se equilibrada, com pequena predominância para o sexo feminino, o que não sugere maior envolvimento das mulheres, mas apenas adequação à proporção populacional brasileira, ligeiramente favorável às mulheres. Segundo o IBGE (2010) em 2009 para cada 100 mulheres, 94,8% eram homens.

A distribuição, por raça/cor, dos usuários do programa é mostrada na Tabela 4, que também apresenta a distribuição da população que se declara branca, negra ou parda, segundo o IBGE (IBGE/PNAD-2010) no mesmo ano.

Tabela 4: Cor (Raça) dos usuários do Programa GESAC - 2009.

	<b>Raça/Cor %</b>				
	<b>GESAC</b>		<b>IBGE</b>		
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	
Branca	3261	38,4	Branca	188.880	48,2
Parda	3712	43,8	Parda	173.205	44,2
Negra	948	11,2	Negra	27.039	6,9
Indígena e Amarela	436	5,2	Indígena e Amarela	2.744	0,7

Fonte: Microdados do PNAG/GESAC e do IBGE/PNAD. Elaboração própria  
Nota: N(PNAG)= 8457 N(IBGE/PNAD)= 391.868

Para os usuários do GESAC o percentual de indivíduos pardos é semelhante à porcentagem da população nacional. Entretanto, os usuários que se declararam negros e indígenas são bem superiores às percentagens nacionais, o que sugere que o programa tem contemplado populações tipicamente desfavorecidas. De fato, conforme anteriormente mencionado, o programa tem a preocupação de atender às aldeias indígenas e comunidades quilombolas.

A faixa etária dos usuários dos pontos de presença é apresentada a seguir.

Tabela 5: Faixa etária dos usuários do Programa GESAC – 2009

<b>Faixa Etária (anos)</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
10 – 14	2297	27,1	27,1
15 - 17	2607	30,7	57,8
18 - 24	1578	18,6	76,4
25 - 49	1822	21,5	97,9
50 ou mais	179	2,1	100
<b>TOTAL</b>	<b>8483</b>	<b>100</b>	

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

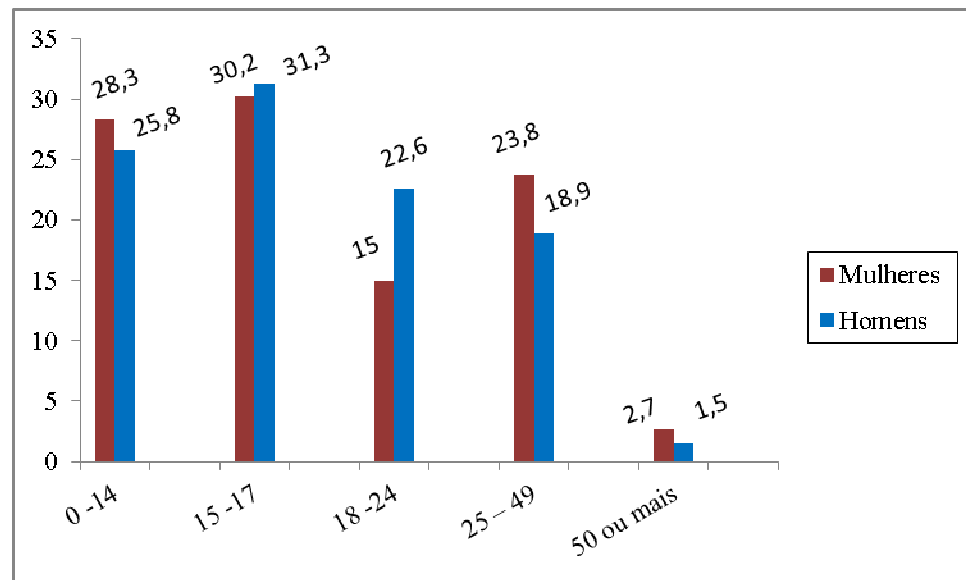
Observa-se na Tabela 5 que os pontos de presença atendem a todas as faixas etárias, entretanto, a maior concentração é nas duas primeiras faixas consideradas, conforme indica a distribuição do % acumulado: 57,9% dos usuários são jovens que têm entre 10 e 17 anos, conforme também destaca Medeiros Neto (2012). E considerando os usuários do Programa GESAC na faixa de 10 a 24 anos, observa-se que o percentual apresentado foi de aproximadamente 76% do total. Fica claro, portanto, nos resultados que o programa está atendendo basicamente adolescentes e jovens adultos.

Convém mencionar aqui dois aspectos anteriormente destacados que podem afetar a distribuição percentual dos usuários: 1) a presença destacada de jovens pode ser um reflexo do fato da maioria dos “pontos de presença” utilizar as escolas como local de atendimento; 2) a ausência de menores de 10 anos entre os respondentes foi uma decisão do levantamento realizado, que excluiu os usuários aquém desta idade.

Para as próximas tabulações que envolvem a variável idade adotou-se, nessa pesquisa, a classificação utilizada pelo IBGE, disponível em sua Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2009), que estabelece faixas etárias em seus estudos populacionais, conforme Tabela 6, apresentada a seguir.

A distribuição por idade, sem intervalo de classe, dos usuários do programa pode ser consultada no Apêndice A. A Tabela 6, a seguir, busca analisar se o programa analisado atende homens e mulheres em equivalentes faixas etárias, em função dos efeitos que a inserção diferenciada no mercado de trabalho e a distribuição das tarefas domésticas poderia ter na participação de homens e mulheres de diferentes faixas etárias.

Gráfico 3: Percentual de homens e mulheres em relação à faixa etária segundo o gênero dos usuários do Programa GESAC – 2009



Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Conforme se observa, no Gráfico 3, existe uma pequena alternância na preponderância dos dois grupos de gênero conforme a faixa etária. Entre jovens de 15 a 24 anos de idade os homens aparecem com proporção ligeiramente superior em relação às mulheres, sendo também essa a faixa que se encontra o maior percentual dos 8483 participantes da pesquisa. As mulheres se destacam ligeiramente na primeira faixa que agrega crianças e adolescentes e voltam a predominar nas duas últimas faixas etárias. Para a predominância das mulheres nestas últimas faixas pode estar contribuindo a sua menor inserção no mercado.

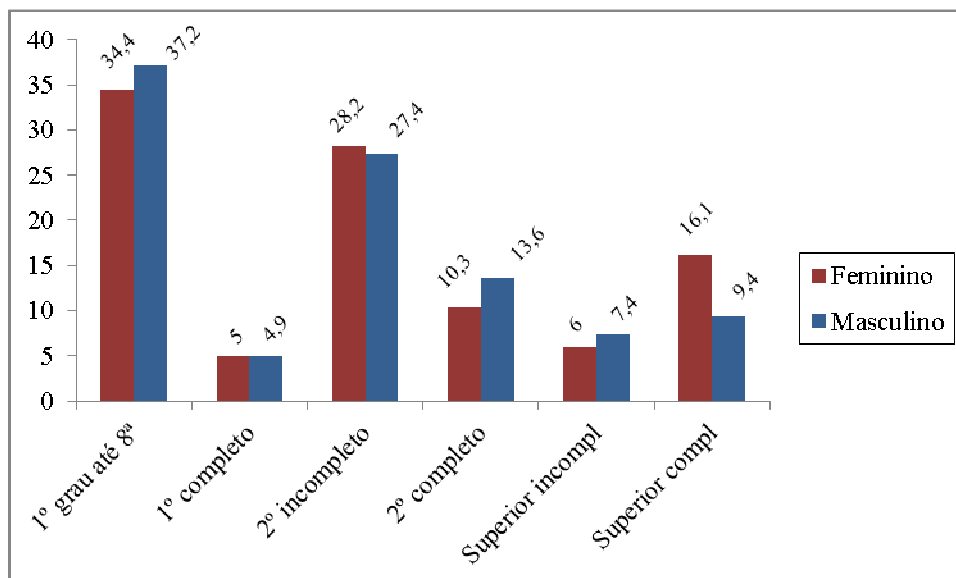
A próxima tabela apresenta a distribuição dos usuários dos pontos de presença que responderam ao levantamento por faixas de escolaridade.

Tabela 6: Grau de escolaridade dos usuários do Programa GESAC – 2009

Escolaridade	N	%
1ª até 8ª série incompleto	3030	35,7
1º grau completo	423	5,0
2º grau incompleto	2359	27,8
2º grau completo	1009	11,9
Superior incompleto	569	6,7
Superior completo	1093	12,9
<b>Total</b>	<b>8483</b>	<b>100</b>

Fonte: Medeiros Neto (2012)

Gráfico 4: Percentual de gênero em relação à escolaridade dos usuários do Programa GESAC – 2009



Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Conforme demonstrado na Tabela 6, os usuários do programa são em sua maioria, estudantes do 1º e 2º graus. A grande concentração dos atendidos está na primeira faixa de escolaridade – o primeiro grau incompleto. Isto significa que o programa está cumprindo um dos seus objetivos, que é o de atender à população menos privilegiada, com menor acesso à escola. Apesar do 1º e 2º graus corresponderem a de 80,4% dos usuários atendidos. É

pequeno o percentual de jovens universitários ou que concluíram os estudos universitários, conforme se observa no Gráfico 4. As diferenças de gênero não são acentuadas, embora deva-se destacar a preponderância das mulheres entre os usuários com nível superior completo

Considerando-se a presença expressiva de usuários com níveis já elevados de educação formal – 2º grau em diante, os resultados sugerem que, através deste programa pode-se abrir uma importante oportunidade de uso dos pontos de presença como espaços de realização de cursos *online*, por meio de plataformas de educação à distância, tanto como apoio ao ensino básico formal, quanto para cursos profissionalizantes.

É interessante observar que as mulheres sobressaem, em relação aos homens, entre os usuários com curso superior completo, o que reforça a ideia que elas, mais que os meninos que usam a internet para apoio às atividades escolares (OLINTO, 2009). Os homens sobressaem em todas as outras faixas educacionais. Também as mulheres com nível de educação maior são o grupo que poderia usufruir dos cursos e atividades educacionais complementares proporcionadas pelos pontos de presença.

Na Tabela 7, os usuários do programa são apresentados conforme estado civil.

Tabela 7: Estado civil dos usuários do Programa GESAC – 2009

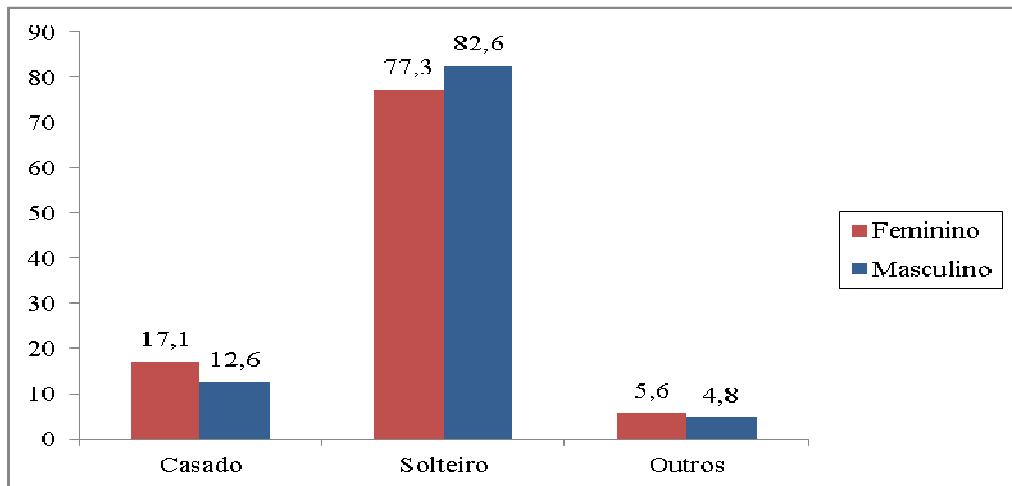
<b>Estado Civil</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Casado	1243	14,9
Solteiro	6646	79,8
Outros	438	5,3
<b>Total</b>	<b>8327</b>	<b>100</b>

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Os solteiros aparecem em maior percentual, quase 80%, dado que pode ser explicado em função da faixa etária dos usuários do programa, conforme mostram as Tabelas 5 e 6.

O Gráfico 5 considera o estado civil segundo gênero, mostrando que as mulheres têm participação ligeiramente maior entre os casados, enquanto os homens sobressaem entre os solteiros.

Gráfico 5: Percentual de gênero em relação ao estado civil dos usuários do Programa segundo PNAG/GESAC - 2009



Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

A Tabela 8 apresenta a distribuição da renda familiar dos usuários do programa, um aspecto importante para identificar o grupo social a que o programa atinge. Convém mencionar que um número destacado de usuários não responderam a esta pergunta, o que pode ser devido à faixa etária e posição na família dos entrevistados – jovens estudantes, além das características mesmas da pergunta que versa sobre informação sensível - renda pessoal.

Tabela 8: Renda dos usuários do Programa GESAC – 2009

Renda Familiar	N	%
Menos 1 salário mínimo	1154	15,2
1 a 2 salários mínimos	3108	41,0
2 a 5 salários mínimos	2457	32,4
5 a 10 salários mínimos	685	9,0
Mais 10 salários mínimos	169	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>7573</b>	<b>100</b>

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Cabe mencionar que os usuários do programa apresentam perfil econômico de renda familiar concentrado na faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos, o que corresponde às classes D e E, na classificação utilizada pela Fundação Getúlio Vargas<sup>38</sup>. Assim pode-se dizer que o programa GESAC atendendo majoritariamente às classes D e E, está atingindo aos segmentos sociais aos quais se destina.

A próxima Tabela, de número 9, analisa a posição financeira, do usuário entrevistado, na família. Cabe ressaltar aqui um questionamento à nomenclatura utilizada na classificação da chefia ou responsabilidade pela família, que não segue a adotada atualmente pelo IBGE, dificultando a comparabilidade das informações.

Tabela 9: Posição financeira dos usuários do Programa GESAC – 2009

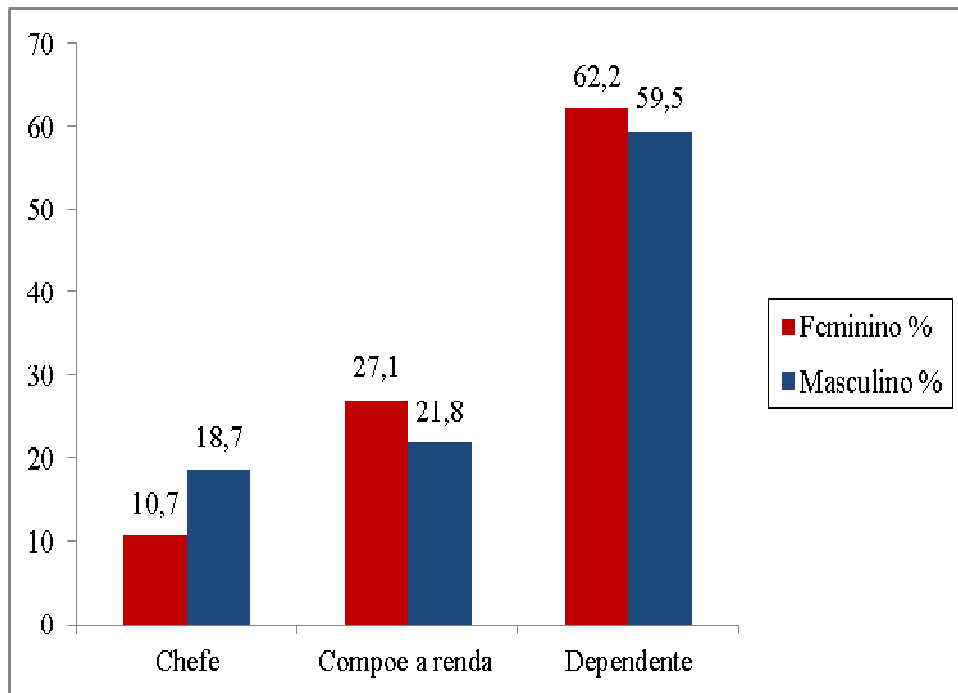
<b>Posição financeira/status</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Dependente total	1115	17,2
Compõe a renda familiar	1890	46,3
Chefe de família	4684	36,6
<b>TOTAL</b>	<b>7689</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Conforme expectativa, em função da alta porcentagem de jovens e adolescentes, já demonstrado na faixa etária dos usuários, vê-se que na Tabela 9 há uma concentração maior de usuários que trabalham para ajudar na renda familiar. Há, entretanto, uma substancial parcela de usuários que chefiam a família, resultado que suscitou o interesse em verificar a relação entre a posição da família e o sexo do entrevistado, conforme Gráfico a seguir.

<sup>38</sup> Segundo os dados dessa instituição, as classes de renda familiar para o período de 2009 a 2011 eram: classe A – acima de R\$ 9.745,00; classe B – de R\$ 7.475,00 a R\$ 9.745,00; classe C – de R\$ 1.734,00 a R\$ 7.475,00; classe D – de R\$ 1.085,00 a R\$ 1.734,00; classe E – de R\$ 0,00 a R\$ 1.085,00.

Gráfico 6: Posição financeira dos usuários do Programa GESAC em relação ao gênero - 2009



Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria..

Embora a grande percentagem dos usuários é de dependentes, pode-se observar que os homens se destacam entre os chefes de família e as mulheres entre as que compõem a renda. Estes resultados estão de acordo com as expectativas, pois as mulheres tendem a ter menor presença entre os chefes de família, embora esta presença tem crescido substancialmente. Independentemente de se tratar de casal sem filhos ou casal com filhos, segundo o IBGE (2013) houve um aumento considerável da proporção de mulheres responsáveis pelos núcleos familiares entre 2002 e 2012.

No caso dos núcleos formados por casal sem filhos, a proporção de mulheres, chefes de família, passou de 6,1% para 18,9%, nos casais com filhos de 4,6 % passou para 19,4%. O Gráfico 6 mostra a situação das usuárias do GESAC, para o ano de 2009, no qual as mulheres “chefe de família” apresentaram o percentual de 10,7 e de 27,1 para a posição de composição de renda, o que indica uma pouca participação das mesmas no mercado de trabalho. Em relação ao tipo de ocupação dos usuários dos pontos de presença do GESAC o quadro a seguir apresenta as categorias utilizadas na pesquisa.

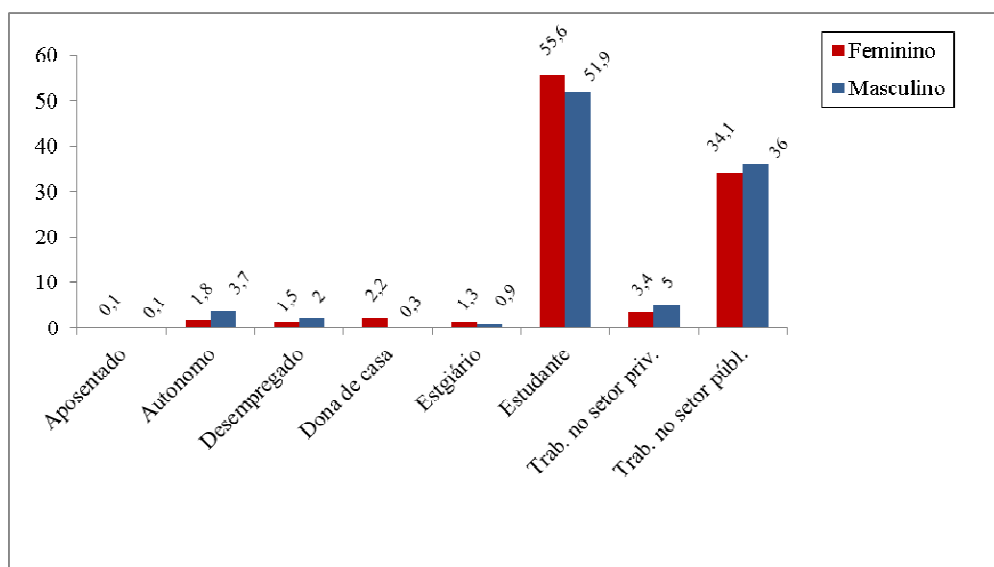
Tabela 10: Ocupação principal (condição de atividade/inatividade) dos usuários do GESAC – 2009

Tipo de ocupação	N	%
Aposentado	10	0,1
Autônomo	232	2,7
Desempregado	148	1,7
Dona de casa	107	1,3
Estagiário	93	1,1
Estudante	<b>4568</b>	<b>53,8</b>
Trabalhando no setor público	354	4,2
Trabalhando no setor privado	<b>2971</b>	<b>35,0</b>
<b>TOTAL</b>	8483	100

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

O resultado obtido para o tipo de ocupação dos usuários ratifica os números apresentados para a distribuição de faixa da etária e educacional dos entrevistados. Trata-se de um grupo de usuários jovem, composto por aproximadamente 54% de estudantes, o que mais uma vez mostra que o programa está atingindo, além do segmento social focalizado nos seus objetivos, a população jovem, preparando-a para inserção no mercado de trabalho. São indícios de que a inclusão digital está sendo uma via possível e real para a inclusão social, observados também na Tabela 10. A seguir procuramos estabelecer as diferenças de gênero em função do tipo de ocupação do grupo de frequentadores dos telecentros do programa.

Gráfico 7: Ocupação principal (condição de atividade/inatividade) dos usuários do Programa GESAC em função do gênero – 2009



Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Nota-se, como esperado, que na categoria donas de casa, a presença superior das mulheres, além de se destacarem nas categorias de estudantes e estagiárias. Em relação à ocupação, os homens aparecem em número ligeiramente superior ao das mulheres muito provavelmente em função da participação dos servidores das unidades militares que abrigam os telecentros do programa, nessa pesquisa. A categoria aposentado apresentou valores semelhantes para os homens e mulheres e extremamente baixos.

Analisando as respostas obtidas para o indicador de participação em programas governamentais (Federal/Estadual/Municipal), observamos um resultado inesperado, dado que apenas 29,6% dos entrevistados responderam “Sim”, sendo eu deste total 30,2% eram mulheres.

As duas próximas tabelas buscam identificar contato com as TICs que os usuários têm independentemente da sua participação nos pontos de presença. Estas informações são ao mesmo tempo indicadores das condições sociais do entrevistado e indicadores da infraestrutura de TICs a ele disponível. Consideram-se, assim, nas Tabelas 12 e 13, diferentes aspectos da infraestrutura de TICs e o tempo em que o usuário utiliza algumas delas.

Na Tabela 11 apresentam-se os resultados de informações sobre infraestrutura de TICs na sua própria residência.

Tabela 11: Infraestrutura residencial em TICs dos usuários do Programa GESAC – 2009

<b>Infraestrutura TICs</b>	<b>N</b>	<b>Sim %</b>
Computador próprio	3427	40,4
Telefone fixo	3147	37,1
Celular	5454	64,3
Acessa internet via celular	1154	13,6

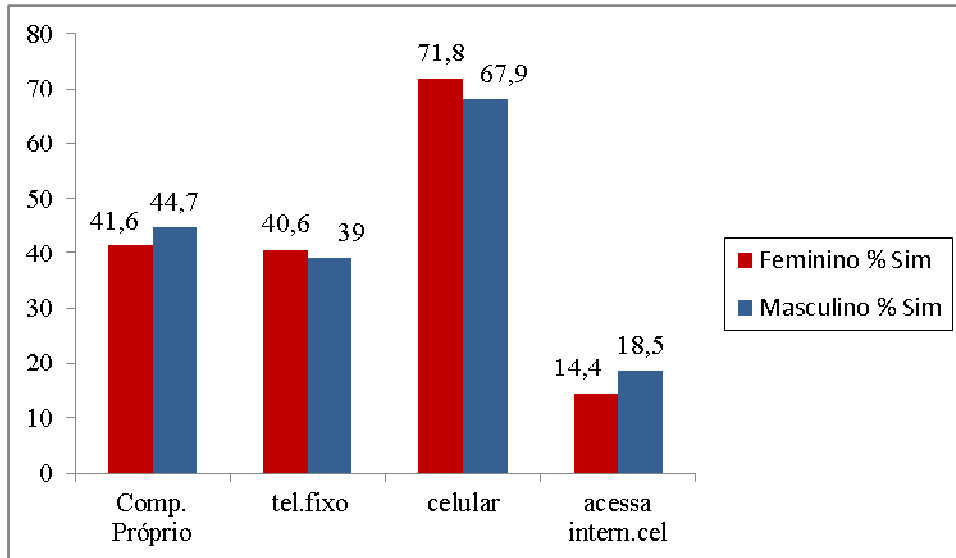
Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Nota: Foram obtidos 100% (total de 8483) de respostas válidas em todos os itens

A tabela acima demonstra o acesso às TICs apontando para uma tendência de uso de telefones celulares preferencialmente à telefonia fixa, sendo ainda menor em relação aos que possuem computador próprio. Na comparação entre os gêneros as diferenças não foram

significativas em relação às categorias analisadas na tabela conforme pode ser observado no Gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8: Infraestrutura residencial em TICs em relação ao gênero dos usuários do Programa GESAC – 2009



Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria..

Nota: Foram obtidos 100% (total de 8483) de respostas válidas em todos os itens

Tsai e Tsai (2008) estabeleceram uma categorização para avaliar o tempo de utilização da internet. Segundo os autores o tempo de uso da internet menor que 01 ano foi interpretado como sendo “muito pouco tempo” ou usuários novos. De 1 a 3 anos como “pouco tempo” ou usuários recentes; de 03 a 05 anos como “algum tempo” e finalmente mais de cinco anos como “muito tempo”. Esta categorização foi considerada no agrupamento feito, na Tabela 12, a seguir.

Tabela 12: Tempo de utilização da internet e do computador pelos usuários do Programa GESAC – 2009.

Tempo (anos)	utiliza Internet % (1)		utiliza computador % (2)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Menos de 1	24,8	20,2	21,7	17,5
De 1 a 3	37,5	34,3	33,7	29,9
De 3 a 5	17,7	18,5	18,2	18,8
Mais de 5	19,9	26,9	26,5	33,8
<b>Total</b>	100	100	100	100

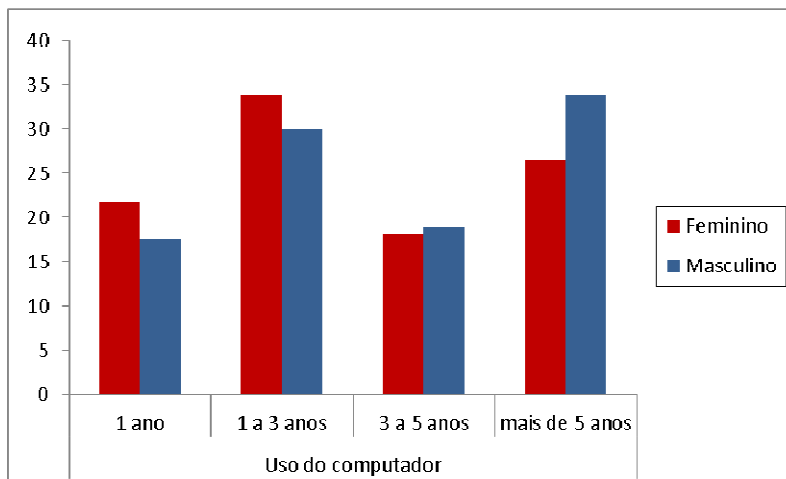
Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Nota: Foram excluídos os valores das não respostas. N1=7901 NR1=582; N2=8018 NR2= 465

Seguindo esse parâmetro de classificação, os usuários do Programa GESAC estão concentrados na faixa de “menos de um ano” e “de 1 a 3 anos” de uso da internet podendo também ser chamados de usuários “novos” ou ainda “recentes”, que tiveram, portanto, pouco contato com a internet. O mesmo critério definido por Tsai & Tsai (2008), aplicado à interpretação dos resultados obtidos para o uso do computador mostra que o GESAC absorve usuários que também tem “pouco tempo” ou ainda, “uso recente” do computador, apresentado pela maioria dos usuários do programa.

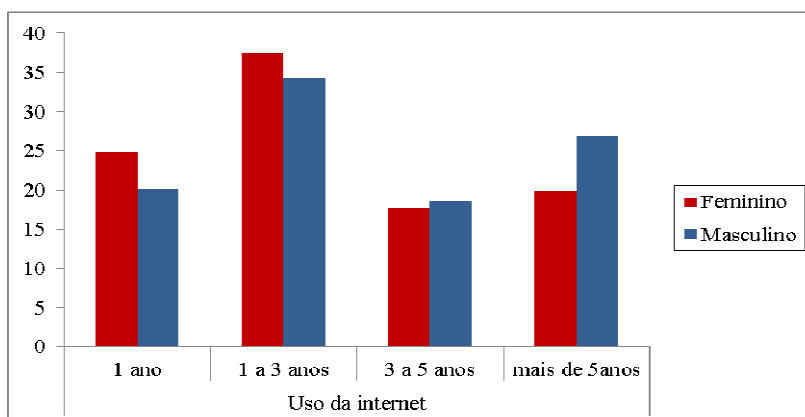
As mulheres estão em maior número nas categorias de uso recente do computador e de uso da internet. Os homens aparecem em maior número como usuários que possuem tempo maior de uso do computador e da internet, conforme mostram a tabela anterior e os Gráficos 9 e 10 a seguir, representações gráficas da Tabela 12.

Gráfico 9: Uso do computador em relação ao gênero dos usuários do Programa GESAC – 2009



Fonte: Microdados da PNAG/GESAC. Elaboração própria

Gráfico 10: Uso da internet em relação ao gênero dos usuários do Programa GESAC - 2009



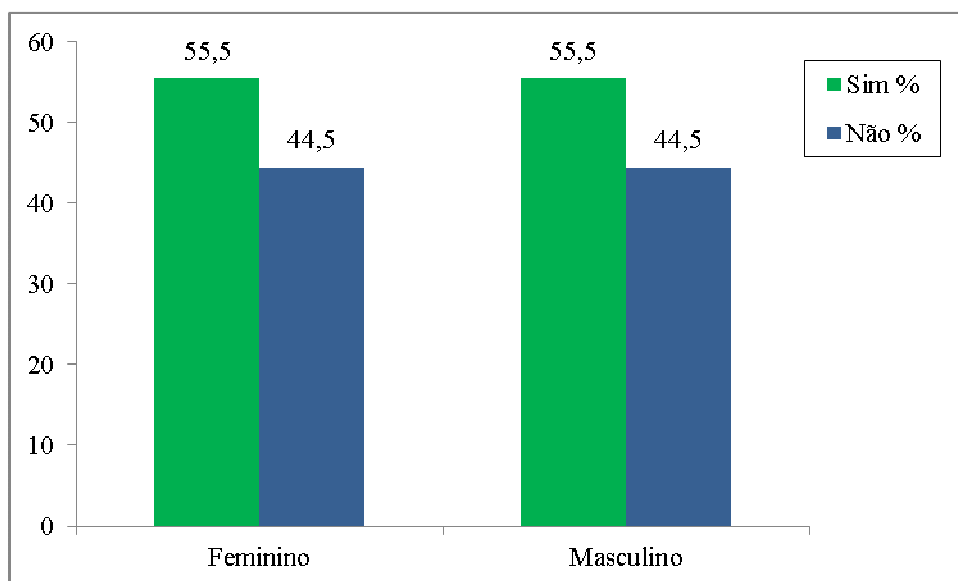
Fonte: Microdados da PNAG/GESAC. Elaboração própria

## 7.2 GÊNERO E CONHECIMENTO, INTERESSE E PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

O questionário utilizado pelo levantamento aqui analisado permite comparar como os usuários avaliam as suas próprias habilidades com a internet de um modo geral, assim como avaliam sua habilidade de uso do software livre em comparação ao uso de software proprietário. Considerando os resultados, para ao conjunto de usuários, obtêm-se resultados que são em geral positivos. Com relação ao conhecimento sobre os aspectos ligados à rede internet bem como às possibilidades de navegação na rede, 88% dos usuários declararam possuir tal habilidade. O percentual de usuários que já participaram de cursos sobre a internet foi de 70,8%. O percentual de usuários que declararam ter desejo de frequentar novos outros cursos sobre buscas, pesquisas, oportunidades de entretenimento e demais possibilidades disponíveis na internet foi de 65,4%. Além desses altos percentuais, 82,2% dos usuários do Programa declararam se sentirem incluídos digitalmente, ainda que a metade desses considere que não tem conhecimento da gama de funcionalidades oferecidas pelo programa.

Para compor o conjunto de análises apresentadas na caracterização do usuário do Programa GESAC considerando o seu grupo de gênero, uma série de gráfico e tabelas é apresentada a seguir. O Gráfico 11 abaixo demonstra a percepção individual dos usuários e usuárias sobre o conhecimento de estar participando de um programa de inclusão digital.

Gráfico 11: Usuários do programa GESAC que consideram que têm conhecimento do programa do qual participam – 2009



Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria. Nota: N=8483

A proporção entre os gêneros mostrou-se equivalente tanto em relação aos usuários que conhecem o programa quanto aos que declararam não conhecer o programa do qual participam.

Com relação ao desempenho do uso das TICs, a Tabela 13 mostra como os usuários e usuárias do Programa GESAC definem o seu desempenho em tarefas aqui denominadas básicas, enfatizando a habilidade comparativa entre homens e mulheres no desempenho das mesmas.

Tabela 13: Desempenho dos usuários do Programa GESAC, em tarefas básicas, segundo o sexo – 2009

<b>Tarefas básicas no uso do computador</b>	<b>Feminino % Sim</b>	<b>Masculino % Sim</b>	<b>Total %</b>
Usar linguagem de programação (PHP, Java)	12,8	21,2	16,8
Usar software para compactar arquivos (Win Zip)	18,8	33,4	25,8
Fazer cálculos e Gráficos (planilha eletrônica)	28,2	37,2	32,5
Usar recursos de áudio e imagem	52,7	60	56,2
Criar e organizar pastas	64,2	69,3	66,9
Editar texto (2 ou mais páginas)	72	70,8	71,4
Ligar computador e usar periféricos (mouse, microfone, impressoras e joystick).	79,7	81,8	80,7

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria. Nota: N=8483. N=8483

Como pode ser observado, a grande maioria dos usuários, homens e mulheres, considera que domina o uso do computador e seus periféricos, no que se refere à tarefa básica de ligar e desligar os equipamentos, uso de editores de textos e o uso de recursos de áudio e imagem, sendo estes últimos os que sempre representam o interesse de usuários jovens. Nota-se, entretanto, que nas tarefas mais complexas e, portanto que exigem conhecimento tecnológico mais aprofundado, os homens superam as mulheres, enquanto nas tarefas mais simples os gêneros se equivalem.

Dados os objetivos principais do Programa em promover a inclusão digital como alavanca para o desenvolvimento social autossustentável e a promoção de cidadania, o

GESAC, conforme dito anteriormente, foi concebido com base nos princípios de atendimento às recomendações do Governo Federal quanto ao uso do Software livre. Os telecentros do Programa GESAC enquanto espaços de aprendizagem, treinamento e capacitação no uso dos softwares livres teriam a oportunidade de atingir o público-alvo de usuários ditos “recentes” ou ainda com “pouco tempo” de contato com as TICs, transformando-os em novos adeptos dessa tecnologia.

As tabelas a seguir foram construídas de forma a permitir uma comparação da autoavaliação do usuário quanto ao domínio do software livre. Inicialmente, na Tabela 14, apresenta-se a sua autoavaliação quanto ao aspecto de seu próprio conhecimento dos dois tipos de software; na Tabela 15 detecta-se o envolvimento do usuário em cursos de capacitação nos dois tipos de software; na Tabela 16 apresenta-se o interesse dos usuários pelo aprendizado com os tipos de software.

Tabela 14: Autoavaliação do conhecimento em software livre e proprietário nos pontos de presença do Programa GESAC – 2009

<b>Software Livre</b>	<b>Sabe %</b>	<b>Software Proprietário</b>	<b>Sabe %</b>
Linux	<b>23,6</b>	Windows	<b>78,4</b>
Writer	<b>34,4</b>	Word	<b>78,2</b>
Impress	<b>24,5</b>	Power Point	<b>58,0</b>
Excel	<b>20,7</b>	Calc	<b>46,9</b>

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Nota: Foram excluídos os valores das não respostas. N= 7187

Tabela 15: Participação dos usuários do Programa GESAC, em cursos de capacitação em software livre e software proprietário – 2009

<b>Software Livre</b>	<b>fez cursos %</b>	<b>Software Proprietário</b>	<b>fez cursos %</b>
Linux	<b>30,2</b>	Windows	<b>61,9</b>
Writer	<b>36,8</b>	Word	<b>64,0</b>
Impress	<b>29,5</b>	Power Point	<b>52,8</b>
Calc	<b>27,8</b>	Excel	<b>48,9</b>

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Nota: Foram excluídos os valores das não respostas. N= 6841

Uma proporção pequena dos usuários do GESAC – de 20 a pouco mais de 30% - considera que detém algum conhecimento das ferramentas oferecidas em software livre, entretanto em comparação com os softwares proprietários o conhecimento já demonstrado pelos usuários foi bastante superior. Estes percentuais parecem acompanhar de perto aqueles que indicam a realização de cursos: também em torno de 30% informa que já fez cursos em ferramentas oferecidas em software livre, enquanto proporções maiores de usuários informam a realização de cursos com software proprietário. O desejo pelo aprendizado dos dois tipos de software é equivalente com mostra a Tabela 16, a seguir.

Tabela 16: Desejo dos usuários do Programa GESAC, em aprender o uso do software livre e do software proprietário nos pontos de presença do Programa GESAC – 2009

<b>Software Livre</b>	<b>quer aprender %</b>	<b>Software Proprietário</b>	<b>quer aprender %</b>
Linux	<b>77,6</b>	Windows	<b>77,8</b>
Writer	<b>75,2</b>	Word	<b>72,7</b>
Impress	<b>75,8</b>	Power Point	<b>76,0</b>
Calc	<b>71,5</b>	Excel	<b>73,7</b>

Fonte: Avaliação Nacional do GESAC

Nota: Foram excluídos os valores das não respostas. N=6783

Em resumo, as tabelas apresentadas neste item sobre o software livre mostram que este era pouco conhecido e que o GESAC poderia propiciar uma oferta maior de cursos de treinamento/capacitação, neste tipo de software, pois o percentual de usuários que se mostrou interessado em participar de cursos para desenvolver a habilidade de trabalhar com software livre foi tão alto quanto para as ferramentas desenvolvidas em software proprietário. Nesse sentido, o uso do Software Livre, assim como definido por Miranda (2008), como sendo uma “tecnologia inclusiva”, ao se referir ao uso de ferramentas desenvolvidas em software não proprietário, encontra nos telecentros do programa um campo propício à difusão/adoção de tais ferramentas, na medida em que o mesmo passe a ser adotado por um percentual maior de usuários.

### 7.3 GÊNERO E TIPOS DE USO DA INTERNET

A apropriação do uso das ferramentas tecnológicas exigem competências específicas. As especulações sobre os efeitos e potenciais mudanças que o contato com internet provoca nos

indivíduos assumem uma configuração particular quando consideramos os grupos sociais aos quais cada um está inserido. Assim, a família, a escola, o ambiente cultural da família e do contexto local, assim como os valores e as crenças atuam como aspectos sociais complexos que interferem no uso das tecnologias e das redes digitais.

No âmbito do paradigma social da Ciência da Informação conforme apresentado anteriormente para esse estudo, o foco é centralizado na coletividade e envolve processos culturais e sociais. Entretanto, os jovens que representam a maioria dos respondentes dessa pesquisa, não constituem um grupo homogêneo e o acesso e uso das TICs por eles podem apontar diferenças. Uma série de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre o uso de computadores e internet por jovens incorpora como elementos fundamentais, em suas análises, os fatores contextuais e as motivações que influenciam a relação com a tecnologia.

Nosso interesse neste estudo é olhar para a questão de gênero e à maneira como essa variável tem se comportado na apropriação das TICs, isto é, nos usos das TICs para diferentes finalidades, notadamente aquelas que podem contribuir para aumentar as oportunidades dos indivíduos.

Para o grupo das variáveis, utilizadas na Avaliação Nacional do Programa GESAC, dentre as que descrevem as características de uso e apropriação da informação, através dos recursos das TICs, foi elaborada a tabela abaixo, que reúne diversas variáveis que se referem a diversos tipos de uso da internet e busca identificar essa apropriação, em função do tipo de contribuição que as que propicia ao usuário. Assim reúnem-se aquelas que contribuem para seu capital social, para seu capital cultural, e para aspectos utilitários ou para lazer em atividades realizadas *online*. Para análise destes resultados deve-se considerar o perfil social dos entrevistados, originários de camada social baixa, com baixo nível de escolaridade, sendo, na maior parte, jovens e estudantes. Na Tabela 17, na categoria Capital social, as atividades de ler notícias, fazer trabalhos escolares e downloads foram as que mais se destacaram, sem grandes diferenças entre os grupos de gênero para as duas primeiras, porém com diferença substancial em fazer downloads. Para o grupo de indicadores de contribuição para Capital social: site de relacionamento e SMS não houve distinção entre usuários e usuárias. Para o uso utilitário: bem estar, compras e procura por vaga de emprego nota-se alguma distinção entre os gêneros.

Dentre as atividades menos destacadas estão a realização de cursos online, o uso da tecnologia para ligações telefônicas, com comportamento semelhante para homens e mulheres.

Tabela 17: Tipos de uso da internet segundo o gênero dos usuários do Programa GESAC – 2009

Tipos de tarefas <i>online</i>	Feminino % Sim	Masculino % Sim	TOTAL % Sim
<b>Atividades relacionadas ao capital cultural</b>			
Leio notícias	63,1	63,8	63,5
Faço downloads	36,7	48,2	42,2
Faço cursos <i>online</i>	13,9	14,7	14,3
Faço projetos	35,5	35,2	35,4
Faço trabalhos escolares	65,8	63,5	64,7
Consulto bases referenciais e pesquisa	41	38,7	39,9
<b>Atividades relacionadas ao capital social</b>			
Faço ligações telefônicas	6,8	10,1	8,4
Uso lista de discussão	13,1	17,9	15,4
Crio blogs e websites	15,4	19	17,1
Uso sites relacionamento (orkut)	54,6	56,7	55,6
Uso mensageiros eletrônicos (msn)	59,4	59,9	59,7
<b>Atividades relacionadas ao uso utilitário</b>			
Faço compras	16,6	27	21,6
Busco vaga emprego	16,9	23,6	20,1
Consulto portais do governo	20,5	24	22,2
Busco endereço e telefones	21,9	26,4	24
Busco informações de bem estar	52,7	47,8	50,0
Operações bancárias	6,7	11,9	9,2
Faço reclamações	8,2	10,9	9,5
Uso serviços previdência social	9,8	11,5	10,6
<b>Atividades relacionadas ao lazer</b>			
Assisto tv e radio	24,4	31,9	28
Jogos	42,7	52,1	47,2

Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Nas atividades, das quais exigem certo grau de conhecimento das TICs, são bastante executas, como fazer *downloads* buscar informações sobre bem estar. Na comparação entre os gêneros, chama atenção que os homens apresentaram percentual superior de utilização da internet para os seguintes tipos de uso: buscar vaga de emprego, realizar operações bancárias, usar listas de discussão, jogar, fazer ligações telefônicas, fazer *downloads*, criar *blogs* e *websites*, fazer compras pela internet, assistir televisão e rádio. O uso da internet para busca de informações de bem-estar foi superior para o grupo das mulheres.

Os resultados sugerem a liderança masculina em informações sobre trabalho e no uso do dinheiro e em iniciativas que exigem independência e pro-atividade no uso das TICs, como fazer *downloads* e criar *blogs* e *websites*, assim como manter-se informado e utilizar a internet para o lazer. As mulheres, por sua vez se destacam no uso das TICs para tarefas que estão ligadas a papéis tradicionalmente femininos, como o cuidado com o bem estar, além de uso para educação, conforme identificado em pesquisas anteriormente mencionadas.

Apesar da pequena diferença entre os gêneros em grande parte das tarefas apresentadas na tabela anterior, pode-se destacar que as mulheres mostram resultados um pouco superiores aos dos homens no uso da internet para trabalhos escolares e buscas para pesquisa, o que vai ao encontro de outros estudos anteriormente mencionados, destacando que as jovens fazem um uso mais comportado da internet, enquanto os jovens tendem a diversificar mais as atividades na rede e a utilizá-la para o lazer (TSAI e TSAI, 2010; OLINTO, 2009).

O uso da internet como ferramenta de promoção de cidadania, quando se observa a possibilidade de exercício do direito à reclamações, sugestões e denúncias a todo e qualquer tipo de serviço público e/ou privado parece ainda pouco difundida entre os usuários. Com relação à consulta a portais do governo para obtenção de informações acerca de impostos e multas, o percentual apresentado foi expressivo quando comparado ao percentual apresentado para o item de utilização de serviços da Previdência Social. Se cerca de 20 a 25% consultam portais do governo e apenas 10 a 12% fazem uso do cálculo de contribuições, informações e agendamentos para processos de aposentadoria entre outros, constata-se mais uma vez a influência da variável idade da maioria dos usuários do GESAC.

Com relação a utilização do serviço de ligações telefônicas pela internet VoIP - *Voice over Internet Protocol*<sup>39</sup> as análises realizadas mostraram que apenas 8,4% dos respondentes utilizam o serviço, sendo essa uma funcionalidade pouco utilizada pelos usuários.

Os jogos eletrônicos são em geral, experimentais, tecnológicos, interativos, participativos, colaborativos e hipermediáticos. Os jogos combinam com as mídias digitais, e são também um lugar apropriado para atuar e explorar os desafios e enigmas da sociedade contemporânea, o que representa um fator de atração ao público em geral.

No caso dos jovens brasileiros, não foi encontrado o mesmo comportamento relatado por Tsai & Tsai. Foi diagnosticado que os homens ainda praticam mais jogos *online* do que as mulheres, porém identifica-se um baixo percentual dessa diferença. Não foi possível identificar diferenças representativas, para as tarefas exploratórias e comunicativas, dados os percentuais apresentados na tabela anterior.

Nota-se que para as atividades envolvidas na criação e desenvolvimento de capital social, houve uma preferência de atividades ligadas a uso de correio eletrônico, sites de relacionamento e uso de mensageiros instantâneos. Todavia o comportamento de homens e mulheres em relação a esse atributo não mostrou diferença expressiva. Dessa forma, podemos afirmar que o acesso aos benefícios obtidos pelos indivíduos, mediante sua participação em grupos ou redes sociais, foram semelhantes em relação à quantidade e ao tipo de recursos que o programa disponibiliza a seus usuários.

As atividades que representaram os gostos, as preferências e/ou as escolhas dos usuários do programa GESAC foram às relacionadas à leitura de notícias e o uso do computador para realização de trabalhos escolares. O capital cultural indica, aqui, que o acesso dos entrevistados à informação e ao conhecimento dá-se de maneira semelhante o que sugere a existência de igualdade de condições sociais entre homens e mulheres que frequentam os telecentros do programa. A que se ressaltar a diferença apresentada para o item download de músicas, livros e filmes que se apresentou percentual superior para homens.

Os dados acima deixam claro que a existência da preferência pela busca por informações relacionadas ao bem estar, tais como dicas de saúde, alimentação, meio ambiente, segurança pode ser reflexo da condição de carência e vulnerabilidade social do público atendido pelo programa. Dentre as possibilidades de uso da internet para uso de

---

39 VoIP - *Voice over Internet Protocol* para banda larga é o [roteamento](#) de conversação humana usando a [Internet](#)

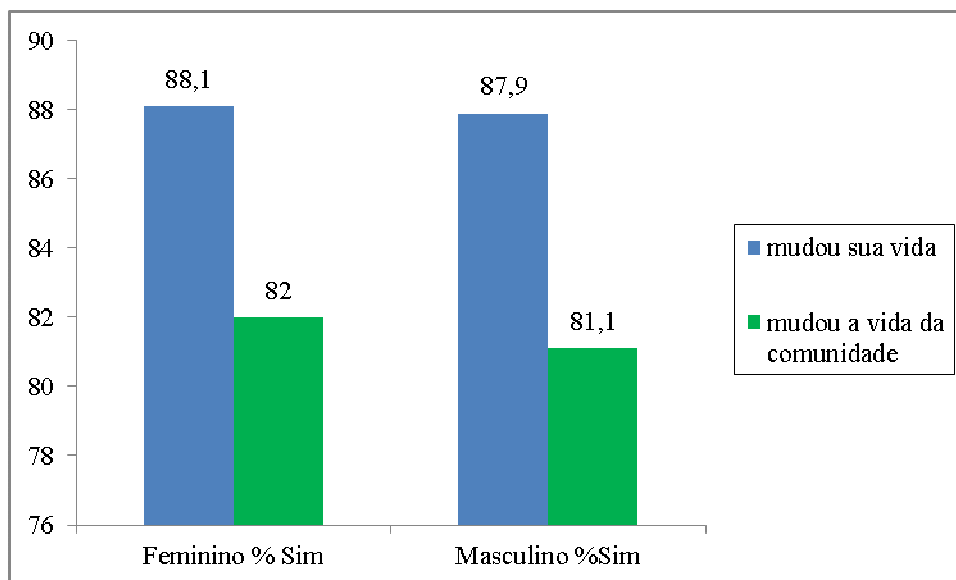
serviços governamentais, percebe-se que ainda ser uma realidade distante da maioria dos usuários.

Supõe-se que, pelo fato da grande maioria dos usuários do programa não pertencer a parcela da população economicamente ativa, as atividades de operações bancárias e compras apresentaram baixo percentuais em relação às demais. Do mesmo modo ainda seria incipiente a percepção dos usuários em relação ao da internet como forma de manifestação de insatisfações. Para a atividade de compras pela internet, conforme mencionado anteriormente, a presença feminina nessa atividade representava, em 2013, a terceira maior atividade realizada pelas usuárias na internet (75%), atrás apenas de e-mails (90%) e busca de informações (77%), porém quando comparadas aos homens, as mulheres ainda compram menos.

#### 7.4 GÊNERO E OPINIÃO SOBRE IMPACTO DO PROGRAMA

Com relação ao impacto da internet, relatado pelos usuários do Programa, o Gráfico 12 foi estruturado para estampar as diferenças entre os gêneros em relação a essa variável.

Gráfico 12: Impacto da internet na vida dos usuários e na vida da Comunidade atendida pelo Programa GESAC – 2009



Fonte: Microdados do PNAG/ GESAC. Elaboração própria.

Quase 90% dos respondentes, homens e mulheres, concordaram com a mudança na vida da comunidade tanto como em suas próprias vidas. Não houve diferença expressiva em relação ao gênero.

## 8 CONCLUSÕES

Neste estudo ficou demonstrado que a maioria dos respondentes da PNAG esteve concentrada na região Norte, sendo o estado do Pará o que apresentou maior percentual de participantes da pesquisa. A distribuição da população por raça /cor apresentou maioria composta pela raça negra e parda, o que é condizente com a realidade brasileira.

Pode se afirmar que a população atendida pelo Programa é jovem com faixa etária predominante no intervalo de 15 a 24 anos, com grau de escolaridade dos usuários variando entre o 1 e 2 graus. Ressalta-se aqui a baixa percentagem de jovens universitários, o que se apresenta como incentivo à otimização do uso dos telecentros como espaços de realização de cursos de profissionalizantes e cursos universitários por meio de plataformas educação à distância. Possibilitando dessa forma, novas oportunidades à grande massa de jovens pertencentes às classes mais vulneráveis o acesso à educação visto que a maioria dos usuários dos telecentros trabalha para complementar a renda familiar.

Para a questão do gênero ficou identificada uma proporção equilibrada entre homens e mulheres que frequentam os telecentros do Programa GESAC. As diferenças que ainda se manifestam não são muito expressivas, embora os resultados apontem algumas diferenças que vão ao encontro com a literatura, enquadrando-se em comportamento característico de uma cultura ainda influenciada por nítidas diferenças de gênero que têm raízes históricas profundas e são às vezes encaradas como naturais até mesmo pelas mulheres. Essas diferenças estariam também sendo levadas para o ambiente das novas tecnologias. Os ganhos de capital cultural advindos do processo de inclusão das mulheres ainda não são suficientes para dar a elas acesso às condições de uma verdadeira autonomia cultural e cibernética. Os costumes de não participação das mulheres estão profundamente enraizados na sociedade e ainda são evidentes no que se refere a inclusão digital.

É nossa aposta que a tecnologia irá diminuir as desvantagens sociais das mulheres e permitir o aumento do acesso ao conhecimento, tendo como consequência o empoderamento feminino. Para isto é necessário que essas mulheres que consomem tecnologia se tornem desenvolvedoras de tecnologia, inclusive, e especialmente, para atender a demandas, por exemplo, de jogos para este não perpetuem o arquétipo da 'donzela em perigo' e se tornem instrumentos educativos e promotores do engajamento feminino na busca da igualdade social.

Com base nas conclusões apresentadas acima, e que levaram em consideração as análises dos dados pessoais, do contexto sócio demográfico dos participantes da pesquisa vimos que os indicadores de uso e apropriação das TICs apresentaram características em função da composição majoritariamente jovem dos entrevistados.

Os usuários do Programa GESAC, demonstraram conhecimento maior no uso das ferramentas de software proprietário em função basicamente do fato de já terem participado de cursos de capacitação/ treinamento nessas ferramentas. No entanto, o desejo de conhecer e aprender novas ferramentas sejam elas em software livre ou proprietário apresentou percentual alto entre homens e mulheres, o que abre uma perspectiva positiva a ser perseguida para que o uso do software livre seja incentivado e difundido entre os usuários do programa através da oferta de oficinas de treinamento e capacitação in loco.

A análise da infraestrutura em TICs disponível nos domicílios dos entrevistados observou-se que ainda é baixo o percentual de famílias que dispunha de computadores pessoais em suas residências, o que reforça a importância do programa como provedor e acesso ao uso de computadores conectados à internet em telecentros de acesso gratuito.

Em relação ao uso da internet foi notável a busca por informações relacionadas ao bem estar, tais como dicas de saúde, alimentação, meio ambiente e segurança, especificamente entre as mulheres, sendo gradativamente superior conforme aumenta a faixa etária dessas usuárias.

Ainda apresenta-se com percentual baixo o uso das facilidades e recursos da rede para acesso aos portais do governo, aos serviços da previdência social, o uso de serviços bancários, a realização de cursos *online* assim como a utilização da rede para realização de reclamações sugestões e/ou denúncias. Ressaltamos, no entanto que a maioria dos usuários teve contato com a internet a menos de 03 anos.

A atividade que obteve maior percentual de adeptos foi o uso de sites de relacionamento, dos serviços de mensagens eletrônicas e atividade de jogos online, preferencialmente entre o público mais jovem.

Registra-se alta percentagem entre os usuários – homens e mulheres – na avaliação positiva sobre o impacto positivo da internet na mudança de vida dos indivíduos e da comunidade.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inclusão Digital e Inclusão Social são conceitos que nem sempre estiveram juntos. Se, se entende, atualmente, o significado deles conjuntamente, é porque um longo caminho foi percorrido tanto na pesquisa como na elaboração e implementação de políticas públicas que buscam prover, promover, e incentivar a inclusão dos indivíduos na era digital.

A emergência do mundo digital trouxe uma tecnologia nova que passou a ditar a forma como o conhecimento é produzido e compartilhado. A maneira como escrevemos, aprendemos, enviamos conteúdo (intelectual, cultural, artístico e/ou informal) passou a ser diferente em função da tecnologia que usamos. Desde a passagem da tábua de argila aos rolos de papiro que o conhecimento vem sendo formatado de maneiras diferentes.

As transformações ocorridas, especialmente, nos últimos 20 anos decorrentes do uso da internet foram impressionantes. A quebra dos limites geográficos e temporais para comunicação permitiu, pela primeira vez na História, a criação de comunidades globais.

A nossa capacidade de produzir conhecimento e o empenho individual de cada um foram alterados conforme as Tecnologias de Informação e Comunicação encharcaram as nossas vidas. As alterações no formato e no tempo de circulação do conhecimento alteraram também nossas práticas culturais, transformando a velocidade de transmissão em tempo real e instantâneo, ou como o próprio termo “*online*” que passamos a usar habitualmente.

Os marcos fundamentais na transformação de um geraçãoes inteiras, da qual fazem parte a maioria dos usuários do Programa GESAC, a internet e a cultura digital estão ampliando ou na verdade quase eliminando completamente os limites das fontes de informação e do conhecimento. Os jovens que para esse estudo foram convidados a participar, não enfrentaram mais os obstáculos das gerações X e Y; nasceram utilizando a tecnologia como parte de suas vidas.

O homem (ou a mulher) é um ser que cria e transforma as ferramentas à sua disposição, na busca de adaptar e mesmo de recriar a realidade para potencializar as suas chances de exploração do meio em que vive. Os impactos da tecnologia no mundo atual vão muito mais além do que a promessa de alívio de tarefas penosas, e da esperança de termos uma relação mais rica com o mundo graças à afluência de dispositivos eletrônicos Prado (2010 apud CUPANI 2004).

A concepção de uma Sociedade da Informação compreende segundo Gaspar (2012), compreende um espaço social, econômico, político e cultural de iguais oportunidades de acesso aos recursos de informação e conhecimento. A inserção dos segmentos populacionais até então excluídos dos benefícios da rede mundial continua sendo uma questão de importância estratégica e depende fundamentalmente da forma de inserção. Os sujeitos da inclusão não são apenas mais um item a ser contemplado na lista de elementos que participam desse processo. Cada indivíduo em si, tem seus propósitos, ambições, crenças, emoções, valores, satisfações e insatisfações. Não bastando disponibilizar a tecnologia para o usuário, sendo imprescindível, no processo de inclusão digital, mediá-la. E, quando indivíduos com interesses comuns se encontram nas redes colaborativas para a troca de conhecimentos e experiências, são abertas possibilidades de produção colaborativa, criando uma nova dimensão para a inovação.

As opções de organização e/ou manipulação de arquivos dada à possibilidade de fusão de mídias propiciam a criação de diversas novas tecnologias a cada instante. Assim a cada novo patamar de inovação abre-se novo fator de exclusão social, cultural e econômico por vezes maior do que a própria existência delas mesmas criando novas barreiras de separação em uma sociedade plural, o que ratifica a importância de manutenção dos mecanismos de acompanhamento de avaliação do Programa GESAC para entendimento dos impactos da internet na vida dos cidadãos e constante realinhamento das políticas voltadas à inclusão social.

Com advento da tecnologia digital e da informática as características culturais foram acentuadas e, todavia tornando-se aceleradas e de fácil acesso e manipulação. A cada dia, a informação e o entretenimento são cada vez mais valorizados como mercadorias.

No entanto, tudo isso que hoje estamos assistindo é apenas a ponta de um grande iceberg, o desenvolvimento das comunidades em rede, aliado às possibilidades de ganhos de capital social e cultural vão gerar uma revolução ainda maior do que aquela gerada pelo próprio advento da internet.

Finalmente, tratar a questão gênero no âmbito da inclusão digital é resgatar a história de vida e de lutas das mulheres brasileiras, que permitiram que as jovens atualmente atendidas pelo programa já se deparassem com um ambiente mais igualitário em relação às oportunidades abertas pelo acesso a rede mundial de computadores.

“Mais mulheres incluídas”, mais poder para as mulheres. Eis uma campanha permanente para que possamos ter uma plataforma de real igualdade de gênero no processo de empoderamento das mulheres, e que este estudo teve o objetivo de enfatizar. A situação configurada mediante as análises aqui efetuadas mostraram um cenário de certo mais favorável à condição feminina, quando comparado aos estudos anteriormente publicados.

Apesar de todas as inegáveis conquistas até hoje galgadas por representantes femininas na sociedade acreditamos ser possível ultrapassar esse patamar fomentando o empoderamento das mulheres pelas ações, de inclusão digital, voltadas a atender o público feminino. Para reestruturar esse *status quo*, é preciso entender os meandros que envolvem a produção de informação, sua circulação, sua disseminação a apropriação entre as usuárias da web, para que a inclusão digital possa promover a igualdade entre os gêneros e sobre tudo cumpra com sua parcela de responsabilidade sobre o processo de inclusão social.

“[...] não fostes tu, Sancho, mas eu mesmo quem tentou tirar o máximo de mim. É o melhor que um homem pode fazer na vida”.

(Cervantes, in Dom Quixote)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Novas condições de circulação e apropriação da informação e do conhecimento: questões no debate contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB-ENANCIB), 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

ARAÚJO, C.A.A. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15. n.2, p.23-39, jul./dez.2010.

AUN, Marta Pinheiro et al. (Org.). **Observatório da inclusão digital**: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Orion, 2008.

AUN, Marta Pinheiro; MOURA, Maria Aparecida. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas. In: AUN, Marta Pinheiro et al (Org.). **Observatório da inclusão digital**: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Orion, 2008.

BALBONI, Marina Reis. **Por detrás da inclusão digital**: uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à Internet no Brasil. 2007. 210 fl. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2012**: igualdade de gênero e desenvolvimento. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/77781051299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BATESON, G. **Mind and nature**: a necessary unity. New York: Bantam Books, 1979.

BIOLCHINI, J. **Tecnologias da informação e comunicação na cognição situada**. Tecnologias de Comunicação e Cognição. Porto Alegre: Sulina, 2012. v. 1, p.305-327.

BORGES, Elinielle Pinto. **Gênero, ciência e contexto regional**: analisando resultados acadêmicos na pós-graduação no Brasil. Orientadoras: Gilda Olinto e Jacqueline Leta. 2014.104fl. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Paris: Editions du Seuil. 1998.

\_\_\_\_\_. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 65-69.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Cartilha do programa do GESAC**. Brasília: GESAC, 2007. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/854>>. Acesso em: 25 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 483, de 12 de agosto de 2008. Aprova a Norma Geral do Programa GESAC. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 ago. 2008a.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologia da Informação e de Comunicação no Brasil (TIC): domicílios e usuários 2008-2009**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.cetic.br>>. Acesso em: 21 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil**: 2009. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.cetic.br>>. Acesso em: 14 jun. 2013. p. 25-36.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil**: 2005. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.cetic.br>>. Acesso em: 7 jun. 2013. p.79-92.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do programa do GESAC**. 2. ed. Brasília: GESAC, 2010. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/860>>. Acesso em: 25 maio 2013. p.8-15.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999.

CABRAL, Adilson. Sociedade e tecnologia digital: entre incluir ou ser incluída. **Liinc em Revista**, v. 2, n.2, p. 127 – 139, set. 2006. Disponível em: <<http://www.liinc.ufrj.br/revista/index- revista.htm>>. Acesso em: 20 maio 2014.

CABRAL FILHO, A. V.; CABRAL, Eula D. T. Mapeamento da inclusão digital no Brasil. **Eptic**: Revista da Universidade Federal de Sergipe (URS), Sergipe, v. 15, p. 4-19, 2013.

CÂMARA, Mauro Araújo. Internet cidadã: inclusão digital ou democratização de acesso?. In: AUN, Marta Pinheiro et al (Org.). **Observatório da Inclusão Digital**: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Orion, 2007.

CARLOTO, C.M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf#page=83>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **The Internet Galaxy**. Reflections on the Internet. Business and Society. Oxford: Oxford University Press, 2001.

COTTON, B.; OLIVER, R. **Understanding hypermedia 2000**. London: Phaidon Press Limited, 1997, p.14.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. 95-120, 1988.

CORSINI, L. F. A hipótese dos territórios qualificantes no trabalho com informação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 1, p. 89-102, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/34/pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

CPQD. Telecom & IT Solutions. **Sistema de métrica de inclusão digital**: estado da arte e análise da adequação á realidade brasileira. Projeto Soluções de Telecomunicações para Inclusão Digital (STID). Campinas: FUNTTEL - Ministério das Comunicações, 2009.

CUMBRE MUNDIAL SOBRE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN (Ed.). **Implementación de la CMSI por línea de acción**. Ginebra: CMSI, 2009. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/index-es.html>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robaldinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURRIE, M. CURRIE P. **With the autobiographical notes of Marie Curie**. Nova York: Dover, 1963.

DARELLI, Lúcio Eduardo. **Telecentro como instrumento de inclusão digital para o gov**. Florianópolis: Telesc, 2003.

DEDDECA, C. S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In. COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 279-297.

DIAS, Lia Ribeiro. **Inclusão digital**: com a palavra, a sociedade. São Paulo: Plano de Negócios, 2003.

DIAS, Lia Ribeiro. **Inclusão Digital**: com a palavra, a sociedade. [Fotografia de Pio Figueiredo]. São Paulo: Plano de Negócios, 2003.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Ações premiadas no 9o Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – 2004**. Organizado por Juliana Girão de Moraes. Brasília, 2005. 109 p.

ESPIRITO SANTO, P. **Os estudos de gênero na ciência da informação**. Em *Questão*, Porto Alegre, v.14, n.2, p.317-332, jul/dez 2008.

FERREIRA, E. M. **As pequenas empresas e a inovação sob a ótica das mulheres 2000**. Tese [Doutorado em Política Científica e Tecnológica]. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FIELD. Andy. **Discovering statistics using SPSS**. 3º ed. London: Sage, 2009. 821 p.

GANDRA, Tatiane Krempser; SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo. Interloquções entre a análise de domínio e os estudos de usuários da informação: contribuições para uma abordagem sociocognitiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14., 2013. Florianópolis. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/27/154>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente. A teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre : Editora Artes Médicas, 1994.

GASPAR, Anaiza Caminha. **Mapa da inclusão digital no Brasil**. 2012. Entrevista concedida via e-mail a Eula Dantas Taveira Cabral em 21 de maio de 2012.

GASPAR, Anaiza Caminha. Inclusão Digital: do computador aos dispositivos móveis. **Inc Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n.2, p.11-16, jan./jun.2012.

HILBERT, M. **Digital gender divide or technologically empowered women in developing countries? A typical case of lies, damned lies, and statistics**. Women's Studies Internacional Forum, 2011, v. 34 p.479-489.

HIRATA, H.S. **Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais**. In: FUNDAÇÃO SEADE. *Genêro no mundo do trabalho*. São Paulo: Ellus, 2000. p.188-218

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do censo demoGráfico 2010**. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo demoGráfico 2010: trabalho e rendimento: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: 2010.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009. Síntese dos Indicadores*. Rio de Janeiro, 2010.

IZQUIERDO, M.J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, (199?). Mimeografado.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEMOS, André. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Organizado por Maria Helena Silveira Bonilla e Nelson De Luca Pretto. Salvador: EDUFBA, 2011, v.2.

LETA, Jacqueline ; THUIS, BART ; GLÄNZEL, WOLFGANG . A macro-level study of science in Brazil: seven years later. *Encontros Bibli*, v. 18, p. 51-66, 2013.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LIN, Nan. Inequality in social capital. **Contemporary Sociology**, v. 29, n. 6, p. 785- 795, Nov. 2000.

LUNDVALL, Best-Ake. The Social dimension of the learning economy. Fibigerstraede: Aalborg University, April, 2006. Druid working paper nº. 96-1.

MARAZZI, Christian. *O lugar as meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Tradução Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (A política do Império).

MARTELETO, Regina Maria. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, p. 41-49, 2004.

MATEAS, Michel. A preliminary poetics for interactive drama and game. In: WARDRIP-FRUIIN, Noah. (Org.). **First person: new media as story performance and game**. Massachusetts: MIT Press, 2004.

MEDEIROS NETO, Benedito; MIRANDA, Antonio. Inclusão digital no Brasil: análise da apropriação dos usuários do Programa GESAC. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 10., 2009a. **Anais...** João Pessoa, 2009.

\_\_\_\_\_. Aferindo a inclusão informacional dos usuários de telecentros e laboratórios de escolas públicas em programas de inclusão digital brasileiro. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 109-122, set./dez. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Aplicación e indicadores de inclusión social y sistema métrico de evaluación entre usuários incluídos digitalmente que pertenecen a comunidades en estado de vulnerabilidad en Brasil**. 2011a. (Aceito na Revista El Profesional de Información).

\_\_\_\_\_. Impacts of the workshops, qualifying and mediation of multipliers and sessions with users of digital inclusion programs in Brazil: an assessment from a multivariate analysis. Submetido Revista General de Información y Documentación. **Revista General de Información y Documentación**. Universidad Complutense de Madrid. 2011b.

\_\_\_\_\_. Modelo de evaluación de la inclusión digital, informacional y social – MAVIDIS – de usuarios de la sociedad de la información apoyado en los indicadores y métricas para Brasil. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 43, n. 2, mai. 2015. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/2338>>. Acesso em: 22 Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa GESAC e de ações de inclusão digital do governo brasileiro. **Inclusão Social**. Brasília, v. 3, n. 2, p. 78-93, jan/jun. 2010.

MEDEIROS NETO, Benedito. **Avaliação dos impactos dos processos de inclusão digital e informacional nos usuários de programas e projetos no Brasil**. 2012. 186f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília – UnB, Faculdade de Ciência da Informação – FCI, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-PPGCINF, 2012.

MEDEIROS NETO, Benedito. GARCÍA MORENO. La evaluación de las acciones de inclusión digital e informacional a través de cuestionários web. La experiencia del Programa GESAC. Em CUEVAS, A. C. & SIMEÃO, E. Investigación en Información, Documentación y Sociedad. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2013.

MENDONÇA, Ana Valéria M. O uso da análise do discurso do sujeito coletivo em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana (Org.) **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. Cap. 6, p.149-170.

\_\_\_\_\_. **Informação e comunicação para inclusão digital**: análise do Programa GESAC - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão. Brasília, DF: Editora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, 2008.

MURRAY, Janet H. **Hamlet no holodeck**: o future da narrativa no ciberespaço, 2003.

NEVES, Barbara Coelho. Aspectos contemporâneos do Estado: discussão sobre a globalização, inclusão digital e cognição. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 2, abr. 2010.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. 2. ed. Londres: INTRAC, 2003. Disponível em: <[http://www.polis.org.br/obras/arquivo\\_153.pdf](http://www.polis.org.br/obras/arquivo_153.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2014.

OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e o uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCIC**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 1, p. 77-93, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/incid>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Usuários e usos da internet: múltiplas dimensões, medidas e algumas evidências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008. Santo Amaro, São Paulo: ANCIB 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/542>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Dimensões e medidas de acesso e uso da internet: múltiplas abordagens e evidências sobre o Brasil. **PontodeAcesso**, Salvador UFBA:, v. 3, p. 428-449, 2009.

\_\_\_\_\_. Capital cultural, classe e gênero em Bourdier. **Informare**, v.1, n.2, p. 24-36, 1995.

OLINTO, Gilda; FRAGOSO, S. . Internet use and community informatics in Brazil: speeding up or lagging behind?. **Journal of Community Informatics**, v. 7, p. 1-14, 2011.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Z. Gênero e trabalho precário no Brasil. Gênero: Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, Niterói, v. 5, n.1, p. 209-223, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, Z. L. C.; OLINTO, G. . A inserção no trabalho segundo a condição na família: dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 4, p. 31-43, 2004.

\_\_\_\_\_. Gender difference in internet use by brasilian students: judicious girls and playful boys. In: **Cultural attitudes towards technology and communication**. Nimes, França, 2008.

\_\_\_\_\_. **Internet access in Brazil**: social context and science and technology professionals. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/53>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

PETRY, André. A revolução do pós-papel. **Veja**, ano 45, n. 51, p. 150-158, dez. 2012.

PISA 2006: competências em ciências para o mundo de amanhã. V. 1: análise. (e-Livro Google). Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=N5MtbYTR6I8C&dq=PISA+++e+as+TIC&hl=pt-PT&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com.br/books?id=N5MtbYTR6I8C&dq=PISA+++e+as+TIC&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s)>. Acesso em: 9 fev. 2014.

PUGLIESE, Gabriel. **Sobre o caso Marie Curie**: a radioatividade e a subversão do gênero. 2009. Orientadora: Lilia Katri Moritz Schwarcz. 193f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

PUTNAM, Robert. D. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. Van. A construção do modelo de análise. In: **Manual de Investigações em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992. (4ª etapa, p.107-154).

\_\_\_\_\_. Manual de investigações em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1992. cap. 1.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Fernanda C. **Drama interativo**: a performance da narrativa no meio digital. 2009. 253 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA FILHO, Antonio Mendes da. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 24, maio 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luis Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, n. 72., p. 101-117. jul. 2005.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>. Acesso em: 10 mai 2013.

TEIXEIRA, E. A. S.. Design de interação. Rio de Janeiro: Grupo 5W, 2014. v. 1. 208p.

TELECO – Inteligência em Comunicação. **Estatísticas Brasil, 2012**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/estatis.asp>>. Acesso em: 12 out. 2012.

TIC Kids Online Brasil 2012: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil. Coordenação executiva e editorial Alexandre F. Barbosa. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.

TSAI, M.-J.; TSAI, C. C. Junior high school student's internet usage and self-efficacy: a re-examination of the gender gap. *Computer & Education*, nº 5494,p. 1182-1192, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.compedu2009.11.004>. Acesso em: 26 set 2013.

VARELA, F.J.; THOMPSON, E. T.; ROSCH, E. *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1992.

WAJCMAN, Judy. Reflections on gender and technology studies: in what state is the art?, *Social Studies of Science*, v. 30, n.3,p.447-464, 2000.

WELLMAN, B.; QUAN HAASE, A.; WITTE, J; HAMPTON, K. **Does the internet increase, decrease, or supplement social capital?:** *Social Networks, Participation, and Community Commitment*. *American Behavioral Scientist*, 2001 p. 45-436, 2001. Disponível em: <<http://abs.sagepub.com/content/45/3/436>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of pos-modern knowledge usage. **Information and Management**, v.29, n.2, p.229-239. 1993. Disponível em; <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/030645739390006Y>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

WOLF, T.; BECKER,J.L.; CARRION, R.; LIMA, V . O empoderamento de mulheres através da inclusão digital. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.106-122, jan./jun., 2010

**ANEXO A – PLANO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO GESAC  
COMUNICADO AOS PARCEIROS**



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Telecomunicações**  
**Departamento de Serviços de Inclusão Digital**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 725 - 70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 3311-6090 - Fax: (61) 3311-6626.

Ofício Circular nº 008/2008/DESID/STE-MC

Brasília-DF, 10 de dezembro de 2008.

Ao(a) Senhor(a)  
Elisário Palermo  
Gerente de Ações - SPPC/MinC  
Ministério da Cultura - Sec. de Programas e Projetos Culturais  
SCS Qd.04, Bl.A, Ed. Vera Cruz, Sl.203  
70.304-913 – Brasília - DF

Assunto: **Plano de Avaliação do Programa GESAC**

Prezado(a) Senhor(a),

1. O Programa GESAC promove a inclusão digital nos seus 3.540 pontos de presença, levando acesso à Internet em banda larga, recursos digitais, mediação e capacitação em conjunto com seus parceiros (Instituições Responsáveis), como por exemplo o MEC, MD, MDS, MinC, MJ, MP e as Secretarias Estaduais de Educação. Com esta ação, o Ministério das Comunicações espera contribuir para melhorar o nível de aprendizagem do aluno e para elevar a qualidade de vida do cidadão.
2. O Programa GESAC como qualquer ação social mantida pelo Governo Federal, deve passar por acompanhamentos e avaliações. Para cumprir esta segunda obrigação foi elaborado o Plano de Avaliação do Programa GESAC, cuja metodologia prevê a avaliação de alunos e usuários que passaram pelo processo de Inclusão Digital em parte significativa de Pontos GESAC.
3. Em seu Estado, necessitamos avaliar alunos e usuários que foram capacitados nos Pontos GESAC, ou seja, Laboratórios de Informática e Telecentros selecionados por cálculo amostral. Os pontos escolhidos estão relacionados no endereço [www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br)

(aba: Avaliação do Programa GESAC – Aplicador e Responsável - link: Pontos Sorteados, em seguida identifique o seu Estado na sua respectiva Região do Brasil).

Continuação do Ofício Circular nº 008/2008/DESID/STE-MC. Em /12/2008.

4. Diante do exposto, solicitamos o apoio desse Órgão para que possamos realizar com sucesso a Avaliação do GESAC, seguindo os procedimentos e orientações já estabelecidas. Informamos que todos os procedimentos para a execução do referido Plano de Avaliação estão disponíveis no endereço [www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br).

5 Aproveitamos a oportunidade para solicitar de V.S<sup>a</sup> a divulgação desta ação junto aos administradores, gestores ou professores responsáveis pelos laboratórios de Informática das Escolas e/ou Telecentros localizados nos estabelecimentos contemplados pela referida amostra, de forma a facilitar a aplicação do questionário via WEB.

Atenciosamente,

**HELIOMAR MEDEIROS DE LIMA**

Diretor

**ANEXO B - OBJETIVOS E FINALIDADES DO PLANO NACIONAL DE  
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GESAC**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE INCLUSÃO DIGITAL**  
**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GESAC**  
**Proposta do Plano de Trabalho 2008/2009**  
**(06 Dezembro de 2008)**

**1. Título do Projeto:**

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GESAC:**

Subsistema diagnóstico e levantamento (2008);  
Subsistema avaliação anual (2004-2008);  
Subsistema de acompanhamento e avaliação continuada (2009-2010).

**2. Objetivo Geral:**

Avaliar os resultados alcançados pelo Programa Gesac de 2004 a 2008 e desenvolver a metodologia para a avaliação continuada.

**3. Objetivos Específicos:**

- a) Desenvolver a metodologia e os procedimentos para a avaliação anual e parcial;
- b) Desenvolver a metodologia e os procedimentos para a avaliação continuada;
- c) Medir o nível de inclusão digital dos cidadãos (alunos e usuários dos Telecentros) ditos incluídos dos Pontos Gesac;
- d) Avaliar o grau de apropriação social das TICs pelos usuários beneficiados pelo Programa;
- e) Disseminar as práticas de avaliação para a operação e gestão do Programa Gesac;
- f) Fazer recomendações e proposições.

**4. Finalidades**

O objetivo deste Plano é executar a primeira etapa de Avaliação Anual do Programa GESAC. Esta Avaliação Anual visa atender o Departamento de Serviços de Inclusão Digital (DESID) da Secretaria de Telecomunicações (STE) do Ministério das Comunicações (MC), como responsável pelo Programa. Ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade do Ministério das Comunicações, em conjunto com os parceiros do Governo Federal que atuam em inclusão digital, bem como atender à cobrança dos órgãos de controle da Administração Pública Federal.

Os trabalhos deste plano se desenvolverão no período de 12 meses, iniciado em abril de 2008, tendo com foco as ações do Programa Gesac. Antecederam ao desenvolvimento do Plano de Avaliação duas atividades: a) A oficina para elaboração do Plano de Ação de Inclusão Digital do DESID (PAID), que teve a participação de representantes dos agentes de inclusão digital e dos gestores do Programa; e b) A elaboração de uma proposta para o Termo de Referência de inclusão digital. A oficina teve como objetivos fazer um diagnóstico do processo de inclusão digital promovido pelo Gesac no País e identificar possíveis apropriações sociais das TICs pelos cidadãos usuários. A elaboração da proposta para o Termo de Referência objetivava a contratação de serviços especializados em inclusão digital para operação de campo do Gesac. As atividades propostas no Plano de Avaliação compreendem: produção de instrumentos de coleta de dados, programação da pesquisa nacional, realização de pesquisa de campo nos Pontos Gesac, sugestão de técnicas de análise de dados para todos os dados coletados, tabulação e análise de dados. Faz parte do Plano a tabulação de dados já coletados provenientes de outros instrumentos aplicados pela fiscalização do DESID e pelos implementadores sociais (IS), oficina de trabalho com os gestores do Programa, desenvolvimento de indicadores de progresso do Programa, e a produção de relatórios parciais e final inerente ao trabalho desenvolvido em suas várias etapas. As atividades que compõem este Plano serão discutidas, previamente, com o DESID para análise e aprovação. Portanto, alterações e melhoramentos podem acontecer ao longo da execução. Em princípio, todas as atividades serão concluídas no período de um ano (12 meses) com a equipe de coordenação alocada exclusivamente para este fim.

**BENEDITO MEDEIROS NETO**

Consultor para Inclusão Digital

MC/STE/Departamento de Serviços de Inclusão Digital

[beneditomedeiros@df.idbrasil.org.br](mailto:beneditomedeiros@df.idbrasil.org.br)

fone: 61-3311-6090 - Celular: 61-9968-0789

[www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br) e [www.idbrasil.org.br](http://www.idbrasil.org.br)

## **ANEXO C – AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS – FINAL DA ETAPA DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS**

### **COMUNICADO 4/2009**

Assunto: Plano de Avaliação do Programa GESAC.

Senhoras e Senhores.

A partir de julho de 2008, de forma mais efetiva, a Secretaria de Telecomunicações, do Ministério das Comunicações, implementou o Plano de Avaliação do Programa GESAC. Como parte deste trabalho desenvolveu-se uma Pesquisa de Campo Nacional, a partir de uma amostra que envolveu exemplaridades de Norte a Sul, entre os parceiros do Programa e suas diversidades.

Sabíamos que a Pesquisa de Campo se tratava de um desafio para o qual não poderíamos nos dirigir sozinhos, por isso, o auxílio dos coordenadores estaduais, regionais, locais, responsáveis por unidades militares, professores responsáveis pelos laboratórios de informática das escolas públicas, administradores dos telecentros, implementadores sociais, monitores e outros anônimos seria fundamental para sua concretização hoje, 30 de abril de 2009.

Quando falamos de concretização falamos de dedicação, comprometimento, responsabilidade e apoio incondicional para que atingíssemos o quantitativo de cerca de 12 mil questionários respondidos em mais de quatro meses, de dezembro de 2008 a abril de 2009, algo nunca feito até o momento na história recente do GESAC.

Dessa forma, agradecemos o apoio da Universidade de Brasília, por intermédio do Departamento de Ciência da Informação e Documentação, na pessoa do Professor Antonio Miranda, e o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, bem como ao analista de sistemas Júlio César Cabral e sua equipe, pela valiosa contribuição com o questionário eletrônico e construção do banco de dados.

Também agradecemos a Profa. Dra. Fátima Brandão, do Curso de Computação da UnB e coordenadora nacional de Avaliação do Projeto Casa Brasil, que nos acompanhou nos testes realizados no Ceará, onde também contamos com a parceria dos Professores: Zaira Maria Siqueira (CE), Monica (AM), Marcelina (PA), Zelda (RN), Sônia (AL), Katia e Denise (MS), Ana Cristina (AC), Divino Bueno (GO), Akemi (MA), Márcia Barbosa (PE), Ana Lucia (RS), Fábio (SC), Bazualdo (SP), Simone (SE), Mário e Antonio Marcos (RR), Juciclei (AP), Gilberto (TO), Edevanilton (MT), Vera Lúcia (ES), Luiz Viola (RJ), Celso (BA), Armando (MG), Aristóteles (PI), (PB) e (RO), que estiveram a frente às parcerias firmadas com as Secretarias de Educação dos Estados em todo o Brasil, essencial para a finalização da aplicação do questionário oficial da Avaliação.

Em Minas Gerais, onde tudo começou, em julho de 2008, na cidade de Corinto, agradecemos em especial, a Srta. Caroline

Queiroz, que nos abriu as portas e o coração tipicamente mineiros para que fizéssemos as primeiras entrevistas e ensaios do que hoje chamamos de Avaliação Nacional do Programa GESAC.

Finalmente, registramos aqui nosso agradecimento ao Departamento de Inclusão Digital da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, por acreditar na viabilidade dessa iniciativa, que se pretende manter em ação permanente junto ao Programa GESAC.

A partir deste momento, trabalharemos no encerramento da Pesquisa de Campo de alguns estados de forma específica. Para tanto estaremos mantendo contatos estreitos no sentido agilizar e concluir esta etapa o mais breve possível.

Os passos seguintes compreenderão: **TABULAÇÃO; TESTES ESTATÍSTICOS; elaboração de TABELAS e GRÁFICOS e Elaboração RELATÓRIOS.**

Desde já, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários. Os resultados da avaliação serão divulgados no Portal do Programa:

[www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br)

Atenciosamente,

Benedito Medeiros Neto - [beneditomedeiros@df.idbrasil.org.br](mailto:beneditomedeiros@df.idbrasil.org.br)

Consultor para Inclusão Digital

MC/STE/Departamento de Serviços de Inclusão Digital

Fone: 61-3311-6090 - Celular: 61-9968-0789

[www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br) e [www.idbrasil.org.br](http://www.idbrasil.org.br)

Profa. Dra. Ana Valéria M. Mendonça - [valeriamendonca@unb.br](mailto:valeriamendonca@unb.br)

Pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares  
Universidade de Brasília

## ANEXO D - Estudos de Gênero na Ciência da Informação: 2000-2007

REVISTAS INTERNACIONAIS				
Nº	Autor (es)	Título	Dados da publicação	Objetivo/Resultados
1	SIERPE, E. Eino	Gender and technological practice in electronic discussion lists: an examination of JESSE, The Library/ Information Science Education Forum	Library & Information Science Research, Norwood, NJ , v. 22, n. 3, p. 273-289, <b>2000</b> .	Para o autor todas as facetas da TI têm implicações nas relações de gênero e, no caso das comunicações mediadas por computadores, os homens têm se mostrado mais ativos que as mulheres.
2	HARRIS, R. et al.	Searching for help and information: abused women speak out.	Library & Information Science Research, Norwood, NJ, v. 23, n. 2, p. 123-141, <b>2001</b> .	Foi estudado também por estes autores o papel da informação na vida da mulher vítima de abuso. Concluíram que, apesar de as entrevistadas terem validado positivamente os serviços, é preciso conceber mecanismos mais eficazes para superar as barreiras que mulheres abusadas encontram quando buscam informação e ajuda.
3	ROBERTSON, M. et al.	The issue of gender within computing: reflections from the UK and Scandinavia.	Info Systems J, v. 11, p. 111-126, <b>2001</b> .	Analisa as diferenças de gênero na Psicologia na Índia. Fornece avaliação quantitativa e qualitativa da contribuição da produção em Pesquisa e Desenvolvimento, dos psicólogos, com a indicação da tendência de crescimento, assimetria, relacionamento, padrão de co-autoria de produtividade.

4	GOEL, Kamlesh.	Gender differences in publication productivity in psychology in India.	Scientometrics, Amsterdam, v. 55, n.2, p. 243-258, Aug. <b>2002</b> .	Foram analisadas as diferenças na busca de informação por adolescentes de escolas canadenses. Segundo os autores, as meninas dedicam mais tempo à leitura das páginas, ao contrário dos rapazes que trocam de páginas mais vezes por minuto.
5	LARGE, A.; BEHESHTI, J; RAHMAN, T.	Gender differences in collaborative Web searching behavior: an elementary school study.	Information Processing & Management, Elmsford, NY, v. 38, n. 3, p. 427-443, maio <b>2002</b> .	O papel da informação na vida da mulher vítima de abuso.
6	DUNNE, J. E.	Information seeking and use by battered women: a “person-progressive-situations” approach.	Library & Information Science Research, Norwood, NJ, v. 24, n. 4, p. 343-355, <b>2002</b> .	Estudo feito a partir de anúncios pessoais publicados em <i>sites</i> de relacionamento. Os autores perceberam que os anúncios que receberam mais respostas foram aqueles em que as mulheres se escreveram como financeiramente independentes, prósperas e ambiciosas. Esses receberam 50% mais visitas que os anúncios de homens mais procurados, nos quais eles se descrevem como encantadores e atraentes.

7	STRASSBERG, D. S.; HOLTY, B. S.	An experimental study of women's internet personal Ads.	Archives of Sexual Behavior, New York, v. 32, n. 3, p. 253–260, jun. <b>2003</b> .	Os autores detectaram que bibliotecas públicas e escolares tendem a atrair mulheres; já os estudos sobre bibliotecas virtuais concentram mais homens e com idade mais avançada. Os homens mais jovens tendem a escolher disciplinas ligadas à TI e à gestão do conhecimento.
8	KHOO, C. S. G; RAMAIAH, C. K.	Profile of LIS applicants selecting different specialisations.	Libri: international journal of libraries and information systems, Munchen, v. 54, n. 2, p. 67-81, jun. <b>2004</b> .	A pesquisa dos autores que mostra fortes diferenças entre os gêneros, “em favor do sexo masculino”. Para os autores, a desigualdade decorre da posição social da mulher que é refletida nas instituições de pesquisa
9	KRETSCHME R, H.; AGUILLO, I. F.	New indicator for gender studies in Web networks.	Information Processing & Management, Elmsford, NY, v. 41, n. 6, p. 1481-1494, dez. <b>2005</b> .	Analizou o sexo dos autores de artigos publicados em três revistas acadêmicas da área de CI, entre 1980 e 2000. O autor afirma que a participação feminina aumentou ao longo do período, mas é preciso realizar estudos mais aprofundados sobre o conteúdo dos artigos que elas assinam e as diversas variáveis que mantêm desigual o número de artigos publicados por sexo.
10	HAKANSON, M.	The impact of gender on citations: an analysis of College & Research Libraries, Journal of Academic Librarianship, and Library Quarterly.	College & Research Libraries, Chicago, Ill., v. 66, n. 4, p. 312-322, jul. <b>2005</b> .	Segundo os resultados da pesquisa, excetuando-se os cientistas alemães, pesquisadores homens de outros oito países europeus publicam mais que suas colegas mulheres. Os autores afirmam que a desigualdade de gênero prevalece na ciência, apesar das iniciativas de se tentar exterminá-la e denunciam a necessidade de pesquisar as suas causas e manifestações.

11	THELWALL, M.; BARJAC, F.; KRETSCHMER, H.	Web links and gender in science: an exploratory analysis.	Scientometrics, Amsterdam, v. 67, n. 3, p. 373-383, jun. <b>2006.</b>	Analisaram as publicações de cinco departamentos universitários de Biblioteconomia e CI. Concluíram que pesquisadores homens publicam mais que as mulheres, mas ressaltam que não é significativa a diferença entre o número de vezes que autores masculinos e femininos são citados nos artigos.
12	PENAS, C. S.; WILLETT, P.	Gender differences in publication and citation counts in libraryship and information science research.	Journal of Information Science, Cambridge, Mass., v. 32, n. 5, p. 480-485, <b>2006.</b>	Busca identificar as necessidades informacionais e o uso que funcionárias públicas nigerianas fazem da informação. Constatou-se que os temas que mais despertam interesse são política/governo, educação, religião, família e assuntos internos relacionados ao trabalho de cada uma. Sugere que o governo faça investimentos para o desenvolvimento de infraestrutura informacional como forma de aumentar a produtividade das mulheres.
13	MABAWONKU, I.	The information environment of women in Nigeria's public service.	Journal of Documentation, London, v. 62, n. 1, p. 73-90, <b>2006.</b>	O autor comparou a frequência com que homens e mulheres fazem uso de pontos de exclamação quando se encontram em fóruns de discussão profissionais via Internet. O resultado indica que as mulheres utilizam esses marcadores lingüísticos com mais frequência que os homens. Segundo o autor, a exclamação tem funcionado principalmente como recurso para manter uma interação amigável.
14	WASELESKI, C.	Gender and the use of exclamation points in computer-mediated communication: an analysis of exclamations posted to two electronic discussion lists.	Journal of Computer-mediated Communication, Bloomington, In., v. 11, n. 4, art. 6, jul. <b>2006.</b>	Buscaram identificar, utilizando a perspectiva de gênero, as características bibliométricas de artigos do mesmo periódico, entre os anos de 2002-2006: os autores que mais publicaram nesta revista foram homens: 57,74 % homens e 42,26 % mulheres.

15	BENAVENT, R. et al.	Gender analysis of papers published.	Revista de Neurologia, v.45, p. 137-143, <b>2007</b> .	Estudaram o hábito de leitura dos alunos dos cursos de TI e artes na Malásia e observaram diferenças entre homens e mulheres entrevistados
16	KARIM, N. S. A.; HASAN, A.	Reading habits and attitude in the digital age: analysis of gender and academic program differences in Malaysia.	Electronic Library, Oxford, Inglaterra, v. 25, n. 3, p. 285-298, <b>2007</b> .	é analisada a terminologia utilizada para a indexação de trabalhos nos campos da saúde, imagem e corpo femininos e concluíram que os <i>thesauros</i> são contaminados por preconceitos e estereótipos sociais.
17	LOPEZ-HUERTAS, M. J.; RAMIREZ, I. D.	Gender terminology and indexing systems: the case of woman's body, image and visualization.	<b>Libri:</b> international journal of libraries and information systems, Munchen, v. 57, n. 1, p. 34-44, mar. <b>2007</b> .	discutem, num texto publicado na <i>Information Society</i> , as maneiras pelas quais a evolução das TICs ampliaram o acesso de mulheres africanas a computadores e à internet.
19	MBARIKA, V. W. A. et al.	IT education and workforce participation: a new era for women in Kenia?	Information Society, New York, v. 23, n. 1, p. 1-18, jan./fev. <b>2007</b>	discutem, num texto publicado na <i>Information Society</i> , as maneiras pelas quais a evolução das TICs ampliaram o acesso de mulheres africanas a computadores e à internet.
<b>REVISTAS BRASILEIRAS</b>				
Nº	Autor (es)	Título	Dados da publicação	Em seu estudo sobre o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero, a autora detectou que pesquisas sobre mulher e gênero na biblioteconomia são ainda em número bastante limitado e ainda não estão consolidadas, o que torna a discussão quase sempre difícil.
1	FERREIRA, M. M.	O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero.	Transinformação, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. <b>2003</b> .	Setenta professoras da rede estadual de ensino médio, em quinze escolas de Florianópolis/SC, participaram da pesquisa, onde foi concluído que é imprescindível proporcionar maior facilidade de

				acesso à informação sobre o gênero, reestruturar as bibliotecas escolares e implantar laboratórios de informática nas escolas, como forma de possibilitar às professoras melhor exercício da cidadania.
2	NASCIMENTO, M. J.	Informação e cidadania: necessidade e formas de busca por parte da mulher catarinense.	Informação & Sociedade: estudos, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. <b>2003</b>	O artigo conclui ser esse modelo de programa que visa conhecer e divulgar as novas tecnologias de informação, um tipo de agente de empoderamento social feminino, principalmente em meios onde a tecnologia ainda tem acesso restrito
3	MUÑOZ–MUÑOZ, Ana Maria.	Mujeres del medio rural y nuevas tecnologías de la información y la comunicación: resultados del proyecto rur@lia.	Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n.3, <b>2004</b>	É elaborado uma interpretação das vozes femininas nos contos de fadas. A autora discorda da crítica feminista que condena os contos de fadas. Um de seus objetivos é incentivar os bibliotecários à liberdade de interpretação, nesse tipo de literatura.
4	CALDIN, C. F.	Vozes femininas nos contos de fada: a experiência da fala falante.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.11, n.2, p. 283-296, ago./dez., <b>2006</b> .	Interpretaram indícios em Fotos colhidas dentro de um acervo particular de uma família do interior de São Paulo. O material selecionado auxiliou na análise dos sentidos construídos sobre o feminino, em três gerações de avós, mãe e filhas. O <i>corpus</i> permitiu-lhes inferir que houve deslizamentos de sentidos no discurso e na imagem de/sobre a mulher.
5	PACÍFICO, Soraya Maria Romano; ROMÃO, Lucília Maria Sousa.	A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino	Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, <b>2006</b>	Na UFSCar as mulheres representam 39,3% dos docentes, ocupam 1/3 dos postos de comando e, entre os discentes, superam 55% dos estudantes. Os autores destacam que ainda falta um caminho a percorrer para as mulheres igualarem-se aos pesquisadores nos postos acadêmicos e áreas do conhecimento mais prestigiadas e concluem que utilizar o

				potencial feminino é estratégico para avançar cientificamente
6	HAYASHI, et al.	Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia	TrasInformação, Campinas, v. 19, n. 2, p. 168-187, maio/ago., 2007.	Na UFSCar as mulheres representam 39,3% dos docentes, ocupam 1/3 dos postos de comando e, entre os discentes, superam 55% dos estudantes. Os autores destacam que ainda falta um caminho a percorrer para as mulheres igualarem-se aos pesquisadores nos postos acadêmicos e áreas do conhecimento mais prestigiadas e concluem que utilizar o potencial feminino é estratégico para avançar cientificamente
ENANCIB				
1	OLINTO, G.	Mulheres e jovens na liderança da pesquisa no Brasil: análise das bolsas de pesquisador do CNPq	ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte.	A formulação de políticas de informação na área de Ciência & Tecnologia – C&T–, segundo a ótica de gênero, representa uma contribuição importante para a construção de um sistema integrado de indicadores capaz de nortear ações voltadas para uma maior participação feminina no campo.
2	OLIVEIRA, Z. L. C.	Pensando as estatísticas públicas sobre carreiras educacionais na área de Ciência e Tecnologia, por gênero.	ENANCIB, 6., 2005, Florianópolis.	A autora considerou fundamental a inclusão da dimensão de gênero entre os indicadores de recursos humanos em TI no Brasil como forma de identificar a adaptação do país à sociedade do conhecimento. Detectou que o setor ainda é marcado pela acentuada diferença entre os gêneros.
3	OLINTO, G.	Indicadores de gênero para a sociedade do Conhecimento.	ENANCIB, 7., 2006, Marília.	São apresentados os resultados obtidos através de entrevistas com 172 leitoras do jornal <i>Estado de Minas</i> . Os dados permitiram concluir que a mulher, quase metade do público leitor dos grandes jornais brasileiros, os lê principalmente em busca de informação sobre diversos temas, em especial a

				política, acontecimentos locais, cultura. Segundo a pesquisa, a mulher utiliza as informações para formar sua opinião e interagir socialmente e faz da profissionalização uma variável importante para se inserir como leitora frequente de jornal.
4	DUMONT P; ESPÍRITO SANTO (2007),	A busca de informação pela mulher em jornais impressos.	ENANCIB, 8., 2007, Salvador.	

**ANEXO E - Portaria nº 520 de 27 de dezembro de 2012**

Publicada no Diário Oficial da União de 4 de janeiro de 2013  
Aprova a Norma geral do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 4.733, de 10 de junho de 2003, e no Decreto n.º 7.462, de 19 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar a NORMA GERAL DO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO - SERVIÇO DE ATENDIMENTO O CIDADÃO - GESAC, que estabelece suas diretrizes e objetivos, bem como os procedimentos e critérios para sua implementação.

Parágrafo único. O Programa GESAC, gerido pelo Ministério das Comunicações, oferece, de forma gratuita, o acesso a serviços de conexão à internet, com o objetivo de promover a inclusão digital e social, bem como para incentivar ações de governo eletrônico para a população.

Art. 2º Para fins da execução do Programa, considera-se:

- I - Instituição Proponente: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, que celebre parceria com o Ministério das Comunicações, por meio de instrumento específico, para que sejam disponibilizados os serviços do Programa à Instituição Beneficiária;
- II - Instituição Beneficiária: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, indicado pela Instituição Proponente, ou entidade privada sem fins lucrativos, selecionada por chamamento público, que recebe os serviços do Programa em suas instalações;
- III - Ponto de Presença: local indicado pela entidade beneficiária para implantação do serviço de conexão à internet em banda larga provido pelo Programa;
- IV - Telecentros: espaços que proporcionem acesso público e gratuito às tecnologias da informação e da comunicação, com computadores conectados à internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões, mantidos por órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, ou por entidade privada sem fins lucrativos;
- V - Utilização Mínima: tráfego médio diário de 10 MB de utilização da conexão em banda larga disponibilizada pelo Programa em cada Ponto de Presença, considerando a média dos últimos 60 dias;

VI - Governo eletrônico: é a utilização das tecnologias de informação e comunicação para oferecer serviços aos cidadãos e melhorar a gestão pública;

VII - Remanejamento: a alteração do local de instalação do Ponto de Presença, seja ele interno ou externo, independente de alterações de tecnologia ou de tipo de acesso; e

VIII - Desativação: retirada definitiva dos recursos de infraestrutura tecnológica para o provimento do serviço de conexão à internet em banda larga.

Art. 3º São objetivos do Programa GESAC:

I - promover a inclusão digital, por meio do fornecimento de conexão à internet em banda larga;

II - apoiar comunidades em estado de vulnerabilidade social, localizadas em áreas rurais, remotas e nas periferias urbanas;

III - ampliar o provimento de acesso à internet em banda larga para instituições públicas, com prioridade para regiões remotas e de fronteira;

IV - apoiar órgãos governamentais em ações de governo eletrônico;

V - contribuir para a ampliação do acesso à internet em consonância com o Plano Nacional de Banda Larga;

VI - apoiar os processos de formação para inclusão digital; e

VII - apoiar pesquisas e atividades de extensão universitária que necessitem de coleta e transmissão de dados via internet.

Art. 4º O Programa destina-se à população atendida pelas seguintes Instituições Beneficiárias:

I - unidades do serviço público, como escolas, telecentros, instituições públicas de saúde e de assistência social, localizadas em áreas rurais, remotas, urbanas em situação de vulnerabilidade social e de fronteira ou de interesse estratégico;

II - órgãos da administração pública localizados em municípios com dificuldades de acesso a serviços de conexão à internet em banda larga; e

III - entidades privadas sem fins lucrativos, por meio das quais seja possível promover ou ampliar o processo de inclusão digital.

Art. 5º Compete à Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações a gestão do Programa e, em especial:

- I - definir as metas e estabelecer os procedimentos aplicáveis à gestão do Programa;
- II - expedir instruções normativas aplicáveis ao Programa; III - articular com instituições responsáveis por outros projetos ou programas de governo, bem como com instituições interessadas em desenvolver projetos de inclusão digital;
- IV - acompanhar, avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos e a execução das ações e atividades relativos ao Programa;
- V - avaliar e autorizar as solicitações de remanejamento e de aumento de velocidade de Pontos de Presença;
- VI - providenciar o remanejamento ou a desativação do Ponto de Presença nas hipóteses previstas nesta portaria;
- VII - divulgar, no sítio do Ministério das Comunicações, a lista atualizada dos pontos de presença instalados, bem como informações relativas a despesas, metas e resultados do Programa; e
- VIII - realizar seleção de entidades de natureza jurídica privada sem fins lucrativos, por meio de edital de ampla divulgação, nos termos do art. 10 desta portaria.

Art. 6º Compete às Instituições Proponentes:

- I - celebrar, por meio instrumento específico, parceria com o Ministério das Comunicações;
  - II - realizar seleção de entidades de natureza jurídica privada sem fins lucrativos, por meio de edital de ampla divulgação, nos termos do art. 10 desta Portaria;
  - III - implementar e manter as contrapartidas ajustadas com o Ministério das Comunicações;
  - IV - assegurar o alcance do benefício social proposto e a consecução dos objetivos do Programa, na sua esfera de competência;
- V - solicitar à Secretaria de Inclusão Digital:
- a) o atendimento da Instituição Beneficiária, conforme hipóteses estabelecidas no instrumento celebrado; e
  - b) o remanejamento e a desativação de Pontos de Presença;
- VI - acompanhar e controlar, na forma definida no instrumento específico celebrado com o Ministério das Comunicações, a utilização dos serviços disponibilizados em razão do Programa;
- VII - adotar as medidas cabíveis e de sua responsabilidade para sanar irregularidades constatadas no funcionamento dos Pontos de Presença;

VIII - manter atualizadas as informações referentes à utilização dos serviços disponibilizados em razão do Programa junto à Secretaria de Inclusão Digital;

IX - encaminhar à Secretaria de Inclusão Digital, a cada seis meses, a partir da data de celebração da parceria com o Ministério das Comunicações, a declaração constante do Anexo II a esta Portaria;

X - orientar a Instituição Beneficiária para que divulgue o Programa e as ações do Ministério das Comunicações decorrentes do uso dos serviços disponibilizados;

XI - assegurar condições para a retirada dos equipamentos dos Pontos de Presença sempre que for verificado um tráfego inferior à utilização mínima, conforme definido nesta portaria; e

XII - assegurar a instalação do aplicativo de monitoramento de tráfego pelas Instituições Beneficiárias, quando disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.

[...] Parágrafo único. As disposições deste artigo se aplicam, no que couber, às Instituições Beneficiárias selecionadas pelo Ministério das Comunicações e que com este celebrem instrumento específico, sem a intermediação de Instituição Proponente.

Art. 7º Compete às Instituições Beneficiárias:

I - garantir o alcance do benefício social proposto e a consecução dos objetivos do Programa, na sua esfera de competência;

II - fazer o uso correto dos serviços disponibilizados em razão do Programa, conforme as diretrizes estabelecidas nesta Portaria;

III - exercer a gestão local do Ponto de Presença;

IV - comunicar imediatamente à Secretaria de Inclusão Digital ou ao fornecedor por ela indicado, problemas técnicos e dificuldades de conexão;

V - divulgar o Programa e as ações do Ministério das Comunicações decorrentes do uso dos serviços disponibilizados;

VI - instalar o aplicativo de monitoramento de tráfego, quando disponibilizado pelo Ministério das Comunicações; e

VII - repor os bens em caso de roubo ou furto ou ainda em caso de dano produzido por uso em desacordo com as recomendações do fornecedor.

Art. 8º A Instituição Proponente deverá submeter à apreciação da Secretaria de Inclusão Digital Proposta de Adesão ao Programa GESAC, conforme modelo constante do Anexo I a esta Portaria, destacando:

I - a indicação das Instituições Beneficiárias a serem contempladas com os serviços do Programa, observado o disposto no art. 10 no caso de entidades privadas sem fins lucrativos;

II - a conformidade da proposta com as diretrizes e os objetivos relativos ao Programa;

III - o benefício social a ser alcançado; e

IV - os recursos oferecidos em contrapartida.

Parágrafo único. No caso de remanejamento do Ponto de Presença, a velocidade e o tipo da conexão do serviço de acesso à internet poderão ser alterados, de acordo com a disponibilidade de infraestrutura e recursos técnicos na localidade.

Art. 9º A adesão ao Programa GESAC se dará mediante a celebração de instrumento específico entre as Instituições Proponentes ou entidades privadas sem fins lucrativos e o Ministério das Comunicações.

§ 1º Em qualquer caso, a celebração de instrumento específico dependerá de disponibilidade de recursos do Programa.

§ 2º O instrumento específico de que trata o caput conterá listagem dos locais aprovados para o recebimento de conexão à internet em banda larga disponibilizada pelo Programa, devendo, ainda, tratar dos seguintes aspectos:

I - os serviços disponibilizados em razão do Programa;

II - os direitos, garantias e obrigações dos partícipes;

III - as regras e os parâmetros a serem observados na execução da proposta;

IV - as condições das contrapartidas, quando houver;

V - os requisitos técnicos necessários;

VI - os procedimentos de acompanhamento e de fiscalização;

VII - o período de vigência e as hipóteses de prorrogação; VIII - as sanções; e

IX - outros, a critério dos partícipes.

Art. 10. A celebração de instrumento específico com entidades privadas sem fins lucrativos será precedida de chamamento público realizado pelo Ministério das Comunicações ou pelas Instituições Proponentes, conforme o caso, observado o disposto na legislação em vigor.

§ 1º As entidades de que trata o caput deverão estar cadastradas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.

§ 2º Não serão selecionadas as entidades descritas no caput que:

I - tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

II - não comprovem experiência prévia de três anos em projetos de tecnologia de informação e da comunicação; e

III - tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

c) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

d) ocorrência de dano ao Erário; ou

e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

§ 3º Na avaliação das propostas, a Secretaria de Inclusão Digital considerará os seguintes critérios:

I - a viabilidade técnica e as condições de sustentabilidade da iniciativa; e

II - a aderência às diretrizes, objetivos, procedimentos e critérios estabelecidos para o Programa.

Art. 11. A Secretaria de Inclusão Digital poderá desativar os Pontos de Presença disponibilizados às Instituições Beneficiárias nas hipóteses em que:

I - o Ponto de Presença apresentar tráfego inferior à utilização mínima exigida;

II - o aplicativo de monitoramento de tráfego não enviar informações sobre o funcionamento do Ponto de Presença;

III - as Instituições Beneficiárias sejam contempladas com recursos de conectividade de outros programas governamentais; e

IV - as Instituições Proponentes não enviem a declaração constante do Anexo II a esta Portaria.

§ 1º Na hipótese do caput, a Instituição Proponente ou a entidade privada sem fins lucrativos será previamente notificada pela Secretaria de Inclusão Digital.

§ 2º Nas hipóteses de desativação previstas nos incisos I, II e IV, a Instituição Proponente ou a entidade privada sem fins lucrativos terá o prazo de trinta dias para adotar as providências necessárias à regularização do Ponto de Presença.

§ 3º Caso a condição de regularidade não seja restabelecida no prazo referido no § 1º ou caso não haja manifestação da Instituição Proponente ou da entidade privada sem fins lucrativos, a infraestrutura disponibilizada pelo Programa será desativada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções legais pertinentes.

§ 4º Também são passíveis de desativação os Pontos de Presença que não estejam em consonância com as diretrizes, objetivos e critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 12. As instituições já atendidas pelo Programa GESAC terão prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para se adequarem às suas disposições.

§ 1º As entidades privadas sem fins lucrativos contempladas no Programa até a data da publicação da presente Norma e que não possuam vínculo com uma Instituição Proponente poderão continuar a usufruir dos serviços disponibilizados pelo Programa, desde que cumpram todos os dispositivos desta Norma.

§ 2º As entidades referidas no § 1º deverão celebrar instrumento específico com o Ministério das Comunicações, no prazo de que trata o caput, em conformidade com as orientações expedidas pela Secretaria de Inclusão Digital.

§ 3º Findo o prazo referido no caput sem a adequação ao disposto nesta portaria, os Pontos de Presença irregulares serão desativados.

Art. 13. Os serviços do Programa GESAC poderão ser destinados a instituições beneficiárias selecionadas por meio de chamamento público realizado no âmbito dos Programas Telecentros.BR e Telecentros Comunitários, observadas as demais normas previstas nesta Portaria.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, somente serão contempladas as instituições e os telecentros que estejam em situação regular perante a Secretaria de Inclusão Digital.

Art. 14. Caberá à Secretaria de Inclusão Digital estabelecer as instruções complementares necessárias ao cumprimento do disposto nesta portaria.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 16. Fica revogada a Portaria nº 483, de 12 de agosto de 2008.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO I

PROPOSTA DE ADESÃO AO PROGRAMA GESAC

1. Informações sobre a Instituição Proponente:

Nome:

Razão Social:

CNPJ:

Área de atuação:

Endereço:

Telefone:

Responsável:

RG:

CPF:

2. Informações sobre as Instituições Beneficiárias (preenchimento individual para cada Instituição

Beneficiária):

Nome:

Razão Social:

CNPJ:

Área de atuação:

Endereço:

Telefone:

Responsável:

RG:

CPF:

Descrição do projeto (máximo de 1 página):

Objetivos:

Infraestrutura disponível para o projeto (descrição e fotos do local):

Parceiros (se houver):

Recursos oferecidos em contrapartida (se for o caso):

Resultados Esperados:

Cronograma de execução:

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO

O(A) (nome da instituição proponente), sob o CNPJ XXX.XXX.XXX.XXX, declara, para os fins previstos no Termo de Adesão nº número/ano/SID-MC e na Portaria nº XXXX/2012 (Norma Geral do Programa GESAC), que pretende dar continuidade às ações que utilizam os serviços disponibilizados em razão do Programa e que os Pontos de Presença desenvolvem atividades que contribuem para o alcance do(s) objetivo(s) a seguir:

Art. 3º São objetivos do Programa GESAC:

- ( ) Promover a inclusão digital, por meio do fornecimento de conexão à internet em banda larga;
- ( ) Apoiar comunidades em estado de vulnerabilidade social, localizadas em áreas rurais, remotas e nas periferias urbanas.
- ( ) Ampliar o provimento de acesso à internet em banda larga para instituições públicas, com prioridade para regiões remotas e de fronteira;
- ( ) Apoiar órgãos governamentais em ações de governo eletrônico;
- ( ) Contribuir para a ampliação do acesso à internet em consonância com o Plano Nacional de Banda Larga;
- ( ) Apoiar os processos de formação para inclusão digital;
- ( ) Apoiar pesquisas e atividades de extensão universitária que necessitem de coleta e transmissão de dados via internet.

Brasília, XX de XXXX de XXXX.

NOME DO RESPONSÁVEL

Cargo do Responsável

## **ANEXO F - ORIENTAÇÕES PARA O RESPONSÁVEL E PARA APLICADOR DOS QUESTIONÁRIOS NOS ESTADOS**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE INCLUSÃO DIGITAL**

### *PLANO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GESAC 2009*

#### **ORIENTAÇÕES PARA O RESPONSÁVEL E PARA O APLICADOR DOS QUESTIONÁRIOS NOS ESTADOS (Versão do dia 06/Dez/08)**

**Referências:** Termo de Consentimento; Plano de Avaliação do Programa GESAC; Metodologias Avaliativas; Cronograma para aplicação de questionários via WEB nos Laboratórios de Informática; Cronograma para aplicação de questionários via WEB nos Telecentros e Texto de Sensibilização.

As orientações apresentadas aqui são um resumo das atividades a serem realizadas em cada Estado. Elas estão baseadas nos documentos citados nas Referências e nas experiências e práticas da fase de teste da pesquisa. O RESPONSÁVEL pela aplicação dos Questionários no Estado e o APLICADOR dos Questionários no Ponto GESAC, devem ler antes de iniciar as suas atividades, todas as informações disponibilizadas para o ALUNO e USUÁRIO, bem como as informações direcionadas ao Responsável e Aplicador no Portal do GESAC, inclusive as PERGUNTAS E RESPOSTAS e demais documentos ali disponíveis.

A seguir apresentamos as principais atribuições do RESPONSÁVEL:

A) Avaliar os Pontos GESAC contemplados na Amostra do seu Estado e apresentadas no Portal do GESAC, separando os Laboratórios de Informática dos Telecentros.

Para LABORATÓRIOS:

B) Manter contatos com os NTEs responsáveis pelas Unidades Escolares incluídos na amostra do seu Estado:

B.I) Montar uma estratégia para aplicação dos Questionários nos Laboratórios de Informática;

B.II) Programar e realizar aplicação Presencial do Questionário em alguns Pontos GESAC (opcional);

B.III) Seguir o Cronograma proposto para Laboratórios de Informática (Escola), apresentados no Portal;

Para TELECENTROS:

C) Manter contatos com o Implementador Social do Programa GESAC responsável pelo Estado para um trabalho de parceria:

C.I) Montar uma estratégia de aplicação dos Questionários nos Telecentros;

C.II) Programar e realizar aplicação presencial em alguns Pontos GESAC (opcional);

C.III) Seguir o Cronograma proposto para Telecentros, apresentados no Portal.

E) Manter o MC informado sobre a situação da aplicação dos Questionários no seu Estado.

ATENÇÃO Perguntas, dúvidas e questionamentos devem ser endereçadas para:

[valeriamendonca@unb.br](mailto:valeriamendonca@unb.br)

F) O Responsável deve diariamente verificar a seção de PERGUNTAS e RESPOSTAS para manter-se atualizado;

G) Avisar à Coordenação da pesquisa de campo no MC a DATA de INÍCIO da aplicação dos questionários no Estado;

H) Acompanhar a aplicação da pesquisa. Um endereço URL do site NESP-UnB será fornecido a cada Responsável pela aplicação, de forma a permitir um acompanhamento on-line dos questionários que já foram preenchido;

I) Fazer um Relatório Completo da Aplicação dos Questionários no Estado, ao final da aplicação dos Questionários.

Atribuições do APLICADOR:

A) Acompanhar a aplicação dos questionários via WEB no Laboratório de Informática ou Telecentro de sua atuação;

B) Manter o Responsável pela Aplicação no Estado informado sobre situação do preenchimento dos Questionários.

A Coordenação da Pesquisa no Ministério das Comunicações deve:

A) Manter contatos com o Responsável pelo GESAC da Secretaria de Educação do Estado;

B) Calcular o número de Pontos GESAC que compreende a amostra de cada ESTADO;

C) Acompanhar as atividades de preparação para aplicação do Questionário nos Laboratórios de Informática;

D) Acompanhar as atividades de preparação para aplicação do Questionário nos Telecentros;

E) Participar de viagem ao Estado quando houver necessidade e viabilidade dos Coordenadores da Avaliação;

F) Dar apoio ao Responsável pela aplicação do questionário durante a execução das suas tarefas;

G) Supervisionar a aplicação dos Questionários em todo o Brasil;

H) Enviar cópia da base de dados para Secretaria de Educação do Estado e demais Parceiros;

I) Fazer o encerramento da aplicação dos Questionários no Estado;

Bom Trabalho.

Atenciosamente,

**BENEDITO MEDEIROS NETO**

Consultor para Inclusão Digital

MC/STE/Departamento de Serviços de Inclusão Digital

[beneditomedeiros@df.idbrasil.org.br](mailto:beneditomedeiros@df.idbrasil.org.br)

fone: 61-3311-6090 - Celular: 61-9968-0789

[www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br) e [www.idbrasil.org.br](http://www.idbrasil.org.br)

## **ANEXO G - PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE INCLUSÃO DIGITAL**

**PLANO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA GESAC**

### **PERGUNTAS E RESPOSTA SOBRE A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

PERGUNTA- 01 (01/NOV/08): O Responsável pela aplicação dos questionários nos Pontos GESAC no ESTADO (Laboratório ou/e Telecentro) deve fazer aplicação presencial do questionário?

R/ Não é obrigatório, mas nós recomendamos esta prática para facilitar o desenvolvimento das demais atividades.

PERGUNTA- 02 (01/NOV/08): Teremos um ou mais Responsável pela aplicação dos Questionários em um Estado?

R/Depende da proposta da estratégia, das condições e características do Estado. Por exemplo, podemos ter apenas um Responsável para cuidar de todos os Pontos GESAC sorteados. Bem como podemos ter dois Responsáveis, um para cuidar dos laboratórios e outro para cuidar dos Telecentros.

PERGUNTA- 03 (01/NOV/08): Devemos iniciar a aplicação dos questionários via WEB em uma mesma data em todo o Estado?

R/ Depende da estratégia e do tamanho do Estado.

PERGUNTA- 04 (01/NOV/08): Como devo proceder para realizar uma aplicação presencial?

R/ Além de seguir as orientações descritas nos demais documentos, você deve imprimir cópias do Termo de Consentimento e do Questionário (disponibilizado aqui no Portal do GESAC) em número suficiente para atender o número participante da pesquisa encontrado no cálculo da amostra presencial. Lembrar de colocar na frente de cada formulário o Termo de Consentimento, para ser lido antes de o selecionado começar a responder o Questionário.

PERGUNTA- 05 (03/NOV/08): Quando devemos dar início e terminar a pesquisa em um Estado?

R/ Recomenda-se iniciar e terminar no mês de novembro, de preferência, elaborando e seguindo um dos cronogramas apresentado como exemplo (Laboratório ou Telecentro).

PERGUNTA- 06 (03/NOV/08): Onde está a relação dos Pontos GESAC sorteados para a pesquisa?

R/ Estão Serão disponibilizados no Portal do Programa GESAC.

PERGUNTA- 07 (12/NOV/08): Podemos trocar um Ponto da amostra? Ou Reduzir a Amostra?

R/ Não. A amostra deve ser respeitada, nunca reduzir ou alterar a Amostra.

APÊNDICE E – cont.

PERGUNTA-08 (12/NOV/08): Podemos incluir um ou mais Pontos GESAC na amostra?

R/ Sim, a Amostra pode crescer, agindo assim não reduzimos a sua representatividade.

PERGUNTA-09 (12/NOV/08): Existe questionário para aplicação presencial no Portal?

R/ Sim, na seção do Responsável e do Aplicador. O questionário da seção do aluno e do usuário é somente para aplicação via WEB.

PERGUNTA-10 (12/NOV/08): Quem deve calcular o número de questionários a ser aplicado via WEB? Pode ser o NTE?

R/ Esta atividade deve ser feita pelo Responsável pela aplicação no Estado, no entanto, o NTE pode fazer esta parte. No entanto, não recomendamos que esta atividade fosse feita pelo Aplicador do Questionário no Ponto GESAC.

PERGUNTA 11 (18/NOV/08): Por que na pesquisa presencial os questionários são aplicados somente um dia e na pesquisa Web os questionários serão aplicados durante uma semana?

R/ Na pesquisa presencial serão enviados colaboradores até o Ponto GESAC sorteado. Por limitações financeiras e de tempo, a estada desses colaboradores não poderá ultrapassar um dia. Já na pesquisa WEB a aplicação dos questionários será pelo próprio Administrador I do ponto e, portanto os problemas citados anteriormente aqui não são encontrados. No entanto, o cálculo estatístico da meta de entrevistas para a pesquisa WEB e presencial é o mesmo. Na pesquisa presencial toda a meta deve ser alcançada em apenas um dia, já na pesquisa presencial essa meta pode ser dividida pelos dias da semana que o ponto permanece em funcionamento.

PERGUNTA 12 (18/NOV/08): O representante da Secretaria Municipal de Educação pode aplicar o questionário virtual mesmo seu município não tendo sido sorteado? Caso positivo, ele pode enviar direto a você os mesmos? Eu posso incluir outros municípios?

R/ O fato de termos encaminhado os Pontos do GESAC sorteados para o RN não significa que você somente pode realizá-los nesses locais. Os Pontos Sorteados representam o mínimo obrigatório que devemos cumprir para atingir a meta estatística. No entanto, todo acréscimo será bem vindo. Ou seja, vocês podem ampliar a pesquisa a outros pontos, desde que seguindo a regra de cálculo para o número mínimo de pessoas a serem entrevistadas.

PERGUNTA 13 (18/NOV/08): Só faremos a avaliação nestes pontos entre questionários presenciais e virtuais?

R/ Você pode ampliar a pesquisa, desde que seguindo as normas de cálculo para identificar o número de pessoas entrevistadas.

PERGUNTA 14 (18/NOV/08): Esta semana é presencial (resto de semana) e 17 a 21-11 virtual? Estou muito preocupada com este prazo, pois gostaria de dar uma resposta a altura e tenho medo de não corresponder pelo mesmo motivo.

R/ A sugestão de cronograma mínimo visa cumprir as metas estatísticas da pesquisa e os prazos gerenciais estabelecidos pelo GESAC, isso não significa que você terá que interromper a pesquisa na data caso não tenha concluído. Você pode continuá-la, mesmo que ultrapassada a data limite, pois o que nos importa é a realização da pesquisa, seja ela presencial ou à distância, no entanto, NÃO podemos ultrapassar o mês em curso.

PERGUNTA 15 (18/NOV): Vocês não têm um sistema que possamos responder salvar e enviarmos on-line? Devemos fazer este questionário totalmente presencial, uma vez que o entrevistado terá que assinar o seu nome?

R/ Acho que esse link responde a todas as perguntas: <http://164.41.105.145/gesac/termo.html>. Quando você acessa ao Termo de Consentimento eletrônico, ao concordar, você é encaminhada ao Questionário. Ele não precisa ser presencial. Com o arquivo que está na área de Avaliação do GESAC no [www.idbrasil.gov.br](http://www.idbrasil.gov.br), você pode baixá-lo e encaminhá-lo por e-mail ou imprimi-lo, se achar conveniente. Caso contrário, é só aplicar online.

PERGUNTA 16 (18/NOV/08): Estou fazendo o teste no site

<http://164.41.105.145/gesac/termo.html> <<http://164.41.105.145/gesac/termo.html%20e>> e após ler o Termo, cliquei concordo, no final (sem preencher o questionário) cliquei em gravar registro e apareceu a mensagem com data e horário dando ok. Para voltar e aplicar outro questionário, como devo proceder para continuar a avaliação on-line? Acabei de descobrir. Temos que voltar ao endereço inicial (que está acima) que abrirá outro termo não é? E o anterior é enviado automaticamente não?

R/ Vejamos os passos:

- 1- Você abre na seção do Aluno e Usuário no Portal o Termo Consentimento e ao CONCORDAR ele lhe redireciona ao Questionário.
- 2- Ao concluir o Questionário, você grava os registros e pronto, suas informações vão para nosso banco.
- 3- Para responder outro Questionário, você deve retornar à página do Termo e refazer todo o processo.

PERGUNTA 17 (18/NOV/08): Gostaria de saber se a avaliação deve ser feita em todos os pontos GESAC, ou apenas em alguns? Se for a alguns da região do NTERJ10, quais seriam os pontos?

R/ Em resposta a sua pergunta, esclarecemos que nosso sorteio nacional dos Pontos GESAC a serem pesquisados foi concluído. Não serão todos os Pontos, mas sim, no mínimo, aqueles sorteados, o que não impede que você possa nos ajudar a replicar o material no restante dos Pontos do Estado. As informações completas estarão no portal do IDBRASIL.GOV.BR

PERGUNTA 18 (06/DEZ/08) Posso aplicar Questionários em Ponto que não a antena do GESAC ou os serviços foram suspensos?

R/ Se retirada da antena do GESAC ocorreu em menos de um ano, não existe qual problema em aplicar a pesquisa presencial ou via WEB. No caso de não ter conexão só temos condição de fazer aplicação Presencial.

Responsáveis pelas respostas:

Ana Valéria Mendonça – [valeriamendonca@unb.br](mailto:valeriamendonca@unb.br)

Benedito Medeiros Neto - [benedito.medeiros@mc.gov.br](mailto:benedito.medeiros@mc.gov.br)

Joseane Padilha – [joseane\\_padilha@hotmail.com](mailto:joseane_padilha@hotmail.com)

## ANEXO H - QUESTIONÁRIO PNAG

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA AVALIATIVA - PROGRAMA GESAC  
GESAC/DESID/STE/MC - Versão 14/10/2008

Ponto GESAC onde foi aplicado o questionário: \_\_\_\_\_

**Dados Pessoais**

1. Nome

Completo: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. Qual sua idade?

3. Sexo:  Masculino  Feminino

4. Raça:

Branca  Amarela  Negra  Parda  Índigena

5. Estado Civil:  Solteiro  Casado  Outros

6. Naturalidade: \_\_\_\_\_

7. UF: \_\_\_\_\_

8. Endereço(Rua, Avenida, Nº,

Completo) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9. Bairro/Distrito \_\_\_\_\_

10. Em que área você mora?  Urbana  Rural

11. Município \_\_\_\_\_

12. UF: \_\_\_\_\_ 13. CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

14. Telefone de Contato:(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

15. Telefone Celular:(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

16. E-mail:

17. Escolaridade:

1ª Série até 8ª Série Incompleto  1ª Série até 8ª Série Completo  2º Grau Incompleto

2º Grau Completo  Superior Incompleto  Superior Completo.

Qual curso? \_\_\_\_\_

18. Qual sua profissão?

19. Qual sua ocupação?

Setor Público  Setor Privado  Autônomo  Aposentado  Estagiário

Desempregado  Dona de casa  Estudante"

20. Qual sua atividade produtiva?

Setor Agrícola  Setor Indústria  Setor Comércio  Setor Administração Pública

Não trabalho

**Conhecimentos em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)**

21. Para cada ferramenta ou domínio de conhecimento abaixo, marque a opção que melhor representa o seu nível de conhecimento:

Linux:  não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a diaWindows:  não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia

Writer - editor de texto:

- não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Calc – planilha:  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Impress – apresentação:  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Word - editor de texto:  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Excel – planilhas:  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Powerpoint – apresentação:  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Internet:  não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Manutenção de microcomputadores:  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Rede de computadores:  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Linguagens de programação (PHP, Java, etc):  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia
- Photoshop - Corel Draw - Draw – etc:  
 não sei e não aplico  sei mas não aplico  sei e aplico no dia a dia

22. Para cada ferramenta ou domínio de conhecimento abaixo, marque com um X aquela(s) que você JÁ PARTICIPOU de algum curso oferecido pelo laboratório que você frequenta:

- Linux
- Windows
- Writer - editor de texto
- Calc - planilha
- Impress – apresentação
- Word - editor de texto
- Excel - planilhas
- Powerpoint - apresentação
- Internet
- Manutenção de microcomputadores
- Rede de computadores
- Linguagens de programação (PHP, Java, etc)
- Photoshop - Corel Draw - Draw - etc

23. Para cada ferramenta ou domínio de conhecimento abaixo, marque com um X aquela(s) que você GOSTARIA DE PARTICIPAR DE CURSOS

- Linux
- Windows
- Writer - editor de texto
- Calc - planilha

- Impress - apresentação [ ]  
 Word - editor de texto [ ]  
 Excel - planilhas [ ]  
 Powerpoint - apresentação [ ]  
 Internet [ ]  
 Manutenção de microcomputadores [ ]  
 Rede de computadores [ ]  
 Linguagens de programação (PHP, Java, etc) [ ]  
 Photoshop - Corel Draw - Draw - etc [ ]

24. Há quanto tempo você utiliza a internet?

- Menos de 1 ano [ ] De 1 a 3 anos [ ] De 3 a 5 anos [ ] Mais de 5 anos

25. Você possui telefone fixo residencial?

- Sim [ ] Não

26. Você possui computador em casa?

- Sim [ ] Não

27. Há quanto tempo você utiliza computadores?

- Menos de 1 ano [ ] De 1 a 3 anos [ ] De 3 a 5 anos [ ] Mais de 5 anos

28. Quais das seguintes tarefas você é capaz de realizar com o computador? Marque X, para as tarefas que você ESTÁ HABILITADO:

a) Ligar e usar o computador e todos os seus periféricos (Exemplos de Periféricos: teclado, mouse, microfone, impressora, joystick, etc).

b) Criar e organizar pasta de arquivos.

c) Editar um texto de mais de duas páginas.

d) Fazer cálculos e Gráficos em planilha eletrônica.

e) Usar software para compactar um ou mais arquivos (Ex.: WinZip, outros).

f) Programar em, pelo menos, uma linguagem de programação (Ex.: PHP, Java, etc).

g) Usar os recursos de áudio e imagem do computador.

h) Outras habilidades.

29. Você tem interesse em alguma mídia comunitária? (Rádio, Vídeo ou Revistas pela internet, e outros meios de comunicação tradicionais ou na Internet)

- Não [ ] Sim - Qual?
- 

30. Tem acesso à Internet? Com que frequência?

- Não [ ] Sim, todos os dias [ ] Sim, Finais de Semana

31. Caso sua resposta anterior seja SIM, em que você usa?

- Faço ligações telefônicas pela Internet (ex.: skype)

- Utilizo correio eletrônico para comunicação pessoal
- Utilizo mensageiros instantâneos (google talk, msn, etc)
- Participo de sites de relacionamento (ex.: orkut)
- Participo ou crio blogs ou websites
- Participo de listas de discussão ou fóruns
- Faço compras pela Internet
- Pesquisa vagas de emprego e/ou envio curriculos
- Localizo endereços ou telefones pela Internet
- Busco informações para o meu bem estar (dicas de saúde, alimentação, meio ambiente, segurança, etc)
- Busco informações sobre viagem
- Leio notícias na internet
- Faço download de músicas, livros ou filmes
- Jogo na internet
- Assisto TV e ouço rádio pela Internet
- Realizo operações bancárias pela Internet
- Outros serviços online: Quais?
- Consulto os portais do governo para obter informações sobre impostos, multas, etc
- Utilizo serviços online da Previdência Social (cálculo de contribuições, informações, agendamentos, aposentadoria etc)
- Faço reclamações, sugestões e denúncias
- Utilizo bases de referências de bibliotecas e acervos virtuais para pesquisa
- Faço cursos à distância
- Estudo e faço trabalhos escolares
- Faço projetos, trabalhos e serviços com o computador e Internet
- Outras:  
Quais? \_\_\_\_\_

"32. Caso sua resposta a pergunta 29 seja SIM, de qual local você tem acesso a Internet?

- ( 1 ) Residência
- ( 2 ) Trabalho
- ( 3 ) Escola
- ( 4 ) Centro de acesso público pago
- ( 5 ) Centro de acesso público gratuito [Ponto GESAC]
- ( 6 ) Na casa de outra pessoa"

33. Como você avalia a velocidade de acesso à internet do laboratório de informática ou telecentro que você utiliza?

- Muito lenta
- Lenta
- muito rápida
- rápida

34. Mantém alguma atividade constante na Internet? (blog, página, fotolog, Orkut, lista de discussão, etc)

- NÃO
- SIM

"35. Quais destas atividades você usa no telecentro ou laboratório de informática?

- Comunicação online
- Busca de informações e serviços online
- Entretenimento e lazer online
- Banco
- Capacitação e educação

"36. Você considera que o acesso à Internet mudou a sua vida?

- Sim
- Não

37. Se a resposta da questão anterior for SIM, dê uma nota de 1 a 5 ao lado de cada afirmação abaixo, sendo 5 para concordo plenamente e 1 para discordo completamente.

- a) A Internet melhorou meu desempenho profissional e/ou consegui novas oportunidades de trabalho
- b) Tenho mais facilidade em aprender depois da Internet e/ou voltei a estudar
- c) Exerço melhor minha cidadania e/ou participo mais da vida desta e de outras comunidades usando os recursos da Internet
- d) Me divirto muito através da Internet
- e) Conheci novos amigos através da Internet, passei a me comunicar mais com amigos e familiares
- f) Se houver outra observação sobre como a Internet mudou sua vida, diga qual:

---



---



---

38. Você acha que a Internet mudou a vida de sua comunidade?

- Sim
- Não

39. Se a resposta da pergunta anterior for SIM, dê uma nota de 1 a 5 ao lado de cada afirmação abaixo, sendo 5 para concordo plenamente e 1 para discordo completamente.

- a) As condições econômicas da comunidade melhoraram (mais oportunidades de emprego, qualificação, melhores salários, etc)
- b) A comunidade está mais articulada, as pessoas passaram a se conhecer melhor e a resolver problemas do bairro em conjunto
- c) Os adolescentes ganharam mais opções de diversão e desenvolvimento

d) Se houver outra observação sobre como a Internet mudou sua vida, diga qual

---



---

40. Possui celular?

Sim  Não

41. Caso você tenha celular, acessa Internet por ele?

Sim  Não

42. Caso sua resposta anterior seja SIM, com que frequência?

1 vez por semana  1 vez por dia  Várias vezes por dia  De 3 a 5 vezes por dia  1 vez por mês ou menos

43. Caso suas respostas às perguntas 39 e 40 sejam SIM, você usa seu celular para que?

Acessar a internet

Mandar e/ou receber mensagens SMS

Mandar e/ou receber fotos e imagens

Efetuar e receber chamadas telefônicas

Acessar músicas ou vídeos excluindo tons telefônicos

Dados Socioeconômicos

44. Situação na Família:

Chefe de Família  Auxilia na Renda da Família  Dependente

45. Renda do Beneficiário(R\$):  Menos de 1 salário mínimo  De 1 a 2 salários mínimos

De 2 a 5 Salários mínimos  De 5 a 10 Salários Mínimos  Mais de 10 salários Mínimos

46. Renda Familiar(R\$):

Menos de 1 salário Mínimo  De 1 a 2 Salários Mínimos  De 2 a 5 salários mínimos

De 5 a 10 Salários Mínimos  Mais de 10 salários Mínimos"

47. Nº de Membros da Família que Trabalham: \_\_|\_\_|

48.Total de Membros da Família:

\_\_|\_\_|

49. Sua família participa de algum Programa Federal/Estadual/Municipal?

Sim  Não

"50. Caso sua resposta anterior seja SIM, qual?

Bolsa Unificada (Família)

Vale Gás

Bolsa Escola

Bolsa Alimentação

Cartão Fome Zero

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

ProJovem

Outros \_\_\_\_\_ "

51. Você sabe o que é o Programa GESAC?

Sim  Não

52. Quais os anos você frequentou o Ponto GESAC?

2006  2007  2008"

53. Você sabe que participa de um programa de Inclusão Digital chamado GESAC?

SIM  NÃO

54. Qual laboratório de informática ou telecentro você participa?

55. Além de usar a Internet, que outras atividades você realiza no centro público de acesso (telecentro)? Marque quantas opções você quiser.

Participo de reuniões da comunidade ou de conselhos municipais

Participo de projetos comunitários

Faço atividade de voluntariado

Participo de apresentações culturais

Discuto problemas do bairro ou da comunidade

Faço trabalhos escolares

Outros. Qual?

---

Não participo de outras atividades

56. O que a Internet significa para você?

57. Para você, qual o significado do termo inclusão digital?

58. Você se sente um incluído digital?

SIM  NÃO - Explique sua resposta:

"

Assinatura do Responsável

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

**APÊNDICE A – TABELA DISTRIBUIÇÃO POR IDADE DOS USUÁRIOS DO  
PROGRAMA GESAC**

<b>IDADE</b>	<b>f</b>	<b>%</b>	<b>% acumulado</b>
11	409	4,8	4,8
12	492	5,8	10,6
13	606	7,1	17,8
14	790	9,3	27,1
15	861	10,1	37,2
16	947	11,2	48,4
17	799	9,4	57,8
18	459	5,4	63,2
19	280	3,3	66,5
20	250	2,9	69,5
21	196	2,3	71,8
22	139	1,6	73,4
23	142	1,7	75,1
24	112	1,3	76,4
25	111	1,3	77,7
26	110	1,3	79,0
27	114	1,3	80,4
28	95	1,1	82,4
29	78	0,9	83,7
30	107	1,3	84,6
31	77	0,9	85,5
32	79	0,9	86,4
33	73	0,9	87,1
34	65	0,8	87,9
35	69	0,8	88,9
36	79	0,9	89,6
37	65	0,8	90,5
38	76	0,9	91,2
39	55	0,6	92,2
40	83	1,00,8	93,0

41	69	0,8	93,8
42	71	0,8	94,6
43	69	0,8	95,4
44	64	0,7	96,1
45	59	0,4	96,5
46	36	0,4	96,9
47	37	0,6	97,5
48	52	0,3	97,9
49	29	0,3	88,2
50	2737	0,4	98,6
51	25	0,3	98,9
52	16	0,2	99,1
53	19	0,2	99,4
54	14	0,2	99,5
55	4	0	99,6
56	11	0,1	99,7
57	7	0,1	99,8
58	4	0	99,8
59	2	0	99,8
60	4	0	99,9
61	2	0	99,9
62	2	0	99,9
63	1	0	100,0
64	2	0	100,0
68	1	0	100,0
80	1	0	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>8483</b>	<b>100</b>	

Fonte: Microdados da PNAG/GESAC. Elaboração própria

## **APÊNDICE B – ENTREVISTA COM BENEDITO MEDEIROS NETO (CONSULTOR DO PROGRAMA GESAC)**

### **1- O início do Programa GESAC**

O Programa Governo Eletrônico, lançado no ano de 2000, priorizava o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) para democratizar o acesso à informação, visando ampliar o debate e a participação popular na construção das políticas públicas, como também aprimorar a qualidade dos serviços e informações públicas prestadas, trazia 03 (três) linhas de ação: universalização de serviços, governo ao alcance de todos e infra-estrutura avançada.

Em 2002 no período de transição do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para o governo do presidente Lula, foram instituídos os oito eixos temáticos do Programa Governo Eletrônico: Inclusão Digital; Integração de Sistemas; Sistemas Legados e Licenças de Software; Gestão de Sítios e Serviços On-line; Infra-Estrutura de Rede; Governo para Governo - G2G e Gestão de Conhecimentos e Informação Estratégica.

Assim o GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão foi criado no âmbito do eixo intitulado: Inclusão Digital como forma de propiciar aos indivíduos maior facilidade de acesso aos serviços de governo. Inicialmente o GESAC foi concebido na forma de totens de acesso a internet e empresa Gilat, vencedora do processo licitatório, instalou cerca de 40 (quarenta) deles nos estados de São Paulo e no Grande do Sul.

O programa GESAC, da forma foi concebido originalmente, não estava tendo o sucesso esperado embora já tivessem sido gastos quase a metade dos R\$ 70 milhões a ele destinados.

Nesse momento temos que destacar a genialidade de suas pessoas,. A primeira, Antônio Albuquerque que ao tomar conhecimento da existência do programa propôs a reformulação do objeto de conexão em rede local, para forma de telecentros de inclusão digital sem alterar a destinação orçamentária inicial.

Após a provação da área jurídica do ministério das Comunicações em relação à alteração proposta e com aval do então ministro Mirto Teixeira foi feita a renegociação com a empresa Gilat, e o GESAC foi direcionado às unidades do Programa Fome Zero, priorizando assim o atendimento a parcela da população carente associada a um programa governamental. A maior dificuldade, no entanto, foi a inexistência de espaços físicos, em número suficiente, do Programa Fome Zero adequados a implantação dos telecentros.

A decisão acertada de outro colaborador de grande, Américo Tristão, foi realizar parceria com o Programa Pro Info do MEC, utilizando os laboratórios de informática das escolas públicas estaduais e municipais como pontos de presença do Programa GESAC. Outras parcerias seguiram sendo feitas até que se atingisse a totalidade dos 1800 pontos previstos na para a primeira etapa. Dessa forma, fora contemplados o MD, MP e demais ONG's e Associações da Sociedade Civil.

Todo esse processo de modificação do programa foi movido vontade e empenho pessoal das pessoas envolvidas na condução GESAC nos moldes que hoje ele está operando. Alguns questionamentos da Controladoria geral da União – CGU surgiram ao longo da implantação dos primeiros telecentros, sendo todos relacionados à questões administrativas e por vezes técnicas dadas as mudanças que se fizeram necessárias no objeto do contrato inicial.

A licitação para continuidade do programa, ao final dos dois primeiros anos, foi um processo aberto, transparente e muito disputado, conferindo legitimidade às ações já em curso no âmbito do programa.

## 2 - O GESAC e Software Livre

Com relação ao uso Software Livre posso afirmar que a escolha foi baseada na recomendação do governo, fundamentada na ideologia das pessoas vinculadas ao governo que associaram sucesso do processo de inclusão digital ao uso de programas de desenvolvidos em código aberto. Aliado a esse fato, os programas de computador de origem proprietária passaram a ter seu uso cobrado, o que faria com que os custos de implantação dos serviços oferecidos pelo programa aumentassem consideravelmente, ao ponto de inviabilizar a instalação dos mesmos.

E assim o uso software livre na inclusão digital passou a ser pregado como uma bandeira ideológica que trazia a imagem da liberdade.

Ainda em relação ao uso do Software Livre posso afirmar por experiência própria de visitas que fiz a vários telecentros que seu uso não é indispensável ao processo de inclusão digital, tem vantagens em relação ao problema de ataques de vírus, seu uso exige realmente maior conhecimento por parte do usuário e o que acaba por gerar preferência de utilização dos software's proprietários muita vezes em função da interface mais amigável.

## 3 - O GESAC e Programa Nacional de Banda Larga – PNBL

Essa é sem dúvida uma situação delicada, uma vez que os dois programas embora guardem algumas similaridades estão vinculados à diferentes secretarias do MC.

O PNBL irá substituir o tipo de conexão internet nos pontos do programa GESAC aonde houver disponibilidade de solução de conexão com operadora local, para que a internet via satélite seja utilizada para atender pontos remotos que não disponham de outras formas de conexão local.

## 4 - O Futuro da Inclusão Digital

Assistimos a um aumento considerável de acesso a internet via telefonia móvel, que está sendo acompanhado pelo barateamento do custo de fornecimento de acesso à internet pelas operadoras locais.

No entanto, o processo de alfabetização digital tem se mostrado mais eficiente e inclusive preferido pelos usuários, especialmente em comunidades de baixa renda, quando feito em telecentros com uso do computador pessoal. Tal observação é parte de minha pesquisa e tenho segurança em afirmar que os telecentros, por esse motivo, não irão desaparecer, pois permitem o desenvolvimento de processos cognitivos em usuários recentes. Acredito que o uso do celular para acesso à internet, como ferramenta do processo de inclusão digital, faça parte de uma etapa posterior, em função de uma série de peculiaridades que envolvem desde o processo de digitação até os diversos comandos que devem ser dados durante o processo de navegação.

Portanto, a parcela da população ainda excluída, depende de espaços físicos com infraestrutura adequada e conexão internet de boa qualidade para que desenvolvam sua competência informacional, mediados por processos de aprendizagem que atendam às necessidades do cidadão que busca ser incluído.